

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

VALKIRIA TRINDADE DE ALMEIDA SANTOS

**“O PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO
ALTERNATIVA DO TRABALHO – UM ESTUDO NO MUNICÍPIO
DE GUAPOREMA/PR”**

Maringá
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VALKIRIA TRINDADE DE ALMEIDA SANTOS

**“O PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO
ALTERNATIVA DO TRABALHO – UM ESTUDO NO MUNICÍPIO
DE GUAPOREMA/PR”**

**Trabalho de dissertação apresentado ao
Departamento de Geografia da Universidade
Estadual de Maringá como requisito para
obtenção do título de mestre.
Orientação: Professor Doutor Márcio Mendes
Rocha**

Maringá
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Santos, Valkiria Trindade de Almeida

S237p "O papel da mulher na organização alternativa do trabalho - um estudo no Município de Guaporema/PR" / Valkiria Trindade de Almeida Santos. -- Maringá : [s.n.], 2009.

152 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Marcio Mendes Rocha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

1. Mulheres - Trabalho - Município de Guaporema/PR. 2. Mulheres - Economia solidária - Município de Guaporema/PR. 3. Mulheres - Identidade - Trabalho. 4. Mulheres - Empoderamento. 5. Mulheres - Gênero - Trabalho - Espaço geográfico. I. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental. II. Título.

CDD 21.ed.918.162

***Então, Deus é o
detalhe, e sem detalhe o
pensamento não é
explicitado de maneira a
ser eficaz.***

Milton Santos

(cadernos metrópole
19 pp. 15-25 1º sem.
2008)

Não dá para imaginar que o Brasil um dia vai ser o melhor país do mundo, o tão
falado país do futuro, sem confiar nas nossas mulheres.

Elas são intenção e ação. Coragem e tenacidade.

Audácia e destemor. Criatividade e competência.

Um otimismo indestrutível as move.

Elas não tocam a vida simplesmente, mas têm uma missão.

Criam búfalos, dirigem trem de carga, escrevem sobre o mundo.

Fazem arte com cerâmica, chocolate e renda.

Preparam tacacá, desvendam crimes,

tocam samba em harpa.

Cuidam de baleias, sabem ganhar dinheiro,

Desenham sapatos e voam em solos de ginástica.

Inventam museus, dirigem teatros,

pesquisam a nossa história.

Viajam, têm filhos, choram, dão risadas, amam a vida intensamente.

Com a mesma intensidade estão mudando a face do Brasil.

Alguns exemplos mostram do que as mulheres brasileiras são capazes.

Ilimitadas qualidades e espírito indomável!

Márcia Neder

Dedico esta pesquisa

Às minhas filhas Sabryna, Letícia & Marjory, para as quais este trabalho representa um estímulo para buscarem sempre o conhecimento...

**O DESTAQUE DADO ÀS NOTAS DE RODAPÉ,
QUANDO APARECEM MULHERES,
É UMA MANEIRA DE HOMENAGEÁ-LAS**

AGRADECIMENTOS

A meu querido marido Homero Gustavo dos Santos, que esteve presente em todos os momentos deste trabalho, pela sua compreensão e amor no entendimento de minha busca intelectual.

A minhas filhas queridas e amadas Sabryna, Letícia e Marjory, pela compreensão em entender que a mamãe precisava crescer intelectualmente e profissionalmente.

Ao meu querido orientador Prof^o Dr. Márcio Mendes Rocha, primeiramente por ter aceitado o desafio de orientar uma dissertação sobre “Gênero”, por seu constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. Agradeço, principalmente, pela confiança depositada em meu trabalho.

Ao meu querido amigo Márcio Guizzo, por sua leitura atenta e sugestões preciosas.

A minha querida amiga Prof^a Dra. Ângela M. Endlich, exemplo e parceria constante no envio de trabalhos e em viagens para seminários e congressos.

Ao querido Prof^o Dr. César Miranda Mendes, por suas palavras de gentileza e estímulo.

A toda a minha numerosa e amada família, meus enteados Larissa, Norton e Hugo; meus irmãos: José Flávio, José Roberto e José Luís (in memoriam); minhas irmãs: Maria Inês, Jaqueline e Valéria; meus sobrinhos e sobrinhas; e meus afilhados Isabela, Lucas e Fernando.

Em especial, às minhas cunhadas: Hérika (que também realizou a correção ortográfica do trabalho) e Beatriz, que sempre se interessaram em acompanhar as várias fases desse trabalho.

A meus queridos e amados pais Diu e Nico, os quais não tiveram a mesma oportunidade de estudo, mas que transmitiram o desejo e o querer crescer intelectualmente.

A meus queridos e amados sogros Lilita e Dito, que sempre acreditaram em minha busca.

Às minhas queridas amigas Eliane Crispim e Eliane Maia, que sempre compartilharam de minhas tristezas e alegrias.

Ao Colégio Vital Brasil e ao Instituto Superior de Educação do Paraná, por entender a necessidade de eu me ausentar ocasionalmente e por acreditar em meu potencial profissional.

A toda equipe do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Estadual de Maringá, pela participação e apoio nas pesquisas de campo.

A minha querida prima Bernadete M. Cortez pelo apoio e torcida em todas as etapas da pesquisa.

A minha querida e sempre amiga Raquel, que sei, um dia também vai trilhar este mesmo caminho.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Maringá, em especial, à Cida e à Miriam que sempre me atenderam com gentileza e eficácia.

Aos meus colegas de mestrado, que em alguns momentos estiveram juntos pelo mesmo objetivo e que, por circunstâncias da vida, tomaram caminhos diferentes, em especial, Ivanete e Marcos Queiroz.

Ao meu querido amigo Ricardo Töws, por sua inestimável ajuda em relação as normas da ABNT.

À Roseli, um exemplo de mulher e artesã, que luta contra a perda gradual da visão, mas que, por meio do artesanato, expressa a sua garra.

A todos os habitantes de Guaporema, que sempre nos receberam com alegria, interesse e orgulho, para ajudar a contar a história de seu município. Especialmente à Prof^a Marta Catenacci e a Secretária Municipal de Educação Sr^a Rita de Cássia, Prof^o Bráulio, o ex-prefeito Sr. Gilberto Castiglione e ex vice-prefeito Sr. Diomedes de. Souza, e também ao atual Prefeito Sr. José Roberto Catenacci.

E, por último, mas especialmente, para as mulheres de Guaporema, às quais abriram seus corações, suas histórias, permitiram-me partilhar de sua rotina e presenciar suas experiências.

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
CLAM	Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
DNA	Ácido Desoxirribonucléico
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LC	Linguagem Crítica
MCT	Ministério Ciência e Tecnologia
NEMO	Núcleo de Estudos d'e Mobilidade e Mobilização
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PEA	População Economicamente Ativa
PMM	Pastorais da Mulher Marginalizada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
Unitrabalho	Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: NÚMERO DE ELEITORES	79
TABELA 2: CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS	79
TABELA 3: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUAPOREMA (PR) 1991-2000..	80
TABELA 4: ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA.....	81
TABELA 5: INFRA-ESTRUTURA DE GUAPOREMA - 2007	82
TABELA 6: INDICADORES SOCIAIS	82
TABELA 7: VEÍCULOS REGISTRADOS SEGUNDO OS TIPOS - 2007.....	83
TABELA 8: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A ZONA - 2000	84
TABELA 9: APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (MÉDIA DO TRIÊNIO 1998-2000)	96
TABELA 10: IDADE DAS ENTREVISTADAS.....	114
TABELA 11: QUANTIDADE DE FILHOS DAS ENTREVISTADAS	114
TABELA 12: TIPO DE ARTESANATO PRODUZIDO	115
TABELA 13: TEMPO DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS	116
TABELA 14: TEMPO DE TRABALHO COM ARTESANATO.....	116
TABELA 15: TEMPO DE DEDICAÇÃO AO ARTESANATO	117
TABELA 16: MOTIVOS QUE LEVARAM A ATIVIDADE DO ARTESANATO	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE CIANORTE POR MUNICÍPIOS EM 2007.....	67
GRÁFICO 2: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A ZONA – 2000 (%).....	85
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIRO PELO TIPO	97
GRÁFICO 4: CONDIÇÃO DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS	115
GRÁFICO 5: O ARTESANATO COMO PRINCIPAL ATIVIDADE REMUNERADA	117
GRÁFICO 6: MAIS ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA TAMBÉM TRABALHA COM ARTESANATO	118
GRÁFICO 7: PERCENTUAL DE ENTREVISTADAS QUE JÁ REALIZARAM OUTRAS ATIVIDADES REMUNERADAS ANTES DO ARTESANATO	119
GRÁFICO 8: A RENDA DO ARTESANATO É FUNDAMENTAL PARA SUA FAMÍLIA?	120
GRÁFICO 9: SEU TRABALHO COM ARTESANATO É VALORIZADO POR SUA FAMÍLIA?.....	120
GRÁFICO 10: VOCÊ ENCONTRA APOIO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA A PRODUÇÃO DO ARTESANATO?...	121
GRÁFICO 11: FORMA/LOCAL DE VENDA DOS PRODUTOS	122
GRÁFICO 12: ORIGEM DAS ENTREVISTADAS	123
GRÁFICO 13: SEUS PRODUTOS SÃO VENDIDOS PARA OUTRAS CIDADES?	124
GRÁFICO 14: GOSTARIA DE TER OUTRA ATIVIDADE QUE NÃO FOSSE O ARTESANATO?	124
GRÁFICO 15: RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS.....	125
GRÁFICO 16: RENDA FAMILIAR GERADA PELO ARTESANATO	126

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: PIONEIRO DE GUAPOREMA/AGOSTO 2006.....	145
FOTO 2: SENHORA QUE PRODUZ ARTESANATO/RESIDENTE NA VILA RURAL.....	145
FOTO 3: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS/AGOSTO 2007.....	146
FOTO 4: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007.....	146
FOTO 5: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007.....	147
FOTO 6: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007.....	147
FOTO 7: DESCOBERTA DOS ENXOVAIS EM 28/04/2008.....	148
FOTO 8: SENHORAS QUE PRODUZEM ENXOVAIS EM 28/04/2008.....	148
FOTO 9: SENHORA QUE PRODUZ ENXOVAIS 28/04/2008.....	149
FOTO 10: SENHORA QUE PRODUZ ENXOVAIS PARA BEBÊS EM 25/07/2008.....	149
FOTO 11: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008.....	150
FOTO 12: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008.....	150
FOTO 13: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008.....	151
FOTO 14: 3ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA DE ENXOVAIS EM 25/07/2008.....	151
FOTO 15: CURSO DE CROCHÊ – DÉCADA DE 70.....	152

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GUAPOREMA (CONSIDERANDO APENAS A ORDEM DE DESMEMBRAMENTO).....	62
FIGURA 2: IMAGEM DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA - PR.....	66
FIGURA 3: A VENIDA RIO GRANDE DO SUL - 1975.....	68

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS.....	57
MAPA 2: PLANTA DO NÚCLEO URBANO DE GUAPOREMA.....	64
MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE CIANORTE	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CRIAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.....	30
QUADRO 2: COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.....	31
QUADRO 3: METODOLOGIA DESENVOLVIDA POR ROCHA, 2006.....	49
QUADRO 4: METODOLOGIA DESENVOLVIDA POR ROCHA, 2006.....	50
QUADRO 5: USO DO TEMPO PARA REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL.....	98
QUADRO 6: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS CRITÉRIOS AMPLO E RESTRITO (2001)104	

QUADRO 7: PLANO DE AÇÕES PARA AUXÍLIO DA PREFEITURA ÀS MULHERES DE GUAPOREMA.....	111
QUADRO 8: PRINCIPAIS DIFICULDADES DO TRABALHO (RAMO).....	122
QUADRO 9: ENTREVISTA SEMI-DIRETIVE ESTRUTURADA COM MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO DE ARTESANATO – ESTUDO COMPARATIVO.....	143

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO.....	16
1. DIMENSÕES DO CONCEITO DE GÊNERO	19
1.1. AS CONQUISTAS FEMININAS QUE AJUDARAM A TRANSFORMAR A SOCIEDADE BRASILEIRA	34
1.2. A QUESTÃO DO ‘EMPOWERMENT’, COMO FORMA DE LEGITIMAR A AÇÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO	43
2. ESPAÇO EMPÍRICO DE ANÁLISE.....	46
2.1. COMO SE PROCESSARAM AS INVESTIGAÇÕES NO MUNICÍPIO.....	47
2.2. POR QUE ESCOLHER UMA PEQUENA CIDADE OU MUNICÍPIO PERIFÉRICO COMO UNIDADE DE ANÁLISE?	52
2.3. ESPAÇO EMPÍRICO DE ANÁLISE - PANORÂMICA GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE GUAPOREMA.....	55
2.4. GUAPOREMA – SUAS ESPECIFICIDADES.	61
2.5. QUESTÕES RELACIONADAS A UM MUNICÍPIO PERIFÉRICO.....	74
2.5.1. <i>Sustentabilidade e Desenvolvimento Local</i>	74
2.5.2. <i>A realidade que envolve um Município de Pequeno Porte</i>	77
3. O PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO ALTERNATIVA DO TRABALHO	89
3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO, CIDADANIA E SOBRETALHO	90
3.2. UM OLHAR SOBRE AS POTENCIALIDADES PRODUTIVAS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: AS ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA.....	107
3.3. DIMENSÕES VISÍVEIS E OCULTAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO DAS ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA.....	113
4. A ECONOMIA SOLIDÀRIA ENQUANTO SISTEMA DE AÇÕES.....	127
4.1. O QUE SÃO EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.	128
4.2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXOS	143

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a investigar como se dá a dinâmica da vida das mulheres de um município periférico e, principalmente, como as mesmas se organizam para produzir, com o intuito de obter renda para promover uma vida digna para si e seus familiares. De acordo com alguns autores, o trabalho ocupa dimensão central nas formas de sociabilidade contemporânea. É por meio do trabalho e para o trabalho que o nosso tempo se organiza e se justifica dentro do sistema capitalista. Ele ocupa papel central em nossas vidas, dita o ritmo de nossas relações. Porém, nem todo trabalho é quantificado. Fica à margem das estatísticas e, por isso mesmo é desvalorizado. É justamente esse trabalho de caráter informal, realizado de forma criativa, carregado de esperança, cujo valor transcende o ganhar o qual se realiza no produzir, que está situada essa pesquisa. É por trás desse universo paralelo, desse trabalho dito alternativo que possibilita a geração de renda para as mulheres e, acima de tudo, possibilita resgate de identidade para as mulheres que o produzem, que se origina o objeto de estudo de nossa pesquisa. Desejamos saber quais são as dimensões econômicas e sociais que estão envolvidas nessa situação. A singularidade deste trabalho é que o mesmo está entrelaçado sobre três perspectivas de pesquisa: a primeira diz respeito ao gênero. Ou seja, o que é e como a nossa sociedade o produz culturalmente. Além disso, quais são os avanços conquistados pelas mulheres em nível global e, principalmente, em nível nacional. A questão do '*empowerment*'¹ como forma de legitimar a ação das mulheres. A segunda diz respeito à investigação de um município periférico, com menos de 5000 habitantes, observando-o do ponto de vista do capital e de seu contexto regional em função do declínio demográfico. E a terceira que é a proposta principal da pesquisa, através da investigação da organização alternativa do trabalho das mulheres do município de Guaporema - leia-se potencialidades produtivas - que permitirão estabelecer intervenções as quais que possibilitem, num futuro próximo, oferecer a economia solidária enquanto um sistema de ações para promover o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: mulheres, trabalho, município periférico, economia solidária.

¹ Leia-se empoderamento.

ABSTRACT

This research intends to investigate as she feels the dynamics of the women's of an outlying municipal district life and, mainly, as the same ones they are organized to produce, with the intention of obtaining income to promote a worthy life for itself and their relatives. In agreement with some authors, the work occupies central dimension in the forms of contemporary sociability. It is through the work and for the work that our time is organized and he/she is justified inside of the capitalist system. He occupies central paper in our lives, dictated the rhythm of our relationships. However, nor every work is quantified. He/she is to the margin of the statistics and, for that reason it is depreciated. It is exactly that work of informal character, accomplished in a creative way, loaded of hope, whose value transcends the to win which takes place in producing, that that research is placed. It is for behind of that parallel universe, of that alternative work that makes possible the generation of income for the women and, above all, it makes possible identity rescue for who produces him/it, that he/she arises the object of study of our research. We wanted to know which are the economical and social dimensions that you/they are involved in that situation. The singularity of this work is that the same is interlaced on three research perspectives: the first concerns the gender. In other words, what is and I eat our society produces him/it culturally. Besides, which are the progresses conquered by the women in global level and, mainly, in national level. The subject of the 'empowerment' as form of legitimating the women's action. Monday concerns the investigation of an outlying municipal district, with less than 5000 inhabitants, observing him/it of the point of view of the capital and of her regional context in function of the demographic decline. And the third that is the main proposal of the research, through the investigation of the alternative organization of the women's of the municipal district of Guaporema work - it is read productive potentialities - that will allow to establish interventions the ones which that make possible, in a close future, to offer the solidary economy while a system of actions to promote the local development.

Word-key: women, work, outlying municipal district, solidary economy.

**“Eu sou aquela mulher
A quem o tempo muito ensinou
Ensinou a amar a vida
Não desistir da luta
E ser otimista”
Cora Coralina**

INTRODUÇÃO

Considerando as relações sociais que se estabelecem no espaço atual, é imprescindível destacar o papel que a mulher exerce. Para tal se faz necessário estudar a produção desse espaço e as relações de poder nele estabelecidas, desde a hierarquia que envolve os municípios, bem como investigar a própria dinâmica dos lares que irão se beneficiar da atuação da mulher enquanto agente econômico no sustento de suas famílias.

Pelos registros históricos, é visível o rol de conquistas que a mulher obteve até o presente momento, século XXI. No entanto, com todas essas conquistas, ainda existe uma boa parcela da população feminina que mesmo tendo uma atuação de forte impacto na produção e geração de renda para sua família, em sua maioria não estão inseridas nas estatísticas, pois o resultado de seu trabalho na forma econômica se encontra pulverizado ou ainda é desvalorizado, já que ela o realiza de forma paralela e concomitante aos cuidados de seu lar, caracterizando uma extensa jornada denominada de sobretrabalho. E, nos casos de municípios com predominância de atividades rurais, se caracteriza pelos afazeres do campo, como por exemplo, os cuidados com a criação.

O trabalho que pretendemos investigar, muitas vezes recebe a denominação de artesanato, mas possui uma gama riquíssima de atividades que vão do bordar, costurar, pintar, tecer etc. O nosso objeto de estudo nasce da intenção de investigar esse universo feminino paralelo (da perspectiva econômica), que por se caracterizar como alternativo, não é quantificado e por isso também não valorizado adequadamente em sua dimensão econômica e social na sociedade atual. Neste caso, especificamente, escolhemos investigar a vida das mulheres de um município periférico, que conta com aproximadamente um pouco mais de dois mil habitantes e que por este fator e pela sua localização na hierarquia urbana, tendo em vista a sua localização e relação à cidade pólo, possui peculiaridades na busca de caminhos para a produção e comercialização dos produtos, diferentes daqueles que já ocorrem nas cidades de porte médio ou nas grandes cidades.

Somente a partir da década de 1960 é que se iniciaram as primeiras pesquisas a respeito da economia do trabalho em relação à mulher, antes disso era negligenciado, pois a maioria das investigações era realizada por economistas homens e estes não consideraram relevante a participação feminina. Hoje, existem muitos estudos sobre a segregação ocupacional, a discriminação no emprego e a disparidade salarial relacionada ao gênero, que sem dúvida nenhuma servem para diminuir o preconceito de gênero. Mas, em relação ao trabalho não quantificado que a mulher exerce de forma alternativa, percebemos uma lacuna e pretendemos dimensioná-lo numa perspectiva espacial, tendo como amostra um município periférico. Neste estudo de caso, iremos delinear um perfil sócio-econômico das mulheres que possuem renda através do trabalho alternativo, e como este contribui para o desenvolvimento local.

No primeiro capítulo iremos tratar sobre as “Dimensões do Conceito de Gênero”, no qual procuraremos retratar o universo que envolve esse conceito, desdobrando-se nos seguintes subtítulos “As conquistas femininas que ajudaram a transformar a sociedade brasileira” e a “A questão do ‘empowerment’, como forma de legitimar a ação das mulheres no espaço”.

No segundo capítulo delinearíamos o “Espaço Empírico de Análise”, na tentativa de reproduzir todas as situações que caracterizam o município, entre elas: “Como se processaram as investigações no município”, “Por que escolher uma pequena cidade ou município periférico como unidade de análise?”, “Panorâmica geral das características da região de Guaporema”, “Guaporema e suas especificidades” e “Questões Relacionadas a um Município Periférico – Sustentabilidade e Desenvolvimento Local”.

No terceiro capítulo discutiremos “O papel da mulher na organização alternativa do trabalho” e todas as situações relacionadas a essa esfera, como: “Considerações sobre Globalização, Cidadania e Sobretrabalho”. Num segundo momento trataremos sobre “As potencialidades produtivas locais para o desenvolvimento: as artesãs do município de guaporema”. E ainda, num terceiro momento sobre as “Dimensões visíveis e ocultas em relação ao trabalho das artesãs do município de Guaporema”.

Para finalizar, sinalizaremos sobre uma possível solução como perspectiva de desenvolvimento local para o município de Guaporema,

baseada nos princípios da Economia Solidária. Para tal, abordaremos no quarto capítulo “A economia solidária enquanto sistema de ações”, e dentro dessa discussão “O que são empreendimentos econômicos solidários” e “empreendimentos econômicos solidários, capital social e desenvolvimento sustentável”.

É necessário destacar ainda, que este trabalho possui um caráter extensionista, pois a pesquisa se realizou através de ações intervencionistas, onde a pesquisadora pode oferecer conhecimentos sobre a Economia Solidária e cursos de artesanato para incrementar a produção existente, ou seja, ele possui uma característica singular, pois houve troca de informações, saberes e solidariedade, possibilitando a construção coletiva entre o saber acadêmico e o saber popular.

1. DIMENSÕES DO CONCEITO DE GÊNERO

Neste capítulo, trataremos da perspectiva de Gênero em suas várias dimensões e implicações, num contexto social historicamente determinado. Para isso, utilizaremos questões direcionadas às ciências e ao mundo do trabalho, como eles influenciam na construção social e cultural da perspectiva de gênero.

Demonstraremos as diferenças entre gênero e o feminismo, como a perspectiva de gênero está sendo reavaliada no uso da linguagem e como precisa ser reavaliada também pela ciência geográfica. Ou seja, procuramos configurar a perspectiva de gênero e suas relações com o mundo real, principalmente, através das ciências. Evidenciaremos também questões públicas que ajudam a elucidar a participação da mulher e a conquista de novos paradigmas, principalmente através de suas habilidades e potencialidades.

Faremos ainda, uma sistematização das conquistas femininas que ajudaram a transformar a sociedade brasileira, numa luta de esfera internacional, mas que graças à organização local, permitiu resultados expressivos, os quais possuem desdobramentos na atualidade, como a Lei Maria da Penha.

Por fim, relacionaremos a questão do 'empowerment'², o qual possibilita subsídios às mulheres, tirando-as da deriva da sorte, incluindo-as de forma legítima, com ferramentas, visando as suas ações no espaço.

Para conceituar gênero é preciso compreender que esta palavra possui um contexto social, espacial e temporal, poderíamos dizer que mantém com o mundo real uma relação complexa. De início, seria simples dizer que gênero serve para demonstrar a diferença entre as identidades femininas e masculinas, ou seja, para designar o sexo social, a percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. Porém, numa

² Leia-se empoderamento: **Empoderamento** é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir (KIRKWOOD, 1986).

perspectiva mais ampla, devemos levar em conta que a origem da desigualdade de gênero está na divisão sexual do trabalho.

Em seu artigo “A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização”³, Nogueira (2004), sinaliza sobre essa questão, explicando que desde os primórdios da humanidade, é na divisão sexual do trabalho que o papel da mulher já se inicia desprivilegiado. Ela revela que tanto a mulher livre, quanto a mulher escrava tinham o seu trabalho pertencente à esfera doméstica, sendo responsáveis pela manutenção da subsistência e da reprodução, passando por vários campos, como o da alimentação, o da higiene e o das crianças.

Nogueira utiliza-se de uma citação de Marx e Engels, da obra *A Ideologia Alemã*, para explicar a situação existente:

A primeira divisão do trabalho é que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, ao que Engels acrescentou, na *Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, que o primeiro antagonismo de classes apareceu na História e coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; é a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (Marx e Engels, apud Nogueira, 2004, p.244).

Como podemos perceber, a relação social de gênero já se origina de forma conflituosa até mesmo nas relações domésticas, atingindo um grau de complexidade maior especialmente no mundo do trabalho.

No mesmo texto, Nogueira (2004) alerta ainda, sobre a inserção da mulher na grande indústria e como o capitalismo utiliza a divisão da força de trabalho como forma de rebaixar o valor do trabalho.

A condição sexual é, em sua maioria, decisiva e determinante na escolha do tipo de carreira, ainda hoje se cria um perfil de acordo com o sexo do indivíduo e não de acordo com suas habilidades. Por exemplo, entre jovens de pouca escolaridade, cabe aos rapazes serem entregadores, office-boys, moto-boys, operários da construção civil ou da indústria, trabalhadores no transporte de cargas, motoristas, trabalhadores rurais, vendedores ambulantes, seguir carreira policial ou militar. Em geral, as moças nas mesmas condições se orientam para ser secretárias, copeiras, auxiliares de serviços gerais,

³ Artigo inserido no livro *O AVESSO DO TRABALHO* /2004.

ajudantes de cozinha, recepcionista, empregadas domésticas, babás, faxineiras, comerciárias, operadoras de caixa ou telemarketing.

Mesmo entre jovens que conseguem cursar a universidade, é freqüente haver uma adesão maciça das mulheres às carreiras existentes nas ciências sociais ou humanas (psicologia, educação, letras, serviço social, história, artes, enfermagem, terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição etc). Nem sempre essas profissões estavam associadas somente a participação feminina, diferente do que ocorre hoje, já que estas se tornaram atributos quase que exclusivamente femininos.

Já se nota, atualmente, uma forte presença das mulheres em cursos como direito, medicina, odontologia, engenharias, arquitetura, comunicação, tradicionalmente redutos de prestígio masculino. Ainda assim, as escolhas dos homens continuam a ser orientadas para as ciências básicas (física, química, biologia), para as engenharias, a economia, a informática, a administração de empresas, o mercado externo (comércio exterior, relações internacionais), dentre outras áreas tidas no senso comum mais propensas aos homens.

Mesmo em contextos de reconhecida presença de ambos os sexos, por exemplo, numa agência bancária, verifica-se que existe uma certa distinção na distribuição dos funcionários homens e mulheres nas diferentes seções da agência, desde a segurança, serviço de café, até a presidência do banco.⁴

Por uma perpetuação cultural, durante muito tempo, em sua maioria o papel dela é relegado apenas a coadjuvante do gênero masculino. Isso se justifica em função das perspectivas em que são olhadas. No mundo do capital, como mostrava Marx, “o trabalho doméstico não era produtivo, já que não produzia valor de troca, mesmo sendo produzido para a sociedade” (Faria 2002, p.15). Ou seja, mesmo que o trabalho da mulher seja o sustentáculo para que os micromundos (seus lares) funcionem em harmonia, possibilitando que o macro (o mundo do trabalho) funcione de forma constante e produtiva, só porque o trabalho delas ocorre no interior de seus lares, acaba se tornando desvalorizado. Ou seja, apesar de todos os direitos adquiridos, a mulher ainda se subordina ao poder masculino, até mesmo por uma questão cultural.

⁴ Pesquisa divulgada pelo site do CLAM (Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos)/ www.clam.org.br, acessado em outubro de 2006.

De forma mais ampla podemos dizer que gênero: é uma dada maneira de olhar a realidade da vida (das mulheres e dos homens) para compreender as relações sociais entre mulheres e homens, as relações de poder entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Para melhor exemplificarmos isso, sistematizaremos, a seguir, algumas considerações presentes no texto “Gênero e outras formas de classificação social”⁵.

- Quanto ao Gênero, se refere à maneira pela qual as diferenças entre mulheres e homens assumem nas diferentes sociedades, no transcorrer da história.
- Gênero é o conjunto de características, sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo. São construções sócio-culturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” ou “feminino”.
- A Antropologia, sustenta que a dimensão biológica da espécie humana é transformada pela necessidade de capacitação cultural, essencial à sua sobrevivência. É a cultura que humaniza a espécie. Isso implica aceitar que temos um aprendizado sociocultural, que existem expectativas de agir. Conforme a sociedade em que vivemos, o agir feminino será pautado de uma maneira e o agir masculino de outra.
- É o processo de socialização que nos faz divididos em gêneros distintos. Por exemplo, espera-se que as meninas brinquem sempre de boneca e os meninos de bola. Então, faz-se necessária a compreensão de que o gênero é socialmente construído conforme circunstâncias históricas e culturais específicas e não derivado de diferenças naturais inscritas nos corpos dos indivíduos.
- Para as Ciências Sociais e Humanas, o conceito de Gênero refere-se à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser

⁵ Este texto é parte integrante do livro “Gênero e Diversidade na Escola – Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico Raciais, publicado pelo CLAM, MEC e pela SPM, versão 2009.

homem e de ser mulher é produzida pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não naturalmente determinados pelas diferenças inscritas em seus corpos. Por exemplo, o fato das mulheres, em razão da reprodução, serem tidas como mais próximas da natureza tem sido apropriadas por diferentes culturas como símbolo de sua fragilidade ou de sujeição à ordem natural.

- “Gênero” veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos, por exemplo, a idéia de que as mulheres são passivas, emocionais e frágeis e os homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produto de uma situação histórico cultural e política.

Se observarmos o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶, perceberemos uma postura política, na qual todos possuem igualmente o direito de ser respeitados/as, tratados/as com dignidade, sejam homens ou mulheres, brancos/as ou negros/as.

Uma importante contribuição para a concepção de Gênero é da antropóloga Margaret Mead⁷ que, ao estudar algumas tribos da Nova Guiné (Arapesh, Mundugomor e Tchambuli), revolucionou o que chamávamos de papéis sexuais, ela verificou que essas tribos apresentavam uma organização social semelhante, mas que as duas primeiras não estabelecem um padrão sentimental distinto para homens e mulheres. Ou seja, existe um tipo de personalidade ou temperamento socialmente aprovado para todos os integrantes da sociedade. Ela concluiu que, segundo os nossos parâmetros, a cultura Arapesh poderia ser caracterizada de maternal. Os Mundugomor estimulavam o comportamento agressivo para ambos os sexos. E que, entre os Tchambuli, as personalidades de homens e de mulheres se opõem e se

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos – Promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, delinea os direitos humanos básicos. Composta por 30 artigos, é o documento traduzido no maior número de línguas: cerca de 330 em 2004. Sua redação sofreu influência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, surgida na Revolução Francesa, que declarava a igualdade de direitos entre os homens e reivindicava como seus direitos naturais a liberdade, a propriedade, a segurança e à resistência à opressão.

⁷ Margaret Mead - Antropóloga norte-americana (1901-1978), revolucionou sua área de pesquisa ao torná-la popular e ao alcance dos leigos. Seu objetivo era dar às pessoas comuns uma ferramenta para entender seu lugar no mundo.

complementam, contudo, estão invertidas em relação ao padrão ocidental. Os homens são mais gentis e delicados do que as mulheres consideradas fortes e bravas.

Torna-se claro, através do estudo de Margaret Mead, que na construção do conceito de gênero, a questão cultural é a de maior relevância. E, que cada grupo humano, dependendo da época e das características de lugar, atribuiu valores diferentes para cada coisa, mesmo que semelhantes. No caso em questão, homens e mulheres são seres humanos, mas são tratados diferentemente pela questão sexual.

A utilização da palavra “gênero” inicia-se na década de 1980, pelas feministas americanas e inglesas, para explicar as desigualdades entre homens e mulheres, e que evidenciavam situações de discriminação e opressão. Nessa época, as investigações sobre a condição social das mulheres já apontavam uma forte desigualdade entre homens e mulheres, que tendia a aumentar conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida. A desigualdade abarcava a esfera pública e privada. Na esfera pública, era visível nos salários menores do que os dos homens em serviços iguais e na pequena participação política. Na esfera privada, pela dupla moral sexual e pela delegação de papéis domésticos. A desigualdade era e ainda é justificada por setores conservadores religiosos, científicos e políticos, pela diferença biológica entre homens e mulheres.

Não se deve, também, confundir Gênero com feminismo, estão relacionados, mas não é igual à mulher ou ao feminismo. As relações de gênero podem ser estudadas a partir das identidades femininas e masculinas. Gênero significa relações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever ou analisar essas relações, o feminismo vai além ao mostrar que essas relações são de poder e produzem injustiça.

Alertando sobre as diferenças de lutas de cunho feminino e feminista e as de gênero, Woortmann⁸ esclarece:

O movimento feminino reunia mulheres em torno de causas filantrópicas e ao pertencimento à classe média e elites urbanas, fortemente vinculadas a grupos religiosos. Por outro lado, o movimento feminista emerge associado à abertura política, lutando

⁸ Woortmann, Heredia & Menashe. Coletânea sobre estudos rurais – Margarida Alves/ MDA.

por mudanças que incluíam o reconhecimento da especificidade e identidades femininas e, num plano mais amplo das relações sociais. (Woortmann, 2006, p.18).

Outra autora que faz um alerta sobre a diferença entre ser feminina e não necessariamente, feminista é Amália Sina⁹, em suas palavras:

Não necessariamente são feministas as mulheres que galgam posições cada vez mais importantes no planeta. O feminismo envolve, provavelmente, o quesito militância ostensiva. Boa parte das mulheres que ousaram e ousam nadar contra a corrente do machismo são femininas na mais estreita acepção da palavra. Vivem sua condição de maneira absolutamente natural, sem necessitar subir em palanques para deixar claro o que pensam (Sina, 2005, p.5).

Fica claro que existe diferença entre ser feminina e ser feminista. Poderíamos dizer que existem posições feministas, ações feministas e, até mesmo, pessoas que são feministas, exercendo sua ideologia. No entanto, esta diferença serve apenas para esclarecimento e não para desvalorizar a conquista realizada pelas mulheres, seja individualmente ou no coletivo.

Mais uma contribuição sobre esse conceito é de Marta Ferreira Santos Farah¹⁰ em seu artigo “*Gênero e Políticas Públicas*”, diz:

Nessa discriminação de temas ligados à problemática da mulher, houve uma convergência com o movimento feminista. O feminismo, diferentemente dos movimentos sociais com participação de mulheres, tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático (FARAH, 2004, p.47).

A autora revela, que o espaço público precisa enxergar as diferenças de gênero para viabilizar ações includentes que possibilitem às mulheres exercerem sua cidadania plena, tanto quanto o gênero masculino.

Um outro modo de olhar sobre o conceito de Gênero é encontrado no texto de Simião (2002), em seu artigo “As Coisas Fora do Lugar. Gênero e o

⁹ Presidente da Walita no Brasil entre 2001 e 2005 e vice-presidente sênior para a América Latina da Royal Philips Eletronics.

¹⁰ Professora da Fundação Getúlio Vargas - SP (professor adjunto), nos cursos de graduação e de pós-graduação em Administração Pública e Governo. É coordenadora do Curso de Graduação em Administração desde 2004 e coordenadora do Programa Gestão Pública e Cidadania (FGV e Fundação FORD),

Potencial de Programas de Geração de Emprego e Renda”¹¹. De uma maneira muito criativa, o autor relaciona a questão do Gênero e sua ausência de legitimação sob uma questão espacial, utiliza uma metáfora sobre um acontecimento real, para exemplificar que é necessário o rompimento de perspectivas para percebermos as situações sob novos paradigmas. Ele cita o caso ocorrido com os integrantes do movimento dos sem teto de São Paulo que foram passear todos ao mesmo tempo em um shopping, provocando o temor dos comerciantes, e estarrecendo a população habitual desses lugares, já que a massa dos excluídos se fazia presente no templo do consumo, um lugar de referência para os incluídos. Destaca que essa ação teve o mérito de quebrar as regras da normalidade. Nas palavras do autor:

Como disse no início, ao quebrar a regra normal, aquela experiência a tornou evidente. Deixou claro quais eram os modelos socialmente aceitáveis e utilizados pelas pessoas nas suas relações de consumo. Guardadas as proporções, podemos dizer que algo muito semelhante pode ocorrer com as práticas de geração de emprego e renda sob uma perspectiva de gênero. Um grupo de mulheres tocando um negócio, administrando suas contas, gerindo estoques, negociando preços e prazos com fornecedores, clientes e distribuidoras é uma situação que desorganiza modelos tradicionalmente normais segundo os quais se dão relações de gênero. (Simião, 2002, p. 90).

Pela experiência relatada acima e pelas relações que se estabelece no espaço concreto e real do dia-a-dia, ainda existem situações que não possibilitam a inclusão social, tanto dos “excluídos” pelo capital, quanto das mulheres, pela sua condição feminina. Simião (2002) retrata isso quando exemplifica que as mulheres têm problemas até mesmo na compra de matérias-primas, bem como na venda de seus produtos, porque do ponto de vista social, estão quebrando a barreira da “normalidade” esperada pela condição feminina. Porque, muitas vezes, o trato deve acontecer com homens e estes nos primeiros contatos não reconhecem o papel de empreendedora das mulheres, como num caso citado por ele, podem provocar situações inusitadas, como quando uma mulher do grupo teve que vender pão no carro do vizinho, ela era vista com desconfiança pelas pessoas da comunidade.

¹¹ Esse artigo está inserido no livro *Perspectivas de Gênero – Questões para ONGs/ 2002*.

A expressão gênero vem, paulatinamente, se incorporando aos instrumentos normativos internacionais e na legislação dos países. No Brasil, foi introduzida na Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará” (Decreto n. 1973, de 01/08/1996)¹², para esclarecer o conceito de violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no Gênero. O seu conceito origina-se da relação de poder. Aparece também no Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388, de 25/09/2002), com um significado mais restrito. O Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma, incorpora: (a) uma definição de gênero, (b) o princípio da não discriminação baseada em gênero, (c) normas de procedimento e prova, proteção e participação em relação a vítimas e a testemunhas de crimes de violência sexual, e (d) criminaliza em nível internacional a violência sexual de gênero.

Em seu artigo sobre Gênero, Ela Castilho¹³ (2008, p.01) destaca que o primeiro ponto notável é:

(...) a introdução do conceito gênero em um instrumento legal internacional. De acordo com o art. 7º, item 3, “entende-se que o termo “gênero” abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado”. É uma redação fruto de negociação intensa com o Vaticano e os países islâmicos, que reduzem o gênero a uma questão biológica. A expressão “dentro do contexto da sociedade” dá-lhe a perspectiva cultural necessária, embora de forma imprecisa e insuficiente.

Observa-se a construção de um novo paradigma, no qual a história da sociedade deve ser construída não pela identidade sexual, mas sim pelas habilidades e potencialidades dos indivíduos que a integram.

A partir de 1990, como lembra Wortmann (2006), mesmo no âmbito acadêmico, os movimentos feministas e femininos incorporam uma nova perspectiva pautada pela noção de gênero. Que originou-se a partir dos *gender studies*¹⁴ do Primeiro Mundo, o que impulsionou um grande número de cursos promovidos em universidades, assim como em sindicatos e ONGs.

¹² Informação retirada do site www.esmpu.gov.br, Dicionário de Direitos Humanos em 15/02/2008

¹³ Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão desde maio/2004, hoje no segundo mandato.

¹⁴ No livro *Gender and Discourse* edited by Ruth Wodak pode-se ampliar o universo de pesquisa sobre o referido tema, o mesmo se encontra disponível no site <http://books.google.com>, acessado em 09/06/2008.

A perspectiva de gênero estava sendo reavaliada em todas as esferas, inclusive no que diz respeito à linguagem, como era construído o papel da mulher nos meios de comunicação, nos aspectos não verbais dos textos. Através do trabalho de Ruth Wodak¹⁵: “*Gender and Discourse*”, muitas reflexões acerca do tema disseminaram-se, reproduzidas pelo olhar de outros cientistas. Ela conta que a ACD (Análise Crítica do Discurso) como uma rede de estudiosos emergiu nos anos de 1990, depois de um pequeno simpósio em Amsterdã, em janeiro de 1991. Por acaso, e com o apoio da *University of Amsterdã*. Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e a mesma passaram dois dias juntos, e tiveram a maravilhosa oportunidade de discutir teorias e métodos de análise do discurso, especificamente de ACD. Ela disse como isso permitiu que todos confrontassem entre si abordagens distintas e diferenciadas, abordagens as quais ainda marcam as tendências existentes hoje. Conta ainda que, nesse processo de formação de um grupo, diferenças e similaridades foram expostas; diferenças em relação a outras teorias e metodologias em análise do discurso, e semelhanças numa forma programática que poderia estruturar as diferentes abordagens teóricas apresentadas pelas várias biografias e escolas dos estudiosos que formavam o grupo. A seguir, uma perspectiva do que essa nova corrente paradigmática objetivava revelar:

Em contraste com outros paradigmas da análise do discurso e da lingüística textual, a LC e a ACD focalizam não só textos, falados ou escritos, como objetos de investigação. Uma abordagem realmente crítica do discurso exigiria, portanto, uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p.2 apud Wodak, p). Consequentemente três conceitos são indispensáveis para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia. (WODAK, 2001, p.225)

¹⁵ O início dessa rede de ACD é também marcado pelo lançamento da Revista *Discourse and Society* (1990), editada por Van Dijk, assim como por vários livros, como *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989), *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989), ou do primeiro livro sobre o racismo escrito por Teun van Dijk, *Prejudice in Discourse* (1984). Mas o encontro de Amsterdã estabeleceu um começo institucional, uma tentativa tanto de iniciar um programa de intercâmbio e múltiplos projetos conjuntos e colaborações entre os diferentes estudiosos e as diferentes abordagens, assim como uma edição especial da Revista *Discourse and Society* (1993), que reuniu as abordagens mencionadas acima. Desde então, muita coisa mudou em termos de agenda, quanto em termos dos pesquisadores envolvidos. Novos períodos foram lançados, inúmeros ‘estado da arte’ foram escritos, fazendo com que hoje a ACD seja um paradigma estabelecido dentro da lingüística.

A ACD foi e é uma importante contribuição para a sociedade, pois possibilitou uma mobilização em favor de desconstruções de conceitos as quais promoviam uma relação desigual de gênero, que, de uma forma não-verbal, reforçava a desigualdade. Verifica-se, também que, para uma sociedade tornar-se de fato democrática, é imprescindível contemplar todas as suas áreas, iniciando por sua constituição, passando por suas mídias, incluindo revistas e livros-didáticos, até tornar essas práticas comuns na vida das pessoas, instrumentalmente através das políticas públicas.

Duas autoras que contribuem com a conceituação sobre as relações sociais de Gênero é Faria e Nobre (1997, apud. Pacheco, 2002, p.141), segue abaixo as sistematizações que reproduzimos aqui:

- O conceito explica as identidades e papéis masculino e feminino como construção histórica e social, sujeita, portanto à mudança. Essa construção tem uma base material e espacial e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho.
- As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres; através dessas relações começamos a apreender o mundo.
- As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais: os mundos do trabalho, da cultura e da política se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos.
- Gênero contribui para superar as dicotomias entre produção e reprodução, entre privado e público e mostra como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas.
- A análise de gênero deve ser indissociada das análises de classe, raça, idade, vida urbana ou rural, espacial e momento histórico.

A conceituação de gênero se faz importante, porque dimensiona o quanto ainda persistem paradigmas os quais necessitam ser desconstruídos, o quanto ainda se fazem necessárias pesquisas que enfoquem o trabalho da mulher para configurar a sua contribuição na sociedade atual. Somente a partir de dados colhidos da realidade, da sociedade em movimento, das ações, dos conflitos que se espacializam no espaço geográfico é que se poderá

estabelecer maneiras, formas e metodologias de um outro olhar e de um novo agir.

Como o papel da mulher nem sempre é considerado com a devida relevância, nem sempre as políticas públicas ou privadas estão adequadas para contemplar as necessidades de acesso geradas pela condição feminina.

A investigação de potencialidades produtivas femininas poderá servir de base para desconstruir algumas diferenças que estão impressas na construção da sociedade, que segundo Pease (2000, p.14), homens e mulheres devem ser iguais no direito à oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades.

No Brasil, a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 2003, consolidou a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas. A seguir, apresentaremos em dois quadros a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres¹⁶ e os objetivos que esta secretaria contempla:

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o governo federal, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias governamentais, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes. A SPM trabalha com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres. A Secretaria foi criada através da Medida Provisória 103, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

QUADRO 1: CRIAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Fonte: Presidência da República/SPM/2008.

¹⁶ Esta informação pode ser ampliada no site www.presidencia.gov.br, acessado em 16/06/2008.

É competência da SPM:

- . assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- . elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional;
- . elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo;
- . promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- . promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e três Subsecretarias.

QUADRO 2: COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.

Fonte: Presidência da República/SPM/2008.

Cabe ainda destacar que, em 28 de maio de 2008, a SPM baixou uma portaria interministerial n.º 20, publicada no Diário Oficial da União, que institui parceria entre a SPM e MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) para desenvolvimento de programas na área de gênero. Esse instrumento tem por finalidade potencializar iniciativas conjuntas em ciência e tecnologia e estabelece a constituição de Comissão Técnica Interministerial. O instrumento assinado pela ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), e pelo ministro Sérgio Rezende, de Ciência e Tecnologia (MCT) visa produzir, aplicar e disseminar conhecimentos sobre questões de gênero; incentivar a constituição de grupos de pesquisa e a cooperação técnica, com ênfase em temas relacionados a gênero; e estimular a promoção de eventos para socializar experiências e divulgar estudos relacionados. A formalização de parceria entre a SPM e o MCT potencializa o Programa Mulher e Ciência, criado em 2005 para estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Quem melhor descreve a importância dessa parceria é a subsecretária de Articulação Institucional, Sônia Malheiros Miguel, quando diz que é fundamental aprofundar a produção de conhecimento no campo dos estudos

de gênero e valorizar a atuação das mulheres nos processos de decisão e pesquisa.

O sítio na internet da SPM oferece um mapa dividido por estados com os serviços oferecidos especificamente para a mulher, sendo que os mesmos são prestados pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais, além de outras instituições da sociedade civil. Entre eles estão: Centros de Referência à Mulher; Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher; Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; Casas Abrigo; Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual; Serviços de Atendimento às Mulheres Lésbicas; Serviços de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas; Serviços de Atendimento Jurídico; Conselhos Estaduais e Municipais de Direito da Mulher; Delegacias Regionais do Trabalho/Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho; Grupos e Organismos Não Governamentais de Mulheres; Pastorais da Mulher Marginalizada -PMM; Outros Organismos Relacionados às Mulheres; Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher.

Percebemos, através desses serviços, um grande avanço das Políticas Públicas em relação à mulher. Porém, verificamos que a maioria dos serviços acontece nas grandes cidades e nas capitais.

Para concluir essa etapa, gostaríamos de destacar as idéias de Milton Santos, quando disse:

Desfetichizar o homem e o espaço é arrancar à Natureza os símbolos que ocultam a sua verdade, vale dizer, é revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca (SANTOS, 2004, p.39).

Observando essas idéias sob a perspectiva de gênero e em relação ao objetivo desse trabalho, percebemos a importância de situar o papel da mulher na produção e geração de renda. Porque o trabalho possui dimensão central na vida das pessoas e da sociedade. Se estabelecermos o papel da mulher, é possível, como Santos diz, desmistificá-lo e assim revalorizá-lo na devida proporção na sociedade.

Ao situarmos o papel da mulher na produção e geração de renda, estabeleceremos outra perspectiva, pois estaremos relacionando o conceito de

gênero sob uma perspectiva geográfica e, para demonstrar a importância desse outro olhar, utilizaremos as palavras da geógrafa Silva¹⁷:

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos (SILVA, 2003, p. 33).

Pelo argumento acima, fica evidente um não envolvimento da ciência geográfica, com as questões relacionadas ao espaço ocupado pela mulher, por este ocupar esferas informais. Diante desse fato, cabe a nós, geógrafos e geógrafas, investigarmos situações que envolvam o universo feminino e dimensioná-lo no espaço geográfico. Ao investigarmos as condições de trabalho das mulheres de Guaporema, realizaremos uma tentativa de contribuir para que o espaço geográfico seja analisado sob essa perspectiva de gênero.

Faz-se necessário destacar, ainda, em concordância com Silva (2003), que a Geografia conta com poucos pesquisadores interessados em revelar situações relacionadas às condições de gênero, diferente de outras ciências, como a História, Psicologia, Sociologia e Antropologia. E, não podemos apenas nos preocupar em demarcar as diferenças nos espaços ocupados pela mulher, mas, através das pesquisas, auxiliá-las a ocupar um lugar que lhes atribua qualidade de vida.

¹⁷ Joseli Maria da Silva, Doutora em Geografia pela UFRJ. Professora do DEGEO da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1.1.AS CONQUISTAS FEMININAS QUE AJUDARAM A TRANSFORMAR A SOCIEDADE BRASILEIRA

Uma sociedade evolui a partir do conjunto de transformações sociais que são estabelecidas em todos os seus espaços: familiar, cultural, econômico, social, jurídico etc.

Costa (1997, p.110) diz que o marxismo foi a teoria que mais contribuiu para uma crítica eficiente sobre a sociedade, pelo fato de explicar a vida social como uma totalidade integrada, cujas desigualdades entre as partes são conseqüências das relações que mantêm entre si e não de sua natureza.

Ou seja, não podemos pensar numa sociedade democrática sem que todos os seus espaços sejam contemplados. Incluir as questões relacionadas ao mundo do trabalho, especialmente a produção feminina, é a maneira mais eficiente para a promoção da cidadania das mulheres. Uma sociedade evoluída poderíamos definir, é aquela cuja sociedade possui a real dimensão da contribuição dos indivíduos em sua formação e transformação.

Devemos destacar ainda o que Nobre (2002) diz, quando reconhece que a teoria e o método marxista são de grande utilidade às feministas por sua historicidade e por incorporar processos não econômicos, como a política e a cultura, na análise da realidade. Ainda mais, diz ela, quando os/as feministas se propõem olhar a realidade não só a partir de gênero, mas articulando classe, gênero e raça. Nas palavras da autora:

Um ponto comum entre o marxismo e a teoria econômica feminista tem o propósito de criar instrumentos para transformar a sociedade e combater as desigualdades, e o marxismo também tem esse pressuposto de que a realidade é transformada a partir da ação coletiva e de que é importante ter uma ciência social com uma visão libertadora e de transformação que embase essa ação (NOBRE, 2002, p.15).

É indiscutível a importância da cultura, que se traduz pela prática social na vida e no trabalho dos indivíduos. Somente a partir deste olhar e do agir transformador, consegue-se o exercício de uma sociedade justa, que percebe a importância da contribuição de todos e todas.

Com relação à situação das mulheres, as transformações ocorridas no Brasil nas últimas três décadas foram fundamentais para configurar e situar de

maneira apropriada o seu papel na sociedade. Eva Alterman Blay¹⁸ destaca o início dessas transformações:

Desde a metade do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama econômico e cultural do Brasil mudou profundamente. A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar etc (BLAY, 2003, p. 87).

No entanto, essas transformações não aconteceram de forma espontânea, mas sim impulsionadas por uma série de Tratados e Convenções que se estabeleceram no cenário internacional e que tiveram grande influência na transformação do cenário nacional. Além disso, a mobilização efetuada pelas mulheres, desde as instâncias locais, estaduais, federais e internacionais se tornou a chave para a concretização das solicitações. Foi somente devido ao grau de organização das mulheres, antes e após as convenções, que houve sucesso nas negociações estabelecidas.

Tendo em vista o objeto de estudo desse trabalho, acreditamos que seja imprescindível uma sistematização temporal das conquistas femininas ao longo do último século XX, para que seja feita a devida reflexão de como essas conquistas ajudaram a transformar a sociedade em todos os aspectos. Mudanças que não ficaram restritas somente ao universo feminino, mas que se tornaram subsídios de transformação social.

Realizando um exercício de imaginação, a geração do século XXI talvez não consiga imaginar nem uma parte de todo o contexto histórico o qual a mulher está inserida para chegar até as conquistas do momento atual.

Segundo o PNAD/IBGE 2003, as mulheres constituem 42,7% da População Economicamente Ativa, sendo que 43,7% estão em área urbana e 37,8% no meio rural. Diante desses dados, parece surreal imaginar aquela figura totalmente do lar e preocupada apenas com os “problemas” do marido e da família, como expressa Eva Blay (2003, p.88):

Afirmava-se que naquela época o trabalho feminino provocava a desagregação da família. Daí o Estado ter incluído no Código Civil (1916), para proteger a família (mesmo a pobre), que a mulher deveria ter autorização do marido para trabalhar.

¹⁸ Senadora entre 1991-1995, Pós-Doutora em Ciências Sociais Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Governo do Estado de São Paulo.

Até a década de 1970, as mudanças em nosso país foram de pouca expressão. A própria constituição não coroava a importância da mulher em seu texto. Essas conquistas aconteceram de forma paulatina e impulsionadas pelo cenário externo, onde as seguintes conferências tiveram uma relevante contribuição: Conferência Internacional da Mulher no México (1975), Conferência de Copenhague (1980), Conferência de Nairóbi (1985), Conferência de Viena (1993), Conferência do Cairo (1994) e Conferência de Pequim (1995), através delas um novo paradigma estava em construção, passava-se a exigir um novo conceito de humanidade, ancorado em uma perspectiva mais diversificada, em que diferença de sexo, raça e etnia, orientação sexual e idade não implicam hierarquização nos direitos de cidadania.

Segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Brasil tem assinado todos os instrumentos de defesa aos direitos das mulheres das últimas décadas, entre eles os indicados a seguir:

- Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993);
- Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994);
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994);
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995);
- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979);
- Protocolo Facultativo à CEDAW (1999);
- Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001);
- Cúpula do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000);
- Recomendação nº. 90, de 29 de junho de 1951, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor;

→ Recomendação nº. 165, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre Igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família.

→ Convenção nº. 100, de 29 de junho de 1951, da OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor;

→ Convenção nº. 111, de 25 de junho de 1958, da OIT, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (entrou em vigor, no plano internacional, em 1960);

→ Convenção nº. 156, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família;

Não podemos excluir desses progressos a luta de nossas feministas, nem desprivilegiar o trabalho decisivo das organizações femininas, principalmente das ONG'S, porque foram estas que imprimiram um caráter de transformação do qual necessitava a nossa constituição. Como cita Eva Blay :

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. (É claro que, em contrapartida, o movimento feminino conservador, ligado especialmente à igreja católica e ao movimento militar, também se organizou). Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. (BLAY, 2003, p.91)

Durante as décadas de 1980 e 1990, o Brasil começou a participar mais ativamente das questões de gênero. Em 1985, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas desde 1983, iniciou-se no país a formação de delegacias especiais de atenção à mulheres vítimas de violência doméstica, a Conferência de Belém do Pará (1993), ações fundamentais para a institucionalização dos direitos humanos das mulheres no Brasil.

Desde 1916, o texto da Constituição privilegiava o ramo paterno em detrimento do materno. Regulava e legitimava a hierarquia de gênero e o lugar subalterno da mulher dentro do casamento civil.

A Constituição Federal de 1988 simboliza um marco fundamental na instituição da cidadania e dos direitos humanos e das mulheres no Brasil. Pela primeira vez na história constitucional brasileira, consagra-se a igualdade entre os homens e mulheres como um direito fundamental.

A Lei 10.406 de 10/1/2002, que só entraria em vigor um ano depois, desqualificou a anterior que possuía caráter discriminatório. Estabelece igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade conjugal, com o que o governo revoga suas reservas.

Porém, as transformações sociais não ocorrem simultaneamente a aprovação das leis. Esse é um processo difícil, lento e requer lutas constantes para a construção de novos conceitos sociais e novo agir social.

Não é nossa intenção aqui discorrer sobre todas as situações que ainda perduram, no entanto, é necessário destacar que, apesar de todo progresso obtido, a luta das mulheres ainda está distante do fim. Como exemplo, pode-se citar: a discrepância entre a média salarial masculina e a média salarial feminina – mesmo as mulheres tendo em média mais anos de estudo que os homens, a cronicidade da situação de sexismo aliado ao racismo, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais e, mesmo ainda a continuidade de modelos familiares tradicionais, o que provoca sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de crianças pequenas. E ainda, a não caracterização das tarefas domésticas como atividade econômica, mas que requer uma dispensa de tempo em média de 30 horas semanais por quem as realiza (IBGE, 1999).

Delineando um perfil da mulher trabalhadora brasileira hoje, segundo a Fundação Ford, *In BRASIL* (2006) podemos verificar:

- Entre 1992 e 2002, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina passou de 28 milhões para 36,5 milhões, a taxa de atividade aumentou de 47% para 50,3% e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadoras foi de 39,6% para 42,5%.
- Mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhava ou procurava trabalho em 2002 e que mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino.
- As negras são as trabalhadoras mais discriminadas no país. As brancas estão mais bem representadas nos melhores empregos e nos setores

mais organizados da economia, nos quais a probabilidade de obter salários mais elevados e melhores condições de trabalho é maior. Em 2002, entre as empregadas, 63% eram brancas e 37% eram negras (FCC, 1998, Série Mulheres no Mercado de Trabalho: Grandes Números).

- Quanto as mudanças demográficas, culturais e sociais: queda na taxa de fecundidade até atingir 2,4 filhos por mulher, em 2002; redução no tamanho das famílias, que em 2002 passam a ser compostas de apenas 3,3 pessoas, enquanto em 1992 tinham 3,7; o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (74,9 anos) em relação aos homens (67,3 anos); crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres, os quais em 2002, chegaram a 28,4% do total das famílias brasileiras, que é de 51,560 milhões, segundo o IBGE.
- As trabalhadoras que até o final dos anos 70 em sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães.
- Em 2002, a mais alta taxa de atividade feminina, superior a 70% é encontrada entre mulheres de 30 e 39 anos, e 67% daquelas de 40 a 49 anos também são ativas (FCC, 1998, Série Mulheres, Trabalho e Família).
- Mulheres que ocupam nas famílias brasileiras, a posição de cônjuge, foram aquelas cujas taxas de atividades mais cresceram, em 2002, mais de 55% delas eram ativas.
- De acordo com os microdados disponibilizados pelo IBGE, 79% das mulheres se dedicam a atividades domésticas, em comparação com 29% dos homens, sendo uma média semanal de 36 horas para as mulheres e de 14 horas para os homens.
- As mulheres das áreas rurais se dedicam, em média, seis horas a mais aos afazeres domésticos do que a das áreas urbanas, em função da falta de equipamentos eletrodomésticos, em comparação com a realidade nos centros urbanos (IBGE, 1999, p.134).

- Quanto mais a idade aumenta, maior o tempo de dedicação aos afazeres domésticos. Sendo que as mulheres pretas e pardas gastam mais tempo neles do que as brancas. Assim, como as nordestinas e as das áreas rurais, despendem mais horas que as do Sudeste e a das áreas urbanas.
- Destaca-se ainda o grau de escolaridade, enquanto as que têm de quatro a sete anos de estudo gastam 37 horas, o tempo consumido pelas mais instruídas (12 anos ou mais) cai para 28.
- Enquanto o homem gasta em média 46 horas semanal com o trabalho remunerado e as atividades domésticas, as mulheres consomem ao todo 61 horas (IBGE, 1999, p. 136).
- De todos os fatores, a presença de filhos pequenos é o que mais dificulta a ocupação feminina. Em 1998, as taxas de atividade das mães eram muito mais baixas quando as crianças tem menos de 2 anos (47%), ou mesmo entre 2 e 4 (58%), em comparação àquelas das mulheres com filhos maiores, que eram superiores a 60%.
- Todas as mães ampliaram sua presença no mercado de trabalho no período entre 1998 e 2002. Porém a mais alta taxa, de 70%, é das mães de crianças com mais de 7 anos – faixa etária em que, supostamente, elas teriam ajuda da escola no cuidado com os filhos.
- Entre 1992 e 2002 aumentou a proporção de domicílios chefiados por mulheres. Se em 1993 elas comandavam 22,3% do total de residências no país, em 2002 eram responsáveis por mais de um quarto. Além disso, com exceção dos estados do sul e do sudeste, as chefes de domicílio em sua maioria são pretas ou pardas (FCC, 1998, Série Mulheres, Trabalho e Família).
- Segundo as autoras Cintrão e Heredia *In* BRASIL (2006), no período de 1992-2002, mesmo havendo melhoria no acesso à educação, no meio rural não desempenhou o mesmo papel. Segundo elas, melhores condições de estudo, não levam necessariamente as melhore condições de trabalho. Além disso, na zona rural, o investimento em formação e na capacitação das mulheres para atividades agrícolas é tão importante e urgente quanto a educação formal.

Entre todas as conquistas das mulheres no seio da sociedade, uma delas merece bastante destaque, porque além de recente, é um divisor de águas em relação a violência doméstica contra a mulher, se trata da Lei 11.340/2006 ou como se tornou mais conhecida Lei Maria da Penha, pois está além da punição, caracteriza a violência doméstica e familiar como violação dos direitos humanos das mulheres e requer a proteção e procedimentos policiais e judiciais humanizados para as vítimas. Essa Lei é inovadora, porque agrega aspectos conceituais e educativos, seguindo a linha do Direito moderno, capaz de abranger a complexidade das questões sociais e o grave problema da violência doméstica familiar.

A Lei Maria da Penha, busca promover uma mudança nos valores sociais, por naturalizarem a violência ocorrida nas relações domésticas e familiares, em que padrões de supremacia masculina e subordinação feminina, durante séculos, foram aceitos por toda a sociedade. Em seu texto, apresenta de maneira detalhada, os conceitos e as diferentes formas de violência contra a mulher, pretendendo ser um instrumento de mudança política, jurídica e cultural.

Essa lei se originou por meio de uma gravíssima situação de violência familiar, na noite de 29 de maio de 1983, no Ceará, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, na época com 38 anos, levou um tiro enquanto dormia e ficou paraplégica. O autor do disparo foi seu marido, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveiros. Duas semanas depois, ele tentou matá-la novamente, dessa vez por eletrochoque e afogamento durante o banho.

Nada aconteceu de repente. Durante todo o tempo que esteve casada Maria da Penha, sofreu repetidas agressões e intimidações, sem reagir, temendo represálias contra ela e as três filhas. Depois de ter sido quase assassinada por duas vezes, tomou coragem e decidiu fazer uma denúncia pública. A justiça condenou Heredia pela dupla tentativa de homicídio, mas graças aos sucessivos recursos de apelação, ele conseguiu se manter em liberdade.

Até que, 18 anos depois, já em 2001, A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA)) acatou as denúncias, feitas em 1998, pelo Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil) e pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos

Direitos da Mulher (CLADEM, seção nacional). A Comissão publicou o Relatório nº 54 responsabilizando o Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, recomendando várias medidas no caso específico de Maria da Penha e a revisão de políticas públicas vigentes no âmbito da violência contra a mulher. Marco Antonio Heredia Viveiros foi preso em 2002. Cumpriu dois anos de pena de prisão e ganhou regime aberto¹⁹.

Pode-se verificar que, apesar de todas as conquistas femininas, estas ainda não são suficientes para a construção de uma sociedade mais justa, na qual o ser humano seja o protagonista, independentemente do sexo. E, justamente investigando e quantificando o universo paralelo da produção e geração de renda feminina, que pretendemos trazer a luz para uma sociedade mais igualitária.

¹⁹ Para saber mais sobre a Lei Maria da Penha, acesse: <http://www.assufba.org.br/legis/leimariadapenha.pdf>

1.2.A QUESTÃO DO ‘EMPOWERMENT’, COMO FORMA DE LEGITIMAR A AÇÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO.

A palavra “*empowerment*” é um termo utilizado em muitas categorias, desde a empresarial até a educacional, porém, todas as aplicações dizem respeito à ampliação de oportunidades a pessoas que de alguma forma possuam uma carência. Essa palavra possui um contexto de inclusão, pois expressa um processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas, serão instrumentalizadas adequadamente para desenvolver suas potencialidades, não importando a sua condição social, sexual, cor da pele etc.

No caso das mulheres, em função da sua condição desprivilegiada, seja pela representatividade menor nas variadas escalas de poder, seja pelas condições locais que tornam a sua vivência mais dificultosa. O empoderamento é uma forma de promover um exercício de cidadania igualitária para as mulheres em relação às vantagens e possibilidades que são oferecidas para os homens.

Faz-se necessário um conjunto de ações que poderão transformar ou desconstruir os paradigmas estabelecidos a respeito de gênero. Sabemos que tais ações devem contemplar todos os aspectos da sociedade, perpassando suas leis, inclusive suas mídias. Ou seja, para que as mulheres possam exercer a cidadania na plenitude, necessitam possuir condições iguais ao sexo masculino, no que diz respeito ao acesso, iniciando-se por suas ferramentas e condições de trabalho, passando por sua forma de mobilidade e comunicação.

Porém, para que a transformação se torne completa e efetiva na vida das pessoas, deve acontecer no espaço de vivência, sendo o espaço, como diz Milton Santos(2004), o palco dos acontecimentos. É no espaço, que os processos e conflitos tomaram sua verdadeira forma. Somente através do espaço é que se estabelecerão as relações sociais. Para Fanny Gómez:

(...) o empoderamento é um processo de aquisição de autoconfiança e auto-estima individual gerado das aprendizagens e exercido na convivência, baseado nas relações sociais democráticas e ao estímulo ao poder compartilhado (GÓMEZ, 2004, apud NEGRÃO, 2007, p.628)

Perante esse conceito, percebemos que o empoderamento é um processo que ocorre através de ações e reivindicações na busca por relações sociais mais justas consolidadas por meio do espaço geográfico.

De forma ousada, entrelaçando ao conceito de empoderamento, para melhor representar essa situação, utilizaremos do conceito de Lefèbvre:

O espaço social como toda realidade social, é definido metodológica e teoricamente por 3 conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. Isto significa que todo espaço social pode ser o objeto de uma análise formal, estrutural e funcional (LEFÈBVRE, 1974, p.172)²⁰.

Tendo esse conceito como base e aplicando-o no caso das mulheres, entendemos que a forma estaria representada pelos movimentos sociais, a estrutura pela ação das mulheres na sociedade e a função, através do empoderamento das mulheres no espaço. Ou seja, através das possibilidades de acesso da mulher no mundo do trabalho, poderíamos classificar o seu empoderamento.

Outra autora que traz uma reflexão sobre o tema é Frohn (2002), quando em seu artigo “*Femmes, pouvoir local et politiques municipales à Quebec*” diz:

Quels sont-ils? Dans quelle mesure la participation au marché du travail contribue-t-elle à l' empowerment des femmes, en particulier au niveau local? En d' autres termes, jusqu'à quell point leur donne-t-elle véritablement accès à la cite? (FROHN, 2002, p.361).²¹

O grande questionamento da autora nesse artigo, é até que ponto as políticas públicas possibilitam ou impedem o acesso das mulheres as cidades e como estas podem participar do mundo trabalho, apesar de sua condição feminina. Como a sociedade se organiza, através da construção de creches, escolas, transportes coletivos que permitem um arranjo estrutural que auxilie e traga maior liberdade para a mulher trabalhar. Ela questiona ainda até que ponto a participação das mulheres na política nacional ou local traduz-se em políticas públicas voltadas para as mulheres. Destaca a importância para a realização de um censo específico feminino em relação ao mundo do trabalho, para que as políticas públicas sejam dimensionadas adequadamente e centraliza a escolarização como uma das medidas determinantes para o empoderamento das mulheres.

²⁰ Traduzido por Ivaneti Pereira Martins da Silva (PGE-UEM)

²¹ Quais são? Em qual medida a participação no mercado de trabalho contribui ao empowerment das mulheres, em especial a nível local? Em outros termos, até à qual ponto se dá verdadeiramente seu acesso a cidade?

Muitas perspectivas são utilizadas para auferir o empoderamento das mulheres, entre elas podemos destacar o trabalho de Negrão e Viscarra²², que pesquisaram o empoderamento das mulheres através do acesso as tecnologias de informação e comunicação em Porto Alegre. Segundo as autoras, elas seguiram a lógica que "informação é poder". Em síntese, em sua pesquisa, elas observaram:

Com relação ao acesso digital, a pesquisa revelou que 42,5% das mulheres usam a internet há mais de 3 anos, que 57% o fazem há menos tempo. A maioria do grupo (58%) acessa diariamente ou semanalmente e utiliza o telecentro como principal local de acesso. Porém apenas 2% das entrevistadas destacaram o telecentro como local de aprendizagem as tecnologias da informação e comunicação. (NEGRÃO, 2007, p.627)

Pelo exemplo apresentado, o empoderamento acontece quando há a apropriação tecnológica da mulher. Fato que, no século XXI, possui extrema importância, já que hoje a cidadania só é exercida se as pessoas estão incluídas digitalmente. Então, as relações sociais devem ser pautadas no acesso à cidadania em igualdade de condições.

Para uma sociedade completa, que privilegie a participação de todos, deve ocorrer o empoderamento, onde os indivíduos não precisem contar apenas com a própria sorte, mas com possibilidades possíveis, através de políticas públicas as quais permitam a transformação para a criação de um espaço democrático, especialmente através das relações sociais que acontecem pelo e para o trabalho.

Percebemos que em Guaporema, a organização alternativa do trabalho das mulheres possui grande expressividade e poderá contribuir para o empoderamento delas e para o desenvolvimento local. Desta forma, é de fundamental importância entender a sua dinâmica e organização para dimensionar adequadamente o papel delas e do seu trabalho na formação da sociedade e contribuindo para o desenvolvimento local autogerido e autosustentado.

²² Esta pesquisa pode ser verificada na íntegra no artigo "Tecnologias de Informação e Comunicação como Ambiente de Empoderamento de Gênero."

2. ESPAÇO EMPÍRICO DE ANÁLISE

Neste capítulo, demonstraremos a metodologia utilizada para realizar a investigação no município de Guaporema, sendo a mesma fundamental para sistematizar as entrevistas e o levantamento histórico. A seguir, explicaremos a escolha de uma pequena cidade ou município periférico como categoria de análise, no sentido de desmistificar os preconceitos que envolvem pesquisas relacionadas com esse universo.

Caracterizaremos o referencial empírico de análise através de uma panorâmica geral, perpassando pelas características naturais e fluxos migratórios que configuram a região. Trataremos, também, das especificidades do município de Guaporema, condições e situações provocadas pelo declínio demográfico que influenciaram na qualidade de vida da população.

A seguir, faremos uma conceituação a partir da construção entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, na perspectiva da integração da sociedade, ou seja, dos atores envolvidos no processo, excluindo a perspectiva capitalista de gerar apenas desenvolvimento no local e não ao local.

Por fim, trataremos de situações que envolvem um município periférico como: a população residir em sua maioria na zona rural e as políticas públicas estarem direcionadas para a população urbana, questões relacionadas aos critérios funcionais e estruturais que classificam uma cidade e a sinalização da possibilidade de desenvolvimento local por meio da economia solidária.

2.1. COMO SE PROCESSARAM AS INVESTIGAÇÕES NO MUNICÍPIO

É sabido que existe uma lógica local e uma lógica global que justificam os processos de produção do espaço. Podemos analisá-las sobre várias ordens e escalas, no entanto, quando se estuda o espaço do ser humano, faz-se necessário entender a sua organização local para dimensioná-lo no contexto global. A partir do momento que se investiga a dinâmica do seu lugar (e/ou de sua região), reúnem-se ferramentas que permitem entender e, possivelmente, justificar sua ação na construção do espaço, já que este está muito além do espaço físico em si, adquirindo uma dimensão maior quando se tratam das relações sociais, ou seja, quando analisamos o espaço geograficamente. Justificamos isso nos dizeres de Milton Santos:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 2004, p.54).

Mesmo elegendo “teoricamente” o lugar para o estudo de caso, não se tem a noção do que se pode esperar *‘in loco’*. Muitas questões se interpõem diante da expectativa do local de investigação. Geralmente, tais questões justificam algumas angústias pelo desconhecido. No caso de Guaporema não foi diferente, pois apesar de possuímos algumas informações relativas à Geografia, a possibilidade do olhar com propriedade, da perspectiva própria, foi essencial para que desenvolvêssemos nossa percepção e identificássemos os pontos positivos e negativos que fazem parte da formação das características geoeconômicas da cidade.

O nosso interesse por esse município se deu a partir da constatação de que o mesmo havia sofrido uma massiva perda de habitantes, possuindo uma população de apenas 2.244 habitantes (IBGE, 2002) e que na década de 1960, estima-se, chegou a possuir entre 12.000 e 14.000 habitantes. Buscaremos uma reflexão dos fatores possíveis que causaram a mobilidade dessa população para fora do município, que acabou se tornando, num certo momento de sua história, uma área de repulsão. Ressaltamos que, atualmente esse município busca formas de atrair população ou de ao menos, oferecer condições para que os habitantes atuais e os seus descendentes permaneçam

no município, já que a redução da mesma possui uma implicação na consolidação das instituições. Podemos constatar isso através do trecho da entrevista de uma moradora, que abriu o primeiro mercado da cidade somente em 1992:

(...) Comecei em 1992, nessa época era tudo devagar. Eu comecei trabalhando num açougue. Quando me casei nós abrimos um restaurante, ficamos alguns anos com ele, daí tive a idéia de abrir um mercado, a princípio meu marido não acreditou, mas depois viu que seria bom, porque não tinha no município, todo mundo ia fora, devagar foi fluindo, a gente ia melhorando a estrutura, acreditando, o município estava reagindo bem, não só na minha área, mas de forma geral, porque nós tivemos um período difícil, a partir de 1992 e de 1993 pra cá o município começou a deslanchar, nos últimos seis anos o município abriu bem na área comercial, todo mundo investiu na aparência, abriu outro mercado além do nosso, nós conseguimos reformar o nosso que era bem pequeno, infelizmente a única perda que o município tem é a falta de um banco, é o que faz falta hoje, porque como o comércio avançou, o setor financeiro melhorou, em função do crescimento das indústrias de confecções, aí foi que o emprego fluiu e o dinheiro começou a girar cada vez mais dentro do comércio. Está faltando um banco para suprir o comércio na parte financeira (...) (moradora de Guaporema, ANO 2006)

Nessa primeira fase, utilizamo-nos das ferramentas da Geografia Cultural, que segundo Sauer (*apud* Côrrea, página 23), afirma que uma geografia desse tipo é, portanto, uma ciência de observação que utiliza a habilidade no estudo de campo e na representação cartográfica e, no entanto, é também geográfica tanto nos seus métodos como em seus objetivos. Ou seja, através de uma investigação detalhada da história e das características econômicas da cidade, contada por sua população, que por estar envolvida, possibilitaria uma análise mais profícua do caso.

Para a agilização das atividades que seriam desenvolvidas em Agosto de 2006, entramos em contato com a prefeitura do município e a escola onde realizaríamos as atividades. Eles nos colocaram em contato com pessoas-chave que detêm em sua experiência a história do município: os pioneiros.

Verificamos que seriam necessárias mais duas atividades de campo durante essa fase, então elegemos mais dois dias do mês de novembro de 2006. Nosso intuito era entrevistar pessoas de vários segmentos, entre elas, a dona do único posto de combustível da cidade e do primeiro mercado, o padre recém-chegado, a dona da maior facção da cidade, costureiras, servidores públicos, marceneiro, bóias-frias e desempregados. Só com este rol de entrevistas poderíamos mapear a realidade local sob diversas perspectivas.

As entrevistas que realizamos foram semi-diretivas e estavam orientadas sobre os seguintes eixos: Desenvolvimento Local Sustentado, Peculiaridades e particularidades culturais do município, Pertencimento Territorial e Cidadania e Mobilidade Populacional, como pode ser observado na quadro 4.

Proposta de resgate de informações sobre um município considerado periférico: Guaporema – PR

I-Desenvolvimento local sustentado

- 1) O Sr. considera que nos últimos 30 anos houve desenvolvimento no município?
 - 2) Que tipo de desenvolvimento o município deve proporcionar para a sua população?
- Se houvesse uma proposta para a organização dos trabalhadores da cidade em função de suas qualificações, para o desenvolvimento de uma atividade produtiva no município, ela seria aceita, teria possibilidade de êxito?

II-Peculiaridades e particularidades culturais do município

- 1)Quais atividades culturais foram ou são desenvolvidas aqui no município?
- 2)O que poderia ser implantado como atividade cultural no município?
- 3)A população tem costume de participar de eventos culturais?
- 4)Qual o lazer principal da população: como era e como está? Houve muita alteração?

III-Pertencimento territorial e cidadania

- As crianças do município conhecem a história da região e do município?
- 2) Em linhas gerais os cidadãos do município valorizam ter nascido no município?
 - 3) A sociedade local participa de discussões acerca do destino da coletividade?
 - 4) Qual entidade é mais envolvida com a comunidade municipal. A prefeitura, a igreja, o governo federal ou outros?

IV – Mobilidade Populacional

- Qual a origem mais freqüente das pessoas do município?
- Na região, quais os municípios que exercem maior influência neste município?
- A população que atualmente mora no município é constituída de: jovens, crianças ou adultos?

QUADRO 3: METODOLOGIA DESENVOLVIDA POR ROCHA, 2006.

Adaptação: Santos, 2006.

No decorrer dos trabalhos, o conteúdo das entrevistas foi classificado como: a) histórico b) econômico, c) potencialidades produtivas. Utilizamos como metodologia o mapeamento das entrevistas no Windows Média Player ou *winamp*, juntamente com um quadro de transcrição, no qual íamos transcrevendo as entrevistas. Esse quadro está representada à seguir, e foi uma ferramenta importante para capturarmos e sistematizarmos todos os momentos das falas dos entrevistados.

MAPEAMENTO PRELIMINAR DE GRAVAÇÃO EM ÁUDIO				
Material de áudio - dados: Professora e Diretora da escola				
Item	Tempo	Tema	Citação	Comentário
1	0'17''	Chegada a Guaporema.	Muita gente, Só café e serrarias.	Migrante paulista 1957, alguns cultivavam cereais.
2	1'16''	Início da vida profissional.	Fui selecionada para lecionar, eu tinha 17 anos.	
3	1'50''	Fim da lavoura	Muita mudança, falta de serviço e o pessoal foi saindo.	
4	3'00''	O que poderia ter sido feito naquela época para reverter esta situação?	Se fábricas tivessem se instalado.	
5	3'35''	Entrada da cana-de-açúcar.	Arrendaram tudo para cana.	
6	4'05''	Redução na estrutura urbana de Guaporema.	Apelido de Lá Tinha!, cartório banco, laticínio.	
7	4'40''	Estrutura urbana de Guaporema.	Apelido de Lá teve!	Referindo-se a perda destes equipamentos urbanos.
8	5'05''	Atividades de lazer.	Baile, Festas, Clube.	
9	5'40''	O que mudou?	Era mais animado	
10	6'40''	Filhos.	5 Filhos sendo que 3 moram fora.	Dos 2 que moram em Guaporema, um é padeiro.
11	7'00''	Tempo de profissão.	28 Anos lecionando, agora adm. da creche., Graças ao prefeito!	
12	7'45''	Quem utiliza a creche.	Filhos de mães que trabalham geralmente na usina, abatedouro.	

QUADRO 4: METODOLOGIA DESENVOLVIDA POR ROCHA, 2006.

Essa metodologia foi muito enriquecedora para o trabalho, pois nos permitiu capturar cada detalhe das entrevistas, dos quais podemos destacar as partes mais importantes como citação. Juntamente com essa metodologia, filmamos cada uma das entrevistas e os locais visitados, para posterior elaboração de um *documentário científico* que traduza as dificuldades e potencialidades locais.

Encerrada a primeira etapa de investigação no referencial empírico de análise, os meses seguintes foram dedicados à exploração dos levantamentos de dados e confronto dos mesmos com a literatura disponível sobre desenvolvimento local.

2.2. POR QUE ESCOLHER UMA PEQUENA CIDADE OU MUNICÍPIO PERIFÉRICO COMO UNIDADE DE ANÁLISE?

Quando escolhemos um determinado espaço para realizar uma análise é evidente a preocupação em deixarmos um legado que ajude a decifrar os problemas decorrentes dos processos, para que estes sirvam de esclarecimentos não somente na elucidação de fatos históricos, mas principalmente para a construção de uma qualidade de vida mais digna para a sua população. Quando se escolhe uma pequena cidade, termo utilizado por Endlich (2006), que enfatiza os processos sociais os quais caracterizam a formação desse espaço, é possível que durante alguns momentos da investigação se possa cair num pensamento reducionista, de que esse estudo não poderá contribuir de forma salutar. Trata-se de um preconceito ou pensamento equivocado, já que essa pequena cidade faz parte de um processo mais amplo que está configurado através de sua participação na microrregião e, conseqüentemente, na mesorregião, de forma escalar.

Podemos encontrar no trabalho de Endlich, a justificativa necessária para estudarmos as dinâmicas das pequenas cidades, principalmente aquelas que formam a Região Noroeste:

O que se denomina região Noroeste, consiste em uma área marcada pelo investimento capitalista, cujo empreendimento teve apoio do Estado e adesão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, estes últimos reais produtores da riqueza gerada na região. Com a reestruturação da economia após a crise da cafeicultura, desconsideraram-se os trabalhadores e pequenos produtores rurais, até então agentes primordiais. A região possui uma elite que procura se articular para promover o desenvolvimento regional. Entretanto, sob este rótulo de desenvolvimento regional, na realidade, frequentemente se discute a projeção dos próprios negócios. As constantes modernizações não incluem os demais agentes produtores das riquezas regionais (ENDLICH, 2006, p.25).

Para Endlich (2006), os fatos expressados mostram a relevância de estudar as pequenas cidades nesse novo contexto econômico, seus papéis, possibilidades e significados. Afirma ainda que a realidade instiga a reflexão sobre as pequenas cidades e demonstra a necessidade de estudar esses espaços não como forma de apologia a esse tipo de localidade, nem tampouco de incorporar gritos amargos sobre a grande cidade, mas de respeitar e de reconhecer espaços concretos, frequentemente ignorados no cenário político acadêmico.

Utilizando-se de outra expressão, Rocha (1998) também demonstra a importância de se estudar uma cidade que, na lógica da hierarquia urbana, está relegada ao segundo plano, porém, utiliza o termo “município periférico”. Utiliza essa classificação, pois privilegia em seu trabalho a mobilidade exigida pela organização do capital. Partindo da premissa de que, ao investigar a direção dos fluxos das pessoas, sua intensidade e durabilidade, pode-se visualizar e apreender a produção e a configuração desse espaço. O autor observa o declínio demográfico e o deslocamento das pessoas como resultado também das atividades produtivas, sendo o processo denominado por ele como mobilidade centrada na força de trabalho. E, provavelmente, através dessa mobilidade, a legitimação da mais valia e do exército industrial de reserva, já que a força de trabalho, dependendo do contexto econômico e dos desdobramentos, através das diversas escalas, será valorizada como uma mercadoria. Consideramos esta uma pista relevante, enquanto forma de olhar e entender a formação de tais espaços. A seguir, justificamo-nos pela própria escrita do autor:

As sinalizações são dadas quanto à importância do processo produtivo e a circulação dos homens. A necessidade de um planejamento mais sistemático da produção levou a uma maior atenção da mobilidade centrada na força de trabalho (ROCHA, 1998, p.40).

Nossa intenção é trazer à tona a reflexão acerca de perspectivas diferentes para se olhar e tentar compreender a organização de um mesmo espaço, como no caso, uma cidade.

Gostaríamos de destacar ainda a existência de perspectivas entre alguns autores em relação às questões de escala, qual delas se deve adotar para “olhar” um determinado processo: a escala global, nacional ou local. Concordamos com Vainer (2001) quando afirma que “Qualquer projeto (ou estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2001, p.147).

Acreditamos que seja fundamental perpassar pelas diversas escalas para entender um fenômeno. É impossível entendermos o nosso espaço empírico de análise, se não utilizarmos de diversas perspectivas, porém com um recorte específico. No caso em questão, devemos primeiramente investigar

as pistas que estão contextualizadas pela realidade regional, qual seja a microrregião de Cianorte.

2.3. ESPAÇO EMPÍRICO DE ANÁLISE - PANORÂMICA GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE GUAPOREMA

A mesorregião Noroeste possui toda sua extensão no Terceiro Planalto, apresenta conformação de paisagem bastante uniforme e relevo suavemente ondulado com altitude média de 300m acima do nível do mar. O solo dessa região possui sérias restrições ao uso agrícola pela suscetibilidade à erosão hídrica e eólica apresentando baixa fertilidade, e é originado da formação do arenito Caiuá, associado ao clima da região.

Nos locais de menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema, ocorrem o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Apresenta temperatura média anual dos meses mais quentes superior a 22°C, e dos meses mais frios inferior a 18° C, chuvas entre 1.600 e 1.900 mm, e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (MAACK, 1968).

A região encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos, dos quais a Floresta Estacional Semi-decidual (FES) é dominante, ocorrendo, ainda, Campos Inundáveis, nas zonas de várzeas dos vales de rios, e, em proporções muito reduzidas, as Estepes.

Com relação ao potencial hídrico das águas superficiais, a região é favorecida pela presença de quatro bacias hidrográficas, dos rios Paraná, Ivaí, Piquiri e Paranapanema, todos com curso parcial na mesorregião (IPARDES, 2004).

A região abriga o leito de quatro grandes rios, fortemente passíveis de uso para navegação: o rio Paraná, na divisa oeste; o rio Paranapanema, na divisa norte; o rio Ivaí, que atravessa o interior da mesorregião no sentido leste-oeste; e o rio Piquiri, na divisa sul, com a mesorregião Oeste.

A mesorregião Noroeste integra a vasta região norte do Paraná, cuja história de ocupação, em larga escala, foi desencadeada a partir dos anos 40, em função da expansão da fronteira agrícola no Estado, assentada no avanço da cafeicultura no norte do Paraná (IPARDES, 2004).

O Noroeste foi à última fronteira de expansão do Paraná. O café demarcou a ocupação produtiva e dinamizou a economia da região. A

população cresceu e vários municípios foram surgindo e marcando a trajetória do avanço das lavouras de café.

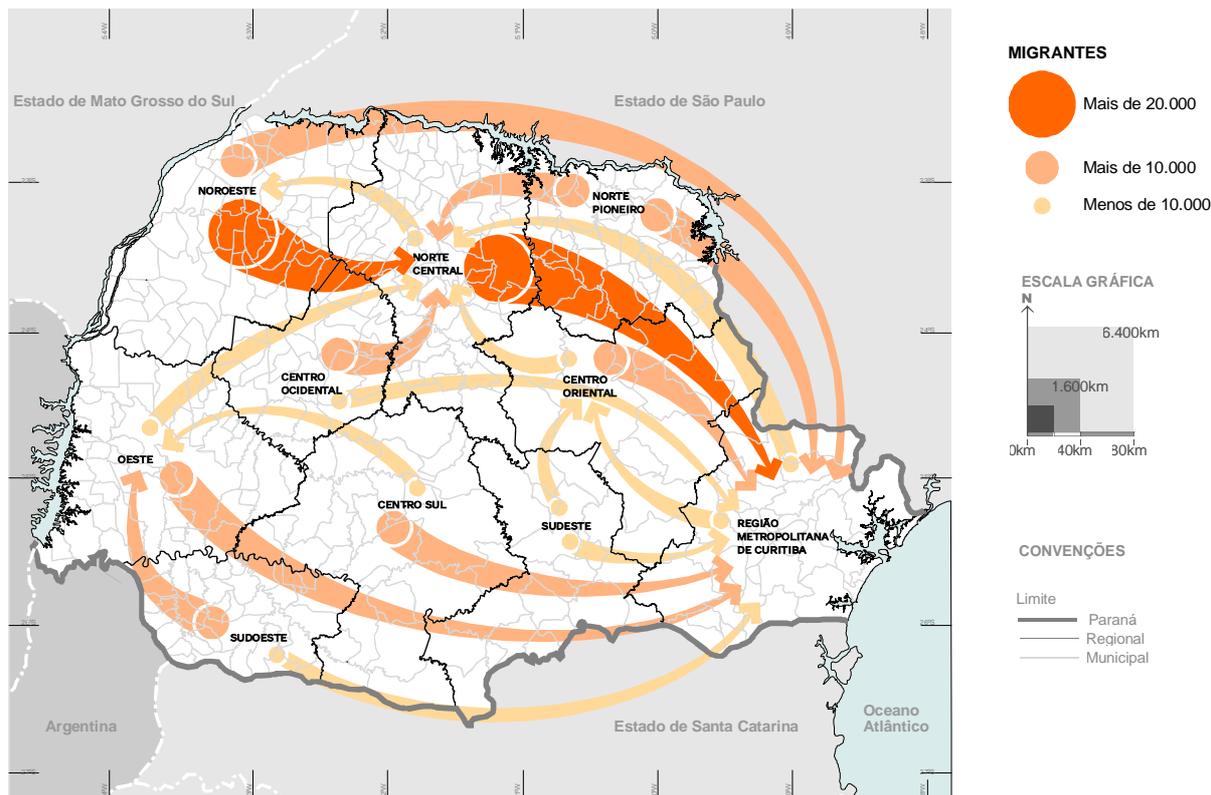
O estilo de ocupação da fronteira agrícola que predominou nas áreas do norte paranaense baseou-se fundamentalmente no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos sob o auspício do capital privado, nacional e mesmo internacional. Por meio de loteamento de terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para a comercialização (IPARDES 2004, p.21).

Nesse processo, constituiu um forte atrativo ao capital fundiário especulativo, originando correntes imigratórias, formados basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos, mas também por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado, no leste paranaense, penetram o vasto território, conformando uma onda intensa e acelerada de povoamento que, paulatinamente, desarticulava a incipiente economia primitiva local.

Inúmeros centros urbanos se formaram, em um movimento frenético de adensamento populacional intensivo e extensivo, dando suporte às atividades agrícolas e expansão. Não apenas nas áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também o meio urbano se expandiu rapidamente. (IPARDES, 2004).

Formada essencialmente por solos do tipo arenito Caiuá, a região passou a sofrer um rápido processo de erosão e de esgotamento por práticas agrícolas, devido ao forte movimento expansivo da fronteira agrícola, assim o café cedeu espaço principalmente à ampliação extensiva de pastagens. Com isso, entre 1970 e 1980, evidenciou as mais altas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população (IPARDES, 2004).

Segundo a PDU (2003, p20), a região apresenta um grau de urbanização de 75%, um lento crescimento da população urbana (média de 1,3% aa.) e um acentuado declínio da população rural, com taxa de aproximadamente -6% ao ano e possui um dos maiores fluxos migratórios inter-regionais (IBGE-2000/IPARDES -2002, PERÍODO 1986/1991), conforme é demonstrado no mapa a seguir:



NOTAS:

São considerados migrantes as pessoas maiores de 5 anos que, em 1986, não residiam no município de residência atual.

Estão representados os dois maiores fluxos de saída de cada região.

Os valores expressos nas regiões correspondem ao balanço interregional entre emigrantes e imigrantes.

MAPA 1: PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS

Fonte: SEDU/ Paranacidade, 2005

Os dois períodos do processo de ocupação da região (expansão do café e transição para a pecuária) deixaram sua marca na dinâmica demográfica. No início da década de 70, a mesorregião do Noroeste Paranaense, chegou a concentrar cerca de 963 mil habitantes, constituindo a segunda área mais populosa do interior do Paraná, com a maior parte da população residindo no meio rural. Desse modo, em 1970-1980 a mesorregião evidenciou as mais altas taxas de decréscimo populacional dentre as mesorregiões paranaenses, tanto em termos rurais, quanto no que se refere ao conjunto da população, aproximadamente 77% de sua população, ou seja, cerca de 550.000 habitantes. Nas décadas seguintes, esse processo permaneceu dos mais elevados do Estado, e, a despeito do significativo crescimento das áreas urbanas, o peso populacional de região total do Estado sofreu sucessivas quedas ao longo do período 1970-2000, reduzindo-se pela metade. Todos os municípios do Noroeste registraram elevadas perdas de população rural e,

embora a grande maioria tivesse apresentado crescimentos urbanos, prevaleceram taxas negativas para o total da população da maior parte dos municípios (IPARDES, 2004).

O desenvolvimento urbano teve uma trajetória intensa e fortemente condicionada pelos fluxos de evasão nas áreas rurais para os centros urbanos próximos e para outras regiões do Estado ou País, comprometendo deste modo as estruturas administrativas, a oferta de infra-estrutura e serviços e exigiu aportes de recursos correspondentes para suportar as demandas acrescidas. (IPARDES, 2004).

O processo de urbanização atinge, de forma bastante horizontalizada, os municípios. Nesse processo, houve uma forte concentração de população em alguns centros. Umuarama, Cianorte e Paranavaí permaneceram como os municípios mais urbanizados da região, com grau de 92,8%, distingue-se como centro regional, com maiores número de funções. (IPARDES, 2004).

Os padrões de desenvolvimento de região vem demonstrando capacidade de sustentação da população, haja vista que a grande maioria de municípios de médio e pequeno portes vem apresentando contínuos fluxos de evasão rural, ao mesmo tempo em que se constata decrescimentos(ou taxa pouco superiores a zero) da população urbana em muitos deles. Essa dinâmica torna evidente que o Noroeste conforma uma especialidade de esvaziamento (IPARDES, 2004, p.33).

Na região, a grande maioria dos municípios possui uma população inferior a 10 mil habitantes apresentando taxas de crescimento negativas na maior parte dos municípios. Os municípios mais populosos – Umuarama, Paranavaí e Cianorte – vêm sustentando, de certa forma, seu papel de destaque na região e, em 2000, concentravam cerca de 35% da população total e 41% da urbana mesorregional. Esses centros enquadram-se no nível de centralidade forte para médio, segundo análise da abrangência da polarização (IBGE, 2000). Mesmo considerando sua importância regional, como pontos centrais de extensas espacialidades – estão geograficamente bem distribuídos no território da região, sustentando localmente as atividades da base produtivas predominantemente agropecuária, nenhum deles foi alçado às categorias de centros da hierarquia urbana brasileira.

Paranavaí se distingue como centro regional, com maior número de funções que Umuarama, embora este apresente uma área de abrangência de

polarização maior, atraindo demandas até mesmo do Mato Grosso do Sul. Ambos têm como pólo imediato Maringá, que comparte com Londrina a polarização de um importante subsistema urbano paranaense, oferecendo uma gama de funções para o atendimento a demandas de alta complexidade.

A principal fonte de renda da região é a pecuária dos rebanhos para corte e leite, seguido da agricultura; principalmente do café, da mandioca, da cana-de-açúcar, da laranja e da soja. As atividades agropecuárias empregam mais de 50% da população da região. Quanto às indústrias, os principais tipos são têxtil, confecções, química e sucroalcooleiro.

A estrutura do agro negócio, na região, encontra-se concentrada principalmente no grupo indústria de destilação e produção de açúcar, sendo a Usina Alto Alegre uma das maiores geradoras de emprego nesse setor.

Segundo IPARDES, a mesorregião Noroeste Paranaense, na qual Guaporema está inserida, não possui uma concentração muito significativa de agroindústria do Paraná diante das outras regiões, porém pode-se ressaltar que a produção de álcool e açúcar é a maior de todo o Estado, chegando a 45,1 % do total.

Na mesorregião Noroeste, devido às limitações dos solos derivados do arenito Caiuá (textura arenosa e de grande suscetibilidade à erosão), levaram a pecuária de corte a expandir-se por extensas áreas e, progressivamente, a se constituir na atividade predominante da agropecuária regional. Ao lado da pecuária, embora em menor escala, também ganharam espaço a mandioca, a cana-de-açúcar e a laranja, que posteriormente proporcionaram a ampliação do número de farinheiras, usinas de açúcar, destilarias de álcool e indústrias de laranjas.

A região apresenta um grande potencial turístico, no período do verão devido ao grande afluxo de turistas, particularmente para as cidades as margens do Rio Paraná e Paranapanema. Apesar do desenvolvimento de algumas atividades de proteção ambiental na região, tais como monitoramento, zoneamento ecológico e convênios de fiscalização pouca ênfase tem sido dada à educação ambiental da população, assim como é precária a orientação para identificar formas de desenvolvimento local sustentável por meio de atividades vinculadas ao turismo.

No ano 2000, a região apresentou a segunda menor participação entre as mesorregiões no valor adicionado das atividades diretamente vinculadas ao turismo, contrariando os esforços que alguns municípios vêm fazendo para organizar e ampliar a atividade turística. O turismo rural, o eco-turismo e o turismo de aventura são os segmentos que mais se destacam na mesorregião. Além desses, são representativos o turismo gastronômico, o turismo de pesca, o turismo de eventos e o turismo de lazer.

Os padrões de desenvolvimento da região não vêm demonstrando capacidade de sustentação da população, haja visto que a grande maioria de municípios de médio e pequeno porte vem apresentando contínuos fluxos de evasão da população rural, ao mesmo tempo em que constata decrescimentos (ou taxas superiores a zero) da população urbana em muito deles. Essa dinâmica torna evidente que o Noroeste conforma uma especialidade de esvaziamentos (IPARDES, 2004).

2.4. GUAPOREMA – SUAS ESPECIFICIDADES.

Pela proximidade com o rio Ivaí, que banha o município, pode-se afirmar que o território guaporemense foi largamente movimentado por ocasião das reduções jesuíticas do século XVII, período em que essas terras, hoje paranaenses, pertenciam à província de Guayra, cuja sede era Assunção, no Paraguai: porém, após a destruição e aniquilamento das reduções, nenhum fato relevante ocorreu que mereça citação.

No entanto, é a partir do século XX, que se inicia a fase de colonização efetiva da vasta região do Estado do Paraná, onde se encontra o território do atual município de Guaporema, colonização esta aliada aos interesses econômicos do café e da fertilidade da terra roxa.

O processo de ocupação e colonização do município de Guaporema remonta a década de 1950, sendo um empreendimento levado a efeito pela Colonizadora São José, de Scrivanti, Lemos e Cia Ltda. Colonizadora esta que adquiriu as glebas da cidade da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). Lançados os fundamentos do patrimônio, medido e demarcado o terreno, começaram a chegar os primeiros moradores, no ano de 1951, que adquiriram lotes urbanos e rurais.

Sobre a criação do município, Ferreira (1996) afirma:

Em 18 de outubro de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Guaporema, com território pertencente ao município de Peabiru. Com a instalação do município de Rondon, em 03 de dezembro de 1955, criado pela Lei estadual n.º 4.338, do dia 25 de janeiro de 1961, foi criado o município de Guaporema, com território desmembrado de Cidade Gaúcha e Rondon.(FERREIRA, 1996, p.313).

Em 15 de novembro de 1961, deu-se o empossamento do primeiro prefeito, Sr. Issácio Barranco. Durante as entrevistas, verificamos a existência de um problema de identidade em comemorar o aniversário da cidade em 25 de Janeiro, pois esta data não é contemplada pelo calendário escolar, o que não possibilita aos alunos comemorarem por meio do resgate histórico-cultural que o espaço escolar proporciona. Também porque ela corresponde ao período de férias e muitas pessoas da cidade estão em viagem, o que gera uma desmotivação, principalmente porque são muito comuns alguns líderes responsáveis pela organização dos festejos estarem em trânsito. Para alguns pioneiros, a data deveria ser o dia 15 de novembro, antigamente comemorada.

Através do desdobramento da formação do município de Guaporema podemos entender a sua formação. Pelos registros consultados, a cidade teve sua gênese constitucional em 25 de Janeiro de 1961, emancipando-se de Rondon, que se emancipou em 26 de Novembro de 1954 de Peabiru, que em 14 de Novembro de 1951, desmembrou-se de Campo Mourão, que em 10 de Outubro de 1947, se originou de Pitanga, que em 30 de Dezembro de 1943 emancipou-se de Guarapuava, que foi desmembrado em 17 de Setembro de 1852 de Castro, que se originou em 24 de Setembro de 1788 de Curitiba, que em 20 de Março de 1693 desmembrou-se de Paranaguá, que foi criado por Carta Régia em 29 de Julho de 1648. Como pode ser observado na figura 01.

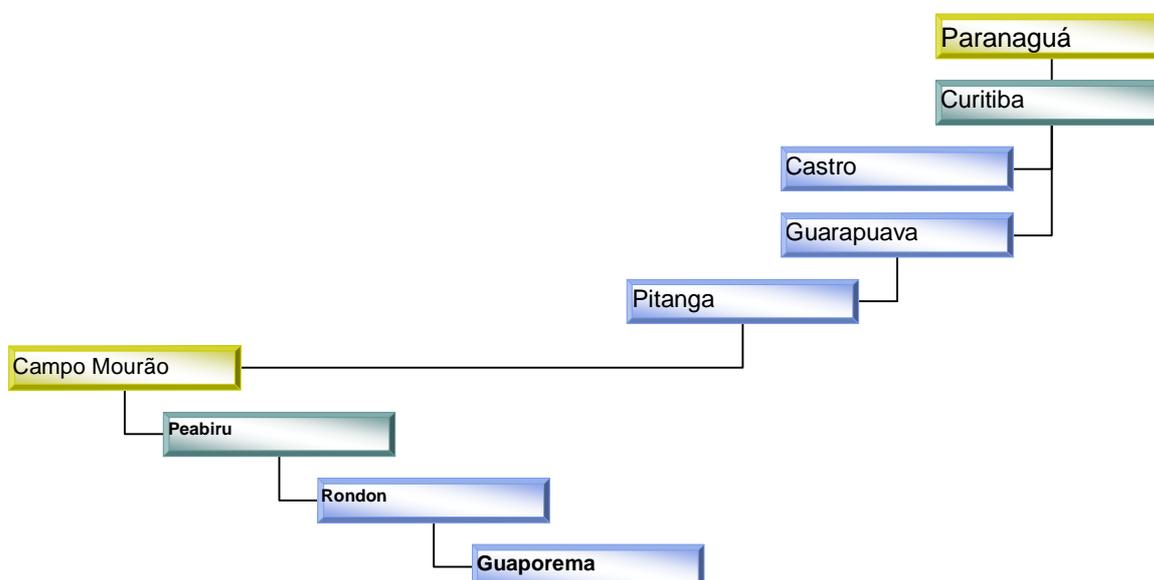


FIGURA 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GUAPOREMA (CONSIDERANDO APENAS A ORDEM DE DESMEMBRAMENTO)

Elaboração: Santos, 2008.

O nome Guaporema é inspirado na cultura tupi, “guapo” significa raiz, mais “rema” fétido, que seria raiz ou cipó fétido. Segundo lenda contada pelos moradores mais antigos, o nome surgiu porque, na região, era abundante uma árvore de nome “pau d’alho” e, quando retirada sua casca, exala um forte odor, para alguns desagradável.

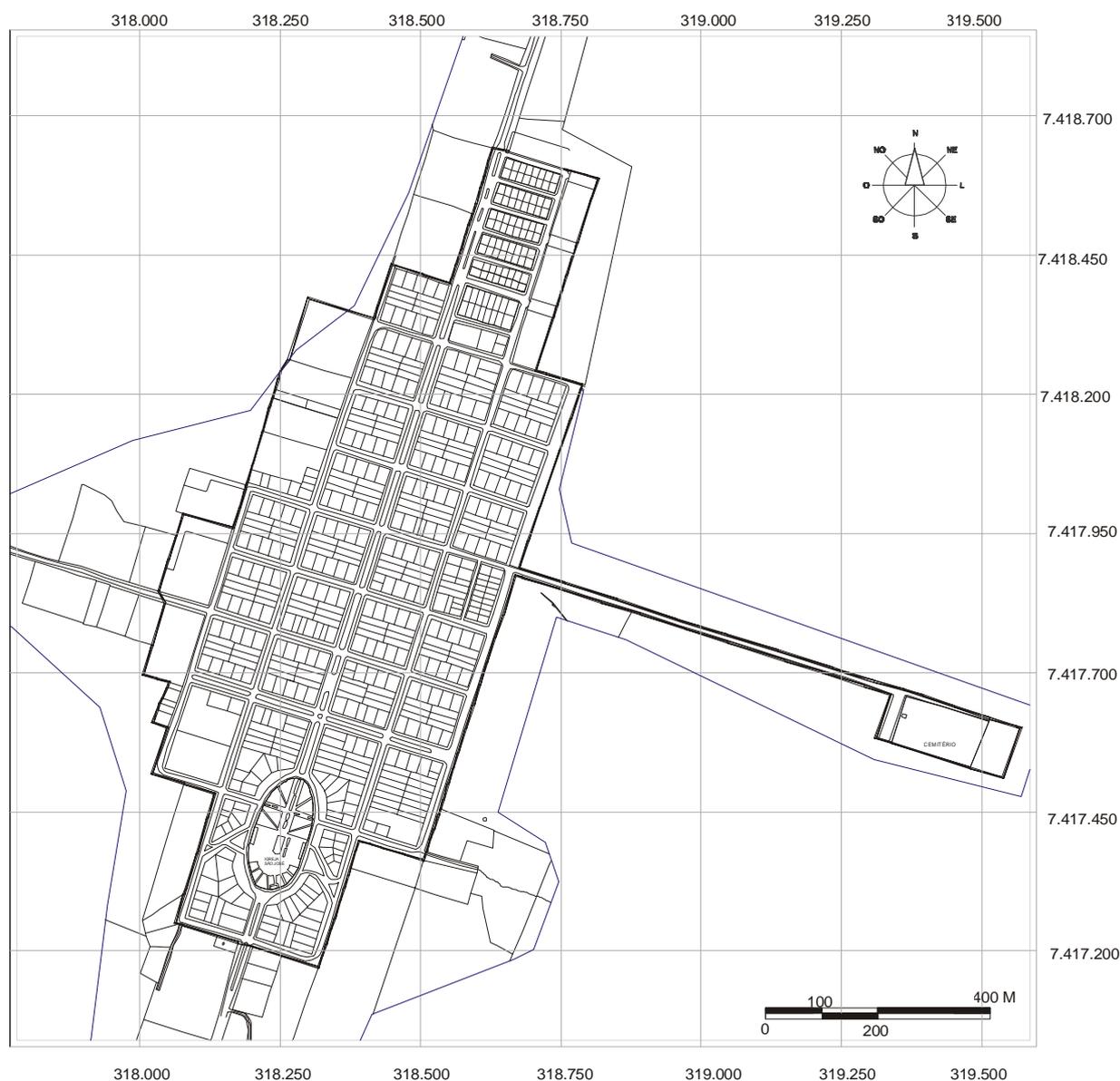
No entanto, perpassa por lendas o topônimo da cidade. Uma delas diz que em território missioneiro, local onde hoje está situada a cidade de Mirador, havia uma Missão jesuíta, com a finalidade de catequizar os indígenas da região, remanescentes Botocudos, Caingangues e Xetás. Outrossim, havia no meio deles, um índio muito forte, responsável por grande parte da pesca e da

caça, para alimentação da tribo chamado GUAPO e que, devido à força e agilidade, cortava o Rio Ivaí uma pequena canoa, transportando índios e jesuítas de uma margem a outra e que, era comum ouvirem os seguintes dizeres: GUAPO...rema.GUAPO...rema, GUAPO...rema, pois o índio inspirava confiança e segurança aos passageiros.

Já a versão histórica remete aos gaúchos, primeiros colonos, o nome da cidade, haja vista que os mesmos vieram de Guaporé (RS), batizando a localidade escolhida para sua moradia de Guaporema.

Cabe destacar que a maioria das pessoas entrevistadas, reconhecem como mais aceita a denominação da cidade relacionada a vegetação de cipó. É importante explicitar, também, que Guaporema é uma cidade que apresenta em sua composição diversas origens, dentre elas, paulistas, capixabas, baianos, pernambucanos, paraibanos, catarinenses e paranaenses de outras regiões do estado.

Segundo o IBGE, Guaporema possui uma área de 200 km². Seus limites são: Amaporã, Mirador e Paraíso do Norte (Norte), Cidade Gaúcha (sul e oeste), Rondon Sul e Leste. Está numa altitude de 550m acima do nível do mar nas coordenadas 23° 20" 35' Hemisfério Sul e 52° 46" 43' à Oeste de Greenwich. O município de Guaporema consta de um núcleo urbano, a Sede do Município, uma vila Rural e de seis comunidades rurais, sendo elas: Ilha das Pombas, Joinville, Corredeira de Ferro, Conceição, São Pedro, Santa Lúzia e Maquininha. Pode-se visualizar melhor a cidade na planta abaixo:



MAPA 2: PLANTA DO NÚCLEO URBANO DE GUAPOREMA

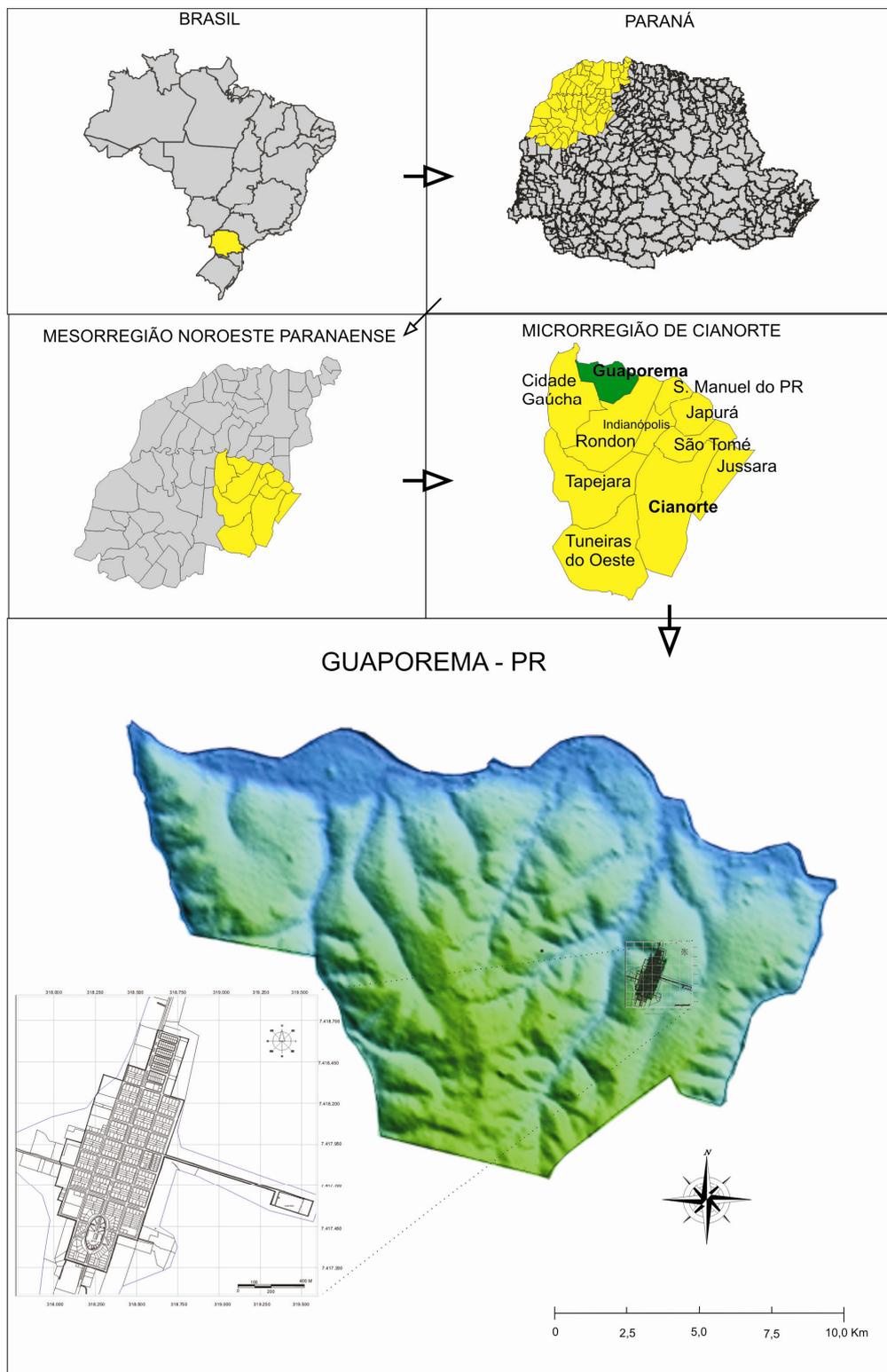
Fonte: P.M.G., 2008

Organização: TÔWS, R.L. e SANTOS, Valkiria T. A. , 2008

O acesso ao município acontece, principalmente, pela BR 376 (Rodovia do Café), PR 492, PR 180 e por Cianorte pela PR 082. As principais distâncias da cidade de Guaporema são: 50 km de Cianorte, 103 km de Umuarama, 548 km da Capital Curitiba.

De acordo com o IBGE, Guaporema pertence à microrregião de Cianorte, conforme pode ser observado no mapa 2, e está inserida na

mesorregião noroeste do Paraná, cuja história de ocupação está estreitamente ligada à expansão da fronteira agrícola através da cultura cafeeira.



MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE CIANORTE

Fonte: Base IPARDES, 2007, SEMA, 2005, NASA-SRTM, 2000
Elaboração e Confeção: TÔWS, R.L. e SANTOS, Valkiria T. A. , 2008

O município de Guaporema está localizado, segundo a divisão territorial do IBGE, no terceiro planalto do Paraná, pertencente à Mesorregião Noroeste, com 61 municípios, cujas principais cidades são Umuarama, Cianorte e Paranavaí.

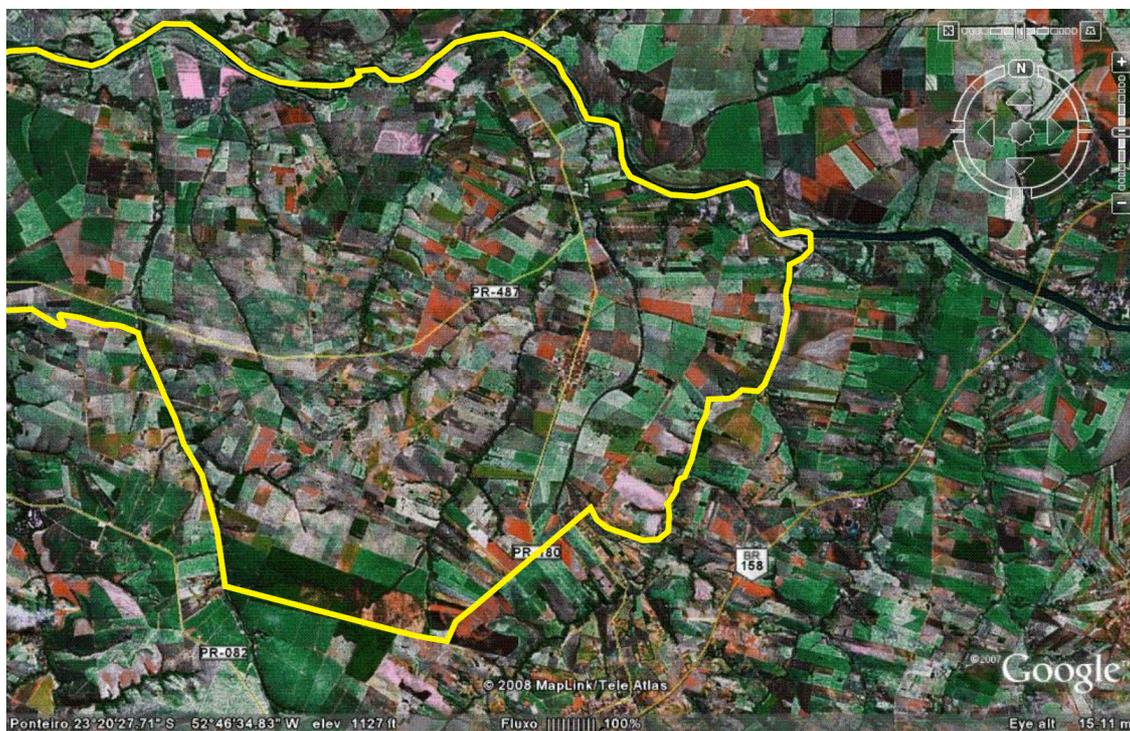


FIGURA 2: IMAGEM DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA - PR

Fonte: Google Terra, 2008

Como pode ser observado no gráfico 1, a microrregião de Cianorte possui 11 municípios e uma população total de 124.304 habitantes, sendo 62.985 de Cianorte. A microrregião possui uma área de 4.073.875 km². Verifica-se ainda, no gráfico 1, que dos onze municípios da região, oito tem menos de 10.000 habitantes, dois municípios de 10.001 à 20.000 hab. E apenas um município entre 20.001 e menos de 100.000 habitantes.

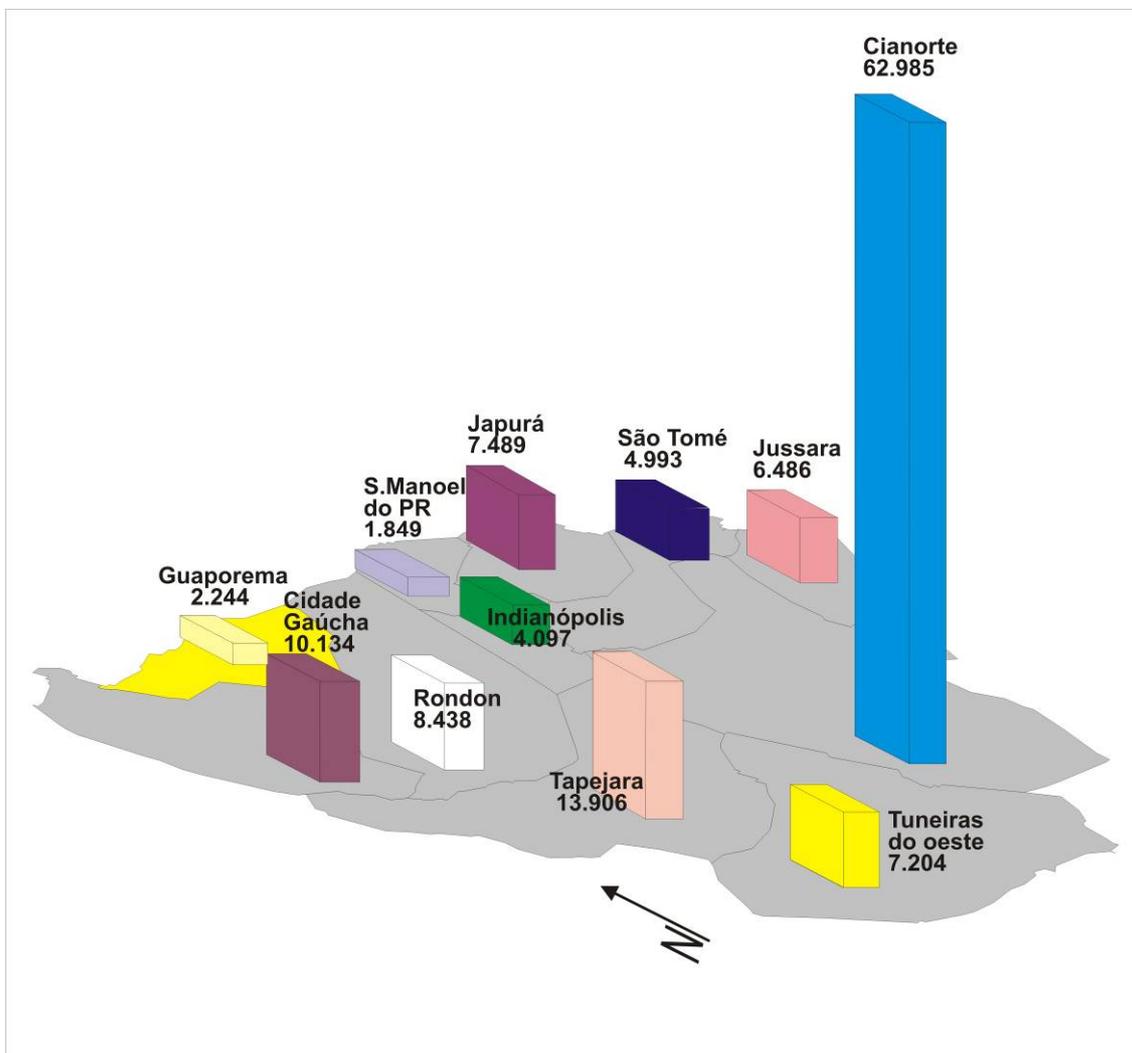


GRÁFICO 1: POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE CIANORTE POR MUNICÍPIOS EM 2007

Fonte: IBGE/ População residente estimada para 2006
 Elaboração e Confecção: TÔWS, R.L. e SANTOS, Valkiria T. A., 2008

O município de Guaporema nasce com uma população predominantemente rural, graças à fase áurea do ciclo do café, ciclo este que necessitava de muita mão de obra para a produção e colheita desse produto. Assim, relato de pioneiros considera até de 14.000 mil habitantes quando se iniciou o processo de ocupação da cidade. No entanto, no período de 1970-1980, percebe-se uma diminuição da população guaporemense, visto que a maioria ainda esta alocada no campo.

Na figura abaixo, datada da década de 1970 percebe-se uma considerável movimentação na cidade, a qual não possuía ainda uma década e meia de fundação.



FIGURA 3: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL - 1975

Fonte: Acervo Professora Marta Zolim

Já entre 1980-1996, constata-se que a população total do município vem diminuindo, embora com uma maior equidade entre a população urbana e rural;

Essa situação caracteriza um problema administrativo, porque os recursos ficam cada vez mais dispersos, desencadeando uma gama de dificuldades para os municípios manterem seus serviços, o que resulta muitas vezes em perda de equipamentos.

Entretanto, em 2000 vemos novamente a população urbana em menor quantidade do que a população rural, visto que a maioria da receita do município é composta pela agropecuária, setor este em que a maioria da população ocupa espaço em Guaporema.

Em síntese, sobre a mobilidade populacional do município de Guaporema de 1970 até o censo de 2000, houve uma diminuição considerável da população, principalmente entre as décadas de 1970-1980, período esse da implantação no Brasil da Revolução Verde, que trouxe para o campo a mecanização do solo e a implantação de técnicas tais como os insumos

agrícolas e os inseticidas que minimizam a utilização de mão- de- obra humana no campo. Como diz Melo (2007, p.2):

Assim, as mudanças que se processaram na agricultura brasileira, principalmente a partir do final da década de 1960, caracterizaram uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, dando origem a um novo padrão de produção agrícola. A reestruturação do setor agrícola, com forte intervenção estatal, privilegiou, em seu pacote tecnológico, o uso de sementes selecionadas e de insumos químicos, irrigação, mecanização agrícola e variedades genéticas das culturas que mais se adaptaram ao ambiente das regiões brasileiras.

Entretanto, os impactos não foram uniformes em todas as regiões do país e nem em todos os estratos de produtores: os incentivos privilegiaram o grande capital agrícola, enquanto estimulavam a expropriação e a expulsão do homem do campo; intensificou-se a concentração fundiária; foram privilegiadas as regiões mais desenvolvidas e os grandes produtores rurais, aumentando ainda mais a acumulação de capital nesse segmento.

A partir da década de 1930, acentua-se a história geoeconômica do Noroeste paranaense, região onde se encontra Guaporema graças à presença das companhias imobiliárias já relatadas anteriormente, que colonizaram esta porção do estado.

Já os anos 50 e início dos anos 60, tanto o norte quanto o Noroeste do Paraná tornaram-se regiões de cultivo do café do Brasil, com projeção mundial. No entanto, a ocupação do território e o desmantelamento de grandes áreas para o cultivo da monocultura do café desenfreado um processo de especulação no Paraná que trouxe como conseqüência o problema da superprodução, que, apesar de uma quota brasileira de exportações fixada pelo Internacional Coffee Agrément – ICA, em 40% das exportações mundiais de café, levou a intervenções estatais no Brasil. (Kohlhepp, 1991 p.80).

No entanto, como aponta o mesmo autor, a redução de apenas 11% das áreas de cultivo quando ao mesmo tempo, extensas plantações jovens entravam na fase principal de produção, resultou em novas safras enormes (1965/ 66) 21 milhões de sacas, que montavam a quase 60% da produção de café do Brasil.

As novas exigências impostas pelo ICA, tais com redução da superprodução, fixação de cotas de exportação, diminuíram as áreas de plantio. Entretanto, o número crescente de geadas (1966, 1969, 1972, 1975, 1979, 1981), segundo Kohlhepp (1991 p.85), causou elevadas perdas econômicas. A percentagem da redução das áreas de cultivo de café nos anos

70, devido às geadas, levou a perda de milhares de empregos e ocasionaram uma grande mobilidade da população rural, fato esse também verificado em Guaporema.

No entanto, em fins dos anos 70 e princípios dos anos 80, com o início do processo de modernização da agricultura e o *boom* da soja no mercado internacional, assim como o desenvolvimento positivo dos preços da carne em combinação com a minimização dos custos de mão-de-obra na pecuária, levou o noroeste paranaense ao emprego da pecuária nas terras arenosas do “Caiuá”, pobres em minerais. Assim, em Guaporema, a partir de 1983 erradicou-se o plantio de café na cidade, como nos relata, um dos pioneiros que chegou em 1955 na cidade de Guaporema para trabalhar na contabilidade de uma fazenda de café. Segundo o mesmo:

(...) Veio aquela geada de 1983, queimou o café, queimou tudo... teve gente que abandonou a propriedade com 5, 10 alqueires e nunca mais voltou pelo que eu saiba...por causa da geada...houve uma perda muito grande de população... começou aí...mas a evasão maior aqui da nossa região aqui...do nosso município... foi na época do Castelo Branco, quando ele pagava 50 centavos por cova de café para arrancar o café...aqui em Guaporema tinha seis ou sete fazenda só...a intensão do presidente era destruí o café que já não tava bõo...pagou para arrancar...aqueles que tinha propriedade maior deu um tanto até mais ou menos...começaram a comprar um lote de dez alqueires, vinte cada dia mais um...e foram acumulando as áreas e fazendo fazendas...e hoje a maior parte é área grande aqui...acabou os sitiozinhos²³.(entrevista com pioneiro, agosto de 2006)

Com isso, o novo ciclo econômico que substituiu o café em Guaporema foi a pecuária, porque a grande maioria dos proprietários rurais no afã da lucratividade, e visto que a terra arenosa do arenito Caiuá, não é tão propícia ao plantio de lavouras, fizeram de suas terras, pastagens de engorda para gado de corte e de leite.

Assim, em entrevista com outro pioneiro, funcionário público da prefeitura, morador do município desde 1957, “*sai o homem entra o boi*”. Com esse fato, grande parte da população que habitava a zona rural e a zona urbana deslocam-se para outras cidades, em busca de melhores empregos e melhor qualidade de vida.

²³ Entrevista concedida por um pioneiro da cidade, no dia 16 de outubro de 2006 em Guaporema.

Ainda na década de 1990 parte dos agricultores de Guaporema se arriscam na empreitada do bicho-da-seda, doenças na amoreira, o URV (Unidade Real de Valor) que o governo brasileiro adota, nessa mesma década, desvalorize o capital dos agricultores, diminuindo a produção da seda.

Por sua vez, o século XXI é marcado pelo cultivo da cana-de-açúcar que, segundo pioneiros da cidade, substituiu o ciclo da pecuária. Quanto há cana-de-açúcar, devemos nos indagar a partir de duas premissas:

1) Do ponto de vista ambiental não é aconselhável o plantio da mesma, visto que ela retém muitos nutrientes do solo, empobrecendo-o;

2) Embora seja uma atividade penosa para a população que trabalha nesse tipo de atividade, ela se torna o sustento de muitas famílias as quais sobrevivem desse emprego. Como mostraremos em um trecho da crônica “Uma pergunta que não quer calar” (Santos, 2008, p.13)

...uma amostra clara de como as propriedades na região estão todas envolvidas para a produção de cana-de-açúcar...daí me surgiu a primeira pergunta que não quer calar...até que ponto vale à pena colocar os ovos todos dentro da mesma cesta?... isso gera empregos sazonais e mesmo assim não consegue atender toda a demanda de mão-de-obra...além disso, como fica o comprometimento com o meio-ambiente? Como fica a biodiversidade? Como fica a estrutura fundiária do entorno, onde a única alternativa se torna plantar cana, com certeza se torna latifundiária e compromete ainda mais a função social da terra que é gerar trabalho e renda?... ..mas que tipo de trabalho podemos encontrar para aqueles que fazem a parte mais sofrida que é o corte...trabalhar oito à dez horas por dia...num sol escaldante...dar milhares de ceifadas na cana...para cortar 10, 20 toneladas por dia...mas daí me vem a segunda pergunta que também não quer calar...aliás um paradoxo...fica visível a chegada da máquina no corte da cana, substituindo o homem nesse trabalho fatigante... ..se fosse só do ponto de vista físico essa substituição seria maravilhosa...o problema é que aqueles 2000 que vivem com a renda que obtém com o corte da cana estarão desempregados dentro de pouco tempo...e para onde irão?...Daí nos recordamos novamente da função da terra...geração de trabalho e renda para a família... mas as famílias já não podem voltar a terra por que essa está ocupada para produzir combustível e açúcar...e nem o trabalho mais indigno nessa cadeia produtiva essas famílias também não podem realizar...o que lhes sobra? Apenas migrar para as cidades mais próximas e aumentar a fila dos desempregados sem qualificação e ampliar assim os problemas sociais e assim aumentar a fila do assistencialismo que em nome da resolução rápida...cria o bolsa isso e aquilo...mas que não consegue restabelecer a única coisa que o ser humano precisa: um trabalho que lhe permita viver com dignidade e realizar suas próprias escolhas! (trecho da crônica apresentada na disciplina : Pequenas cidades, municípios e escala local).

.Assim, percebe-se a necessidade de implementação de novas atividades econômicas que ofereçam uma melhoria da qualidade de vida dessa população.

Um dos entrevistados foi o padre da cidade, o qual, embora tenha chegado a pouco tempo, vê que a mesma tem grandes possibilidades de se auto-desenvolver:

Cheguei em 15 de fevereiro de 2006(...) agora tudo que vier de encontro ao desenvolvimento do município e do povo, sobretudo para a economia de subsistência terá o meu apoio(...) aqui durante um tempo deixou de ser paróquia e se tornou capela...um dos elementos foi a questão financeira, econômica(...) estamos conseguindo provar esse ano que ela é tranquilamente auto-sustentável...eu vou ao encontro das pessoas, das famílias, procuro ser participante da comunidade(...) Guaporema, como toda essa nossa região está passando por uma transformação, antigamente era café, depois o gado, agora a cana-de-açúcar e com isso, onde é que tem plantação de cana-de-açúcar ou geralmente é arrendado para as grandes usinas não sobra lugar para o morador, para o trabalhador do dia-a-dia, é a empresa que contrata, leva o cortador, a máquina já faz muita coisa, o pessoal acaba vindo para a cidade, agora uma das coisas que me preocupa, me faz pensar é alguma coisa na área da microempresa, sobretudo na questão agropecuária, uma pequena empresa que pudesse fazer o aproveitamento daquilo que sobra dos pequenos proprietários(...) uma família que produz cinco seis pés de bananas, um cacho dá 150 bananas até mais, ela vai consumir cinquenta e olha lá acaba se perdendo...quanta manga se perde...tudo poderia ser aproveitado..devemos pensar numa pequena cooperativa ou numa ongzinha(...) para dar uma alternativa(...) por exemplo para os que trabalham só com cana(...) para o dia-a-dia(...) acho que seria muito interessante a nível de município, pequeno município(...) daria emprego para várias pessoas e sobretudo o aproveitamento das coisas que hoje se perde(...) algo que não visasse o lucro(...) que fosse para dividir..para dar oportunidade(...) para crescer(...) que fosse a base (...) as famílias, a comunidade tivesse o benefício(...) para que o nosso povo não saísse(...) hoje o município pelo que contam melhorou(...) tem três confecções(...) hoje ao menos isso tem(...) é um foco interessante que pode crescer mais(...) mas traz todo mundo para a cidade(...) e quantas pessoas que tem sua chacinha(...) quanta coisa que poderia ser produzido(...) que poderia ser aproveitado(...) ²⁴.

Com o intuito de investigar a atuação das mulheres no desenvolvimento sócio-econômico da cidade, entrevistamos a proprietária da facção de roupas, que apresenta a seguinte argumentação quanto a sua função na cidade:

Nós chegamos em Guaporema em 19 de março de 2001, viemos de Mirador uma cidade próxima para implantar a facção, existiam algumas pessoas que sabiam costurar aqui, e a prefeitura deu alguns incentivos(...) hoje nós temos mais de 90 funcionários...nós

²⁴ Padre da igreja local, entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2006 em Guaporema.

costuramos para São Paulo, para os Magazines(...) nossa produção é cerca de 40.000 peças por mês, as pessoas são todas registradas, elas ganham um salário fixo(...) a categoria paga em média R\$ 440,00(...) a nossa mão de obra é masculina e feminina, tem uns 30% masculina(...) a qualificação em sua maior parte acontece dentro da própria fábrica(...) e o ideal era ter um local para que as pessoas aprendessem fora , pelo menos o básico(...) aqui nós empregamos até duas ou três pessoas da mesma família(...) muitos era bóias-frias, agora é uma coisa fixa, que eles podem contar todo mês(...) aqui precisa de uma escola de aprendiz de costureira(...) muitas casas novas foram construídas, asfalto, a cidade tem melhorado(...) ²⁵.

A entrevista realizada com o prefeito municipal foi de suma importância para sabermos quais as possíveis soluções que a prefeitura busca para melhorar a qualidade de vida dos seus municípios:

Sabemos que a única forma é gerar empregos. As famílias crescem e os jovens precisam procurar colocação em outras cidades maiores. Infelizmente, o município não oferece ainda grandes ofertas de empregos. É complicado para uma cidade com o tamanho de Guaporema proporcionar oportunidades. Estamos investindo no ramo de fações de roupas. A cidade fica próximo a Cianorte, que é um grande pólo na fabricação do produto. Estamos incentivando com a concessão de terrenos e toda a infra-estrutura em comodato para a implantação de empresas, que em troca garantem a geração de empregos ²⁶.

Pelo relato dos entrevistados, podemos perceber de maneira geral, o quanto o declínio demográfico afetou as atividades que permeiam a funcionalidade da cidade. Observa-se também, a necessidade urgente de restabelecer opções para que a população possa participar do processo de produção e geração de renda.

²⁵ Proprietária de uma fação de costura, entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2006 em Guaporema.

²⁶ Prefeito municipal (2007), entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2006 em Guaporema.

2.5. QUESTÕES RELACIONADAS A UM MUNICÍPIO PERIFÉRICO

2.5.1. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Delimitar o que é local, ou ainda pequenas localidades, é uma tarefa complicada, pois não há um tamanho, uma medida, um parâmetro exato para isso. A concepção do que é local vai além de medidas e valores. A pequena localidade destaca o valor do convívio social para o indivíduo e seu grupo que se enquadram nas relações mais valiosas de caráter humano. Não há espaço mais flexível e estável para planejar e concretizar o desenvolvimento do que o local, pois é nele que se desenvolvem as relações e conhecimentos necessários para o processo produtivo, que é capaz de modificar o território. O processo é diferente de local para local, criando a identidade de cada lugar. As estruturas e relações serão diferentes, e também serão diferentes as soluções de ação coletiva e civil, com organizações distintas (SANTOS et al, 2007).

Os estudos sobre desenvolvimento local surgiram na década de 1980 do século passado. Países menos desenvolvidos no sul da Europa passaram a adotar estratégias de cooperação entre pequenas localidades. Quando a continuidade de sobrevivência em determinado local é questionada, surge a necessidade de mudanças e de elaboração de estratégias. Nesse aspecto, ainda é importante ressaltar que não existe um único modelo de desenvolvimento local.

Devemos ultrapassar uma visão meramente economicista, entendendo o desenvolvimento local como sinônimo de crescimento econômico. Devemos tratá-lo também como qualidade de vida, inclusão social, respeito à cultura e às identidades locais. O conceito de desenvolvimento deve ir muito além das habilidades da economia, pois “Um desarrollo exitoso no es simplemente lo mismo que crecimiento econômico, sino que debe existir un contexto adecuado de tipo social, económico, político, administrativo y cultural para lograr lo que se define como desarrollo” (Sieber, 1999; p. 445)²⁷. E ainda “el desarrollo no es algo adquirido, algo fixo. Todos los países, todas las sociedades y territorios están em vías de desarrollo. Sólo se puede hablar de él

²⁷ “Um desenvolvimento exitoso não é simplesmente o mesmo que crescimento econômico, sendo que deve existir um contexto adequado de tipo social, econômico, político, administrativo e cultural alcançar o que se define como desenvolvimento.”

cuando hay acción, cuando las cosas se mueven” (Rosa, 1999; p.37).²⁸ A forma de desenvolvimento imposta pelos modelos de modernização conservadora desabilitam os territórios.

As transformações territoriais têm encontrado relevância nas pesquisas da Geografia Humana. Diante do intenso processo de metropolização e crescimento urbano das cidades médias, verificado deste as últimas décadas, percebe-se a emergência das pequenas cidades em empreender ações que visam a otimizar sua forma de sustentabilidade econômica.

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido em seu caráter social e econômico, vinculado às políticas de governança²⁹ que intentam, entre outros, gerar condições de manutenção da qualidade de vida da população local, com seus laços de identidade ao lugar e pertencimento regional.

Na contemporaneidade, o uso da expressão “sustentabilidade” tem ganho relevância em função, principalmente, das questões de ordem ambiental. Porém, acreditamos ser necessário salientar que esse termo pode, dependendo da finalidade, ser usado de outras maneiras. Devemos ter cuidado para não restringir seu uso ao senso comum. Afinal, seu conceito é mais amplo e deve ser tratado adequada e cientificamente.

Estudos têm revelado que, ao longo do último século, a população mundial se multiplicou mais de três vezes e as atividades produtivas alteraram aproximadamente metade do território habitado. Além das conseqüências ambientais, que não podem ser minimizadas, esta causa também interferiu nas relações humanas, como as sociais, espaciais e econômicas.

Na atualidade, as referidas transformações agravaram ainda mais a distância dos espaços desenvolvidos com aqueles subdesenvolvidos, permitindo que a pobreza seja uma das causas mais comprometedoras desta discrepância sócio-econômica. Nesse sentido, a sustentabilidade social é uma ação vinculada ao princípio da melhora da qualidade de vida da população na sua totalidade (BUSS, 2007).

Haq (2008) lembra que a sustentabilidade deve ser entendida como equidade distributiva que compartilha oportunidades de desenvolvimento entre

²⁸ “O desenvolvimento não é algo adquirido, algo fixo. Todos os países, todas as sociedades e territórios estão em vias de desenvolvimento. Só se pode falar dele quando há ação, quando as coisas se movem.”

²⁹ Observar melhor esse conceito em Tonella(2006), p.42.

gerações, assegurando equidade geracional de oportunidades. Dentre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, a sustentabilidade é um dos componentes essenciais para o paradigma do desenvolvimento humano, proporcionando, além da equidade (igualdade de oportunidades e não necessariamente de resultados), produtividade (investimento humano e macroeconômico) e empoderamento (retirar as pessoas e nações pobres de situações de caridade permanente).

Em tempos de Globalização, como já citado, percebe-se uma atenção especial em direção ao desenvolvimento local como tentativa de solução, ou ao menos minimização, de algumas questões.

No que concerne à Geografia, cabe situar a importância do local enquanto espaço de vivência e pertencimento das pessoas no território em que habitam. Isso ultrapassa questões econômicas e envolve mais que auferir renda. Afinal, elas desejam mais do que empresas e trabalho remunerado: ambicionam um desenvolvimento local sustentável.

Sob a questão local, Santos (2004) afirma que a sociedade a ser construída deve ser aquela de que todos participam, além da construção coletiva, também de seus resultados. Compreendemos que não adianta uma sociedade local ser usada apenas enquanto mão-de-obra.

Dessa forma, entendemos ser imprescindível respondermos à questão: que tipo de desenvolvimento local será escolhido? Ou seja, ele atende apenas aos interesses do capitalista ou também contempla a sociedade de forma integral? Salientamos que há diferenças entre as iniciativas capitalistas que se desenvolvem “no” local, ao invés de trazer desenvolvimento “ao” local e que esta “inclusão” dos trabalhadores ocorre na medida dos interesses de reprodução do capital, configurando, nesse caso, em “exclusão”. Essa situação pode ainda ser agravada quando há também uma mudança estrutural nas relações de trabalho, porque gera exclusão a partir do bloqueio de possibilidades e opções para a emancipação e auto-realização dos habitantes dos municípios envolvidos. Para que haja o desenvolvimento local, ele deve ser pensado pela e para a população, a qual deve se tornar agente e não apenas elemento na construção social.

2.5.2. A REALIDADE QUE ENVOLVE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Na perspectiva dos habitantes de um pequeno município, não importa o tamanho de sua população, ele possui uma importante dimensão em suas vidas, pois ali elas estão entrelaçadas, de uma forma ou de outra é o espaço que expressa o vínculo com a sua origem. No entanto, para alguns autores, entre eles Veiga, existe um equívoco em classificar uma cidade apenas baseados no critério que considera a definição brasileira de cidade pela perspectiva estritamente administrativa. Toda sede de município é cidade, e pronto. Para esse autor, isso é um disparate que surgiu em 1938, ápice do Estado Novo, com o decreto-lei n.º 311. E que continua em vigor, pois nenhum outro diploma o revogou. Para Veiga, devem-se considerar outros critérios, entre eles, os estruturais e os funcionais.

Sendo que os critérios funcionais são: a localização, o número de habitantes, de eleitores, moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Já o critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe.

Para SANTOS (1979, p.74), “seja qual for a sua localização, a cidade local sempre se acha na periferia do sistema urbano. Essa situação significa que o indivíduo se encontra em uma posição desfavorável como produtor e consumidor”. Desse ponto de vista, podemos refletir que se faz necessário reestruturar o papel que uma pequena cidade possui, já que no jogo de forças dialético, na reprodução do capital, essas cidades sempre estão numa situação marginalizada dentro do sistema, o que determina e acaba por restringir as opções oferecidas a seus habitantes e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos mesmos.

Para entendermos a importância da reestruturação da função de uma cidade local para a vida de seus habitantes, faz-se necessário entender primeiramente a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, já que somente este último poderá criar condições de transformação e qualificação de pessoas e vidas.

Até a década de 1970, acreditava-se que o desenvolvimento estaria ligado ao crescimento econômico, que uma sociedade deveria atingir um certo grau de riqueza, para só assim poder distribuir melhor seus bens e proporcionar um certo grau de autonomia social a seus habitantes. Porém,

quando surgiu o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, ele trouxe à tona uma realidade diferente. Onde vários países e cidades que possuíam um PNB *per capita* desfavorável, possuíam uma qualidade de vida para seus habitantes muito melhor que outros que tiveram um PNB per capita elevado, porém com algumas condições de vida inferiores, como por exemplo, em se tratando da expectativa de vida. Diante disso, segundo Cardoso (apud VEIGA, 2006, p.33), “*era necessário refletir sobre o tipo de desenvolvimento que se almejava*”. Ou seja, não deveríamos apenas nos ater aos aspectos quantitativos, mas ao processo global como um todo, especialmente, nos aspectos qualitativos de vida da população.

O desenvolvimento é muito mais amplo, perpassa pelo cunho social, pelo reflexo de como uma sociedade está organizada e estruturada para produzir. Não apenas pelos resultados dessa produção, que podem expressar o equilíbrio ou desequilíbrio da balança comercial, o crescimento ou encolhimento do PNB *per capita*, mas que fica restrito a números, a quantificações. Certamente, os números podem expressar o crescimento econômico. No entanto, para evidenciar o desenvolvimento e corroborar seus fenômenos, deve-se investigar, segundo Rivero (apud Veiga, 2006), os processos qualitativos históricos-culturais, o progresso não-linear da sociedade, as abordagens éticas, e até os impactos ecológicos. Destacamos ainda o alerta de Veiga (2006), devemos tomar cuidado com “*a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e ao derrotismo que o descarta como inexecutável*” (VEIGA, 2006, p.33).

Sabendo-se, então, que existe uma diferença entre crescimento e desenvolvimento, e que uma pequena cidade pode melhorar as condições sociais de seus indivíduos, mesmo que seu desempenho econômico não seja tão favorável, necessita-se agora de buscar pistas que evidenciem o caminho para essa jornada: a da promoção do desenvolvimento local sustentável.

Considerando as reflexões do texto de Veiga, e as questões que o mesmo desperta em relação aos critérios funcionais e estruturais, quanto ao município de Guaporema podemos afirmar:

Dos 11 municípios da Microrregião de Cianorte, a qual Guaporema faz parte, somente 3 possuem acima de 8 mil habitantes. Sendo que 3 nem chegam a 5 mil habitantes.

Devido ao seu número de habitantes, não poderia ser classificada como cidade, pois para os critérios lusitanos deveria ter no mínimo 8 mil eleitores, sendo que possui somente 2.244 habitantes e destes apenas 1.621 são eleitores. A densidade demográfica é de 10,91 hab/km², conforme pode ser visto nas tabelas 1 e 2:

TABELA 1: NÚMERO DE ELEITORES

INFORMAÇÃO	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	1.621	pessoas

Fonte: TRE, 2007

TABELA 2: CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	2.244	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	2.190	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	764	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	214	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	749	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2006	56	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2006	370	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2006	112	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2005	-	alunos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em relação aos equipamentos urbanos, é desprovido de quase todos, pois não possui agência bancária, hospital, nem centro cultural. Tendo a população que buscar tais serviços nas cidades vizinhas, no caso Rondon – 10 km de distância, Cianorte ou Paranavaí – ambas a 65 km de distância. Cabe destacar ainda, que até 1992, não possuía nenhum mercado. A própria igreja já foi rebaixada de paróquia para capela, pois não possuía dizimistas suficientes para mantê-la. Só possui um prédio escolar que abriga a educação fundamental subsidiada pela prefeitura e a educação fundamental II subsidiada

pelo estado. Possui somente uma 'agência' dos correios. Abaixo, observa-se na tabela 3 o IDH:

TABELA 3: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUAPOREMA (PR) 1991-2000

Variável	Período de 1991			Período de 2000		
	Guaporema	Paraná	Brasil	Guaporema	Paraná	Brasil
IDH-M	0,655	0,711	0,696	0,736	0,787	0,766
Educação	0,705	0,778	0,745	0,843	0,879	0,849
Longevidade	0,695	0,678	0,662	0,713	0,747	0,727
Renda	0,564	0,678	0,681	0,652	0,736	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Quanto ao seu IDH, apresenta índice de 0,736 – sendo na longevidade 0,695, na educação de 0,705 e na renda 0,564. Em relação aos outros municípios do Brasil, apresenta uma posição intermediária, ocupa a 2515^a, sendo que 2514 municípios (45,7%) estão em posição melhor e 2.992 (54, 3%) estão em situação igual ou pior. No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal cresceu 10,35%, passando de 0,657 em 1991 para 0,725 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para isso foi a educação com 59,9% , seguida pela renda com 35,1% e pela longevidade com 5,0%.

A seguir, apresentaremos uma tabela que demonstra as condições econômicas da população em relação à ocupação:

TABELA 4: ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	890	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	826	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2006	46	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2006	393	
Produção de Cana-de-açúcar	IBGE	2006	325.134	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2006	13.000	toneladas
Produção de Laranja	IBGE	2006	4.350	toneladas
Bovinos	IBGE	2006	15.375	cabeças
Eqüinos	IBGE	2006	215	cabeças
Galinhas	IBGE	2006	201.400	cabeças
Ovinos	IBGE	2006	250	cabeças
Suínos	IBGE	2006	440	cabeças

Fonte: IBGE/TEM, 2000/2006

Quanto à economia, segundo o IBGE, em 2000, Guaporema apresentava 890 pessoas pertencentes à PEA (População Economicamente Ativa), sendo que 826 pessoas estão ocupadas, duzentas delas são funcionárias públicas municipais. Um fator singular é sobre o entorno da cidade, está tomado por cana-de-açúcar (325.134 toneladas em 2006, segundo o IBGE), essa cultura não gera quase nenhum trabalho para a população local, sendo a maior parte dos trabalhadores contratados de fora, pois a usina Coccarol, que faz o corte da cana-de-açúcar na região pertence a uma cooperativa capitalista e tem como sede o município vizinho de Rondon, e não se interessa por ocupar a mão-de-obra local.

O município possui 749 domicílios, sendo 442 na área rural e 307 em área urbana. Destes, 748 são particulares e 1 é coletivo, 610 estão ocupados e 138 não, 9 são de uso ocasional. (IBGE/2000). Dos 749 domicílios, somente 491 são atendidos com rede de água, nenhum com rede de esgoto e apenas 691 contam com energia elétrica. Conforme visualiza-se na tabela a seguir:

TABELA 5: INFRA-ESTRUTURA DE GUAPOREMA - 2007

INFORMAÇÃO	ESTATÍSTICA (Por Domicílio)	
	Abastecimento de Água	491
Atendimento de Esgoto	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	2.825	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	691	

Fonte: Copel e Sanepar

Da população residente, 214 famílias ou um total de 764 pessoas se encontram em situação de pobreza – o que corresponde a 32,94% da população. O índice de gini, que mede a desigualdade social é 0,490. Ou seja, as pessoas em situação de carência no município apresentam um número bastantes elevado, se considerarmos o universo total da população que é de 2.244 habitantes. Conforme pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 6: INDICADORES SOCIAIS

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
			Densidade Demográfica	IPARDES
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,725	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2005	7.351	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,490	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	43,23	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	-0,23	%
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	32,94	%

Fonte: IPARDES/ PNUD/IPEA/FJP/IBGE

TABELA 7: VEÍCULOS REGISTRADOS SEGUNDO OS TIPOS - 2007

Tipos	Número
Automóvel	283
Caminhão	31
Caminhão Trator	4
Caminhonete	24
Caminhoneta	55
Ciclomotor	1
Micro-Ônibus	1
Motocideta	173
Motoneta	13
Ônibus	3
Reboque	8
Semi-revoque	5
Outros Tipos	1
Total	602

Fonte: DETRAN

A frota de automóveis de Guaporema é de 283 veículos, sendo que 55 são camionetas, 24 caminhonetes, 31 caminhões, 4 tratores e 173 motocicletas. Essa informação já demonstra a vocação rural da cidade. Quando comparada com a arrecadação fiscal por ramo de atividades, essa realidade se consolida, pois R\$ 22.841.304 provém da produção primária, somente R\$ 900.806 da indústria, R\$ 760.708 do Comércio/Serviços (Fonte SEFA – PR 2000). Por último, para confirmar, na PEA, observa-se que 549 estão no rural e somente 341 no urbano.

Considerando todas essas informações e comparando-as às especificidades presentes no texto de Veiga (2006) para classificar as cidades, usando outros critérios que não aqueles estabelecidos durante o Estado Novo em 1938 – mas sim baseados na funcionalidade e na estrutura, o município de Guaporema não poderia ser considerado como uma cidade, pois não possui 3000 eleitores.

Porém, considerando a história de fundação da cidade que se iniciou em 25 de janeiro de 1961, verificamos que a história de Guaporema é bem anterior a Constituição de 1988 (a qual serviu para estimular a criação de novos municípios). Por isso, devemos nos lembrar da dimensão que a cidade ocupa na vida dos seus habitantes. É importante salientar que este exercício de comparação a respeito de como se deve realmente classificar um município, seja pelos critérios funcionais, estruturais ou pela densidade demográfica, o que realmente importa é dimensionar a realidade do município em relação as suas políticas públicas.

Para Endlich (2006), sobre a discussão contemporânea das pequenas cidades, há uma imensa dificuldade em entender melhor estes centros, uma vez que, o conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p. 85). A mesma conceitua da seguinte maneira as pequenas cidades:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliadas os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p.85).

Discutir, portanto, o conceito de cidade não é somente argumentar sobre questões de ordem populacional, sendo assim, não devemos cair no maniqueísmo de taxar as cidades pequenas somente pelo critério demográfico, ou seja, pelo número populacional de cada centro, mas, devemos considerar o aspecto qualitativo das cidades que reúne e abarca relações importantes como o grau de complexidade econômica e um papel/significado arranjado pela escala do capital.

No caso, Guaporema não pode ser classificada como um município de realidade cem por cento urbana, mas necessita de políticas públicas de integração da população que vive em sua maior parte na parte rural da cidade. Conforme pode ser observado na tabela e no gráfico abaixo:

TABELA 8: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A ZONA - 2000

População	Urbana	Rural	Total
Total	970	1274	2.244

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da Amostra

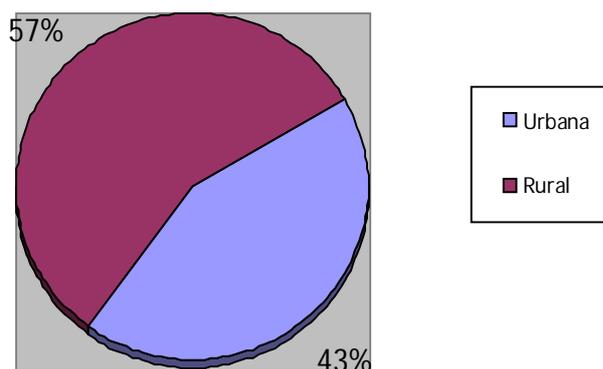


GRÁFICO 2: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO A ZONA – 2000 (%)

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da Amostra

Como falar em desenvolvimento sustentável sem conhecer a realidade rural que permeia o dia-a-dia dos habitantes do município? É necessário conhecer e criar infra-estrutura que possibilite, de fato, a sustentabilidade local de seus habitantes. E isso pode iniciar pela investigação das potencialidades produtivas locais.

Uma pista essencial é envolver as pessoas como sujeitas do desenvolvimento e não apenas beneficiárias, segundo Martins,

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (“ganhar a vida”) e ilimitado (“quanto mais melhor”), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários (MARTINS, 2002, p. 53).

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento só se completa e se realiza com o envolvimento das pessoas, e suas ações se traduzirão em respostas para o tipo de qualidade de vida que poderão alcançar. Uma boa estratégia de ação pode acontecer através da economia solidária que se caracteriza pelo resgate social, em que o valor de cada ser humano será realçado por meio de suas potencialidades. Uma boa estratégia de ação poderá acontecer sob a luz da Economia Solidária.

Segundo Singer (2002, p.10) “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito à liberdade individual” e ainda que “uma determinada

sociedade é fruto de suas escolhas”. Nesse ponto de vista, pensar o desenvolvimento de uma pequena cidade perpassa por ações coletivas, valorizando a potencialidade individual de cada membro dessa coletividade.

Podemos destacar ainda que a economia solidária desempenha um papel importantíssimo na busca pelo desenvolvimento, principalmente para o desenvolvimento sustentável. Nos dizeres de Veiga (2006, p.148), citando Douglass E. Booth, “Muito dependeria, segundo ele, da expansão da democracia econômica, nas perspectivas que tem sido chamada de economia solidária”.

Percebe-se a importância de oferecer condições à população local e ajudar-lhes a encontrar possibilidades que lhes permitam, através da geração de renda, uma vivência digna.

Se num município pólo as condições necessárias para a geração de trabalho e renda são escassas, esse problema se torna mais grave quando se trata de uma pequena cidade, tomemos como exemplo as ferramentas limitadas que este dispõe para atrair empresas para dentro de seu território.

Porém, se levarmos em conta as potencialidades existentes em cada ser humano, como a criatividade e o seu próprio saber comum proveniente de sua bagagem cultural, pode-se criar um leque de opções possíveis de realização. É nesse momento que surge a Economia Solidária³⁰. Ela servirá para resgatar a auto-estima de cada ser humano, porque partirá de suas potencialidades e as usará como ferramenta de ação e antes de mais nada, para amenizar as condições desiguais geradas no capitalismo, rompendo com a herança injusta da exclusão social, mas, para isso, faz-se necessário oferecer outras sistematizações nas relações de produção.

Em nossa investigação no município em causa, tivemos a oportunidade de presenciar algumas pessoas que podem ajudar na construção de uma nova sistematização nas relações de produção, porque elas possuem uma carga de criatividade, bem como habilidade para desenvolver trabalhos manuais, como: costura, pintura, artesanato em cestas, marcenaria etc. O mais importante é que essas pessoas, se disponham a transmitir informações que ajudem na

³⁰ Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo com perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

capacitação de outras, ou seja, elas estão dispostas a democratizar/partilhar seus saberes. Então, criar um empreendimento³¹ que formasse e qualificasse mais artesãos em Guaporema é uma solução possível e desejável para boa parte de sua população que não está absorvida nem pelo cultivo da cana-de-açúcar, nem pela criação de gado e tampouco pelas facções. Seria uma alternativa de geração de trabalho e renda, fundamental para a consolidação da cidadania destas pessoas.

Ao investigarmos a realidade de uma pequena cidade, como Guaporema, verificamos como a vida das pessoas vai sendo pautada por várias ordens de fatores, percebemos que o tecido de suas histórias se costura de acordo com as oportunidades, principalmente econômicas. Pelas falas das pessoas e pelo breve levantamento histórico, percebemos que a mobilidade nesse município periférico foi basicamente orientada por três fatores: erradicação da cafeicultura relacionada aos fatores climáticos, substituição de pequenas propriedades para criação extensiva de gado e ampliação das áreas de cultivo da cana-de-açúcar.

Vimos que esses fatores contribuíram para a perda da população e, em consequência, a perda das instituições que constituem a cidade, como o hospital, o banco, o mercado e, até mesmo, em certo momento a igreja que havia retornado à capela, e que para a consolidação dessas instituições é imprescindível a fixação e o aumento da população. Verificamos também que o município de Guaporema conta hoje com três facções, de grande importância para a produção local, fato constatado na contratação de pelo menos 140 pessoas diretamente.

Faz-se necessário destacar que a fixação e o aumento da população poderá ocorrer proporcionalmente em função da realização de políticas públicas que priorizem a qualidade de vida e, que busquem soluções primeiramente para a geração de empregos para a comunidade. Num segundo momento, para atendimento a saúde, no caso um hospital que servirá para atender às necessidades médicas da população, mas principalmente para a identificação do indivíduo com o seu local de nascimento. E, num terceiro

³¹ A equipe da Incubadora, de caráter multidisciplinar, é formada por pesquisadores, professores, técnicos e estudantes, e atua de forma a capacitar os grupos incubados, para o ingresso no mercado formal do trabalho.

momento, sistematize obras que possam oferecer oportunidades de lazer para a população, como exemplo uma casa da cultura, onde as raízes históricas da população possam ser apresentadas, como também para que a própria população exerça seus dons artísticos.

O desenvolvimento local é uma grande estratégia para melhoria de condições de vida, de geração de emprego, e mesmo de crescimento econômico, desde que seja visto de maneira integral, e que as necessidades sociais não sejam colocadas em segundo plano. É uma medida humana de desenvolvimento, afinal não se mede organização e desenvolvimento de um território apenas a partir da capacidade empresarial.

Reforçar as potencialidades e identidades locais, criar interdependência entre os agentes, são ações necessárias para se efetivar o desenvolvimento local. A ação isolada ou a subordinação dos agentes não encontrará um resultado sustentável. O desenvolvimento local se trata de ações a curto prazo para resultados a longo, porém duradouros e estáveis.

Enfatizamos ainda que Guaporema, mesmo sendo um município periférico, possui muitas perspectivas, entre elas a da Economia Solidária, que servirá para resgatar a identidade local e, em conseqüência, a auto-estima da população, bem como para favorecer os cuidados com o meio ambiente. Sendo a economia solidária uma ferramenta de desenvolvimento social, poderá ser a moldura para a pintura de um novo quadro nos pequenos municípios, como no caso de Guaporema.

3. O PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO ALTERNATIVA DO TRABALHO

Neste capítulo discutiremos “O papel da mulher na organização alternativa do trabalho” e todas as situações relacionadas a essa esfera, como: “Considerações sobre Globalização, Cidadania e Sobretrabalho”. Entre outras questões, faremos uma reflexão sobre o tempo para a reprodução social e o tempo para a reprodução econômica, quais são as dimensões dos mesmos e como o tempo para a reprodução social da mulher está cada vez mais comprometido na sociedade atual. Trataremos sobre a participação informal da mulher no mercado de trabalho e como essa pode prejudicá-la a curto, médio e longo prazo, já que a mulher e por conseqüência seus familiares ficam excluídos dos direitos legais, como por exemplo, a aposentadoria. Demonstraremos ainda, como a economia ampliada aproveita a mão de obra feminina, e que por ocasião da contração da mesma essa mão de obra também é uma das primeiras a ser dispensada. E, que numa tendência global, muitas vezes a mão de obra feminina é utilizada em situações de precarização, seja para pagar menos pela produção, seja para rebaixar os salários masculinos.

Num segundo momento trataremos sobre “As potencialidades produtivas locais para o desenvolvimento: as artesãs do município de Guaporema”, demonstraremos como se estabeleceram os contatos e como foram se ampliando as possibilidades para a ação das mulheres.

E ainda, num terceiro momento sobre as “Dimensões visíveis e ocultas em relação ao trabalho das artesãs do município de Guaporema”, destacaremos como a produção do artesanato cumpre uma papel de renda e ao mesmo tempo de sociabilização para as mulheres de Guaporema.

3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO, CIDADANIA E SOBRETALHO

O conceito de sobretrabalho é dotado de um relativo grau de complexidade e não se restringe e não se explica simplesmente em medir a quantidade de horas que a mulher trabalha para dar conta de seus afazeres domésticos e que acaba lhe comprometendo grande parte de seu tempo, tendo uma implicação direta em sua vida social e profissional. Por, detrás dessa palavra, existem outras questões mais amplas, que potencializam essa complexidade, mas que se tornam invisíveis e/ou ocultas, justamente porque o trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica é desvalorizado e não considerado como contribuição na produção econômica ou na organização do capital.

Então, quando tratarmos de sobretrabalho, precisamos compreender outras relações veladas que o dimensiona, como, por exemplo, a aposentadoria, a saúde, a globalização, e o próprio tempo, que pode se diferenciar por reprodução econômica ou reprodução social, e que cada um destes, a seu modo, possui uma influência direta e relevante em relação à participação feminina no mundo do trabalho (mesmo na esfera íntima) e destas com a sua cidadania.

Quando tratamos, no primeiro capítulo, sobre a importância de conceituar gênero, nossa preocupação foi no intuito de que o conceito não fique apenas no papel, mas principalmente auxilie no desvendamento para a construção de uma nova relação para e em torno da figura feminina, que envolve situações relacionadas ao seu trabalho, a sua cidadania e a sua qualidade de vida. Para que tal abordagem se torne completa, necessita relacionar-se também com as questões do sobretrabalho, já que esta possui influência direta na forma de se posicionar diante do mundo durante o exercício de seus papéis.

Quando pensamos na dinâmica existente num lar, seja da forma tradicional ou, até mesmo, da forma mais democrática ou original como nas famílias atuais, geralmente, o nosso imaginário define o papel que a mulher exerce relacionado à responsabilidade dos cuidados com o lar. Ao homem, cabe de forma mais específica, a função de trazer provisões para casa. Porém, na contemporaneidade, novas relações foram e são estabelecidas em

conseqüência das novas formas capitalistas das relações sociais. A mulher, muitas vezes, assume o papel de responsável pela busca das provisões, ainda que lhe caiba quase que exclusivamente, o dever de organizar seu lar, desde criar uma logística, para e com quem deixar as crianças até a própria arrumação da casa (como a lavagem das roupas e a limpeza da residência).

A literatura científica nos mostra como o papel da mulher até bem pouco tempo era praticamente invisível e, por isso mesmo, não evidente em estatísticas, tão relegado que não era considerada nem suas condições de trabalho. Vale destacar o artigo "A mulher trabalhadora na historiografia no início do século XX" ³², que faz uma análise comparativa com o livro "Do Cabaré ao Lar" de Margareth Rago, e o artigo "Além da indústria Têxtil" de Esmeralda Blanco B. de Moura. Ambas as autoras abordam um mesmo período da História brasileira: fins do século dezenove e primeiras décadas do século XX, mas com enfoques específicos diferenciados, que ajudam a entender melhor os fatores históricos que foram se delineando até as condições de trabalho atual da mulher do século XXI. Mostra que, mesmo se envolvendo na luta por condições de trabalho mais dignas, somando-se ao coro das vozes masculinas, contra o domínio burguês, elas não se enxergavam e não percebiam a importância ainda de ecoar suas vozes dentro de seus lares, por uma divisão de trabalho mais justa, sendo ou se colocando em situações de subordinação aos maridos.

Todas essas situações e mais as que evidenciaremos abaixo servem para mostrar o quanto o papel da mulher esteve oculto, desvalorizado, embora faça toda a diferença em relação à produção do capital e na construção da sociedade.

Aquino, Menezes & Marinho (1995) destacam em seu trabalho que, pelo menos em dezesseis países, dos seis continentes, a situação das mulheres trabalhadoras eram muito parecidas, estando restritas a poucas ocupações e expostas a precárias condições de trabalho. E, que apesar disso, persistia um desconhecimento generalizado sobre a sua saúde.

A justificativa para não investigar a situação das mulheres era de que o número delas era inexpressivo e por isso mesmo inconclusivo, sendo os

³²De Anici Belem de Souza Acadêmica de História da UEM – acessado em www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/janus/07 em 03/12/2008 .

estudos, quando existiam, eram apenas direcionados para a reprodução, ou seja, para a maternidade.

Segundo as autoras, de forma geral, a própria literatura médica não reconhecia a presença da mulher. Pouquíssimos trabalhos, em torno de 27,4% dos trabalhos indexados, publicados de 1986 a 1993, não mencionavam as palavras *women* ou *female* em qualquer dos seus campos, inclusive em resumos³³.

Em relação ao Brasil, as autoras destacam que, desde o início da industrialização, as mulheres estiveram presentes no mercado de trabalho. No entanto, essa participação esteve relacionada aos períodos de fluxo e refluxo condicionados pela necessidade do capital.

Foi só recentemente que o trabalho da mulher teve, em relação ao dos homens, um caráter complementar na sustentação da família, fazendo com que sua inserção fosse intermitente, porém em atividades de baixa remuneração e conseqüente baixa qualificação.

Registra-se um crescimento da participação feminina inclusive no mercado formal nos últimos vinte anos (a taxa feminina entre 1976 e 1985 – passou de 28,7% para 36,9%, com uma taxa geométrica de 5,6% contra apenas 2,9% de incremento do contingente masculino) (AQUINO, et al, 1995). Num primeiro momento, porque houve uma mudança na metodologia de investigação dos censos e nas Pesquisas nacionais por Amostra de Domicílios (pesquisa anual), por influência mesmo de pesquisadores/femininas.

E que, apesar de ocorrer esse crescimento, em função da própria crise³⁴, e pelo crescimento do mercado informal, é justamente aí que se insere grande parcela da participação feminina, que torna sempre desvalorizado o trabalho da mulher, já que é visto apenas como complementar.

Destaca-se ainda que, durante o refluxo, o trabalho da mulher limita-se ao cuidado e educação dos filhos. E, as que permanecem ocupadas, geralmente, são em tempo parcial.

Nesse sentido, na escolha do trabalho, pesa mais para a mulher, a localização geográfica e o tempo parcial, do que o próprio salário e a satisfação

³³ Fonte: (Rattner, 1993).

³⁴ Crise do Brasil –anos 80 – chamada de década perdida em função da enorme dívida externa, seus juros e o pagamento desta, que custou uma lacuna em questões sociais.

profissional, para que possam conciliar os cuidados da casa e dos filhos (adaptação de Aquino, Menezes & Marinho, 1995).

Conclui-se também que houve um aumento das mulheres chefes de família³⁵, mas que elas ainda figuram “as mais pobres entre as pobres”, sendo a maior proporção encontrada na região norte do país (em 1989 – correspondia a 20,1% do total das famílias). Segundo o Ipea (2008), as famílias chefiadas por mulheres eram 19,7% há 15 anos e chegaram a 28,8% do total em 2006, reforçando a tendência de alta que já vinha sendo observada pelo Ipea na década atual.

Ainda nesse aspecto, até mesmo o trabalho agrícola feminino é desconsiderado, por ser caracterizado como familiar, é visto apenas como uma ajuda, nem as próprias trabalhadoras se enxergam como tal. O que dificulta enxergar problemas de saúde, já que as mesmas estão expostas aos mesmos riscos que o trabalhador masculino, como agrotóxicos e outras substâncias químicas, além dos benefícios e direitos sociais.

Em relação ao trabalho de enfermagem, não há um estudo consistente em nosso país sobre a participação feminina, justificando-se pelo mito que a mulher possui especificidades para desenvolver trabalhos relacionados aos cuidados e a dor. Mas que a expõe em situações de diferentes horários e turnos, má remuneração e situações de insegurança, o que pode ocasionar problemas digestivos, distúrbios do sono e mentais, o que provoca impactos no sistema emocional, ciclo reprodutivo e menstrual, tendo repercussões em sua vida familiar e social.

Embasados por essas informações e diante dessas considerações fica mais fácil entender o porquê do papel da mulher ainda ser tão descaracterizado, ou seja, não lhe é atribuído o valor, de modo a representar um modelo a ser quebrado. Poderíamos ainda relacionar muitas outras situações como a diferença no acesso a serviços públicos em casas de família chefiadas por mulheres ou como a pequena participação delas em sindicatos que, em consequência, desprivilegia a luta por um novo paradigma feminista e uma qualidade de vida mais consistente. Porém, nos detemos apenas em

³⁵ Acessado em WWW.folhaonline.com.br em 28/12/2008.

mencionar como ainda existem situações que necessitam de ser transformadas ou construídas quando se trata da questão de gênero e trabalho.

Outra abordagem interessante e valiosa se evidencia no livro “Reconfiguração das relações de gênero no trabalho”³⁶, no qual se realiza uma discussão sobre as relações entre o trabalho produtivo, ligado à reprodução econômica, e o trabalho reprodutivo, voltado para a reprodução social, a partir de uma perspectiva feminista, entre sindicalistas e especialistas da academia., Essa discussão iniciou-se em 2001 pela então Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, hoje Secretaria Nacional, em parceria com a SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Em 2003, com um corpo mais sólido de estruturação e resultado de um seminário nacional culminou nas reflexões do mencionado livro. Porém, os dois primeiros capítulos estão mais relacionados às condições de trabalho e gênero contextualizadas nesse trabalho, como a questão do sobretrabalho. O primeiro capítulo trata sobre o Universo do Trabalho Feminino e da Cidadania das Mulheres³⁷ e o segundo desvenda a questão do tempo econômico e do tempo como reprodução social e as implicações de cada um no mundo do trabalho, principalmente no mundo do trabalho feminino – Tempo, Trabalho e Gênero³⁸.

A seguir, pontuaremos e relacionaremos com outras situações, pela nossa perspectiva de interpretação, as questões mais relevantes presentes no referido livro e que se somam ao nosso trabalho para configurar as questões relacionadas à participação feminina no mundo do trabalho e às implicações do sobretrabalho.

O Universo do Trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo, Helena Hirata³⁹ desenha uma excelente configuração do papel da mulher na Globalização e revela como esse processo modifica o lugar das mulheres na economia, os papéis masculinos e femininos

³⁶ Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho/Ana AliceCosta, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares. [Org.] – São Paulo: CUT Brasil, 2004.

³⁷ De autoria de Helena Hirata

³⁸ De autoria de Cláudio Salvadori Dedecca

³⁹ Socióloga do trabalho, pesquisadora no Genre et Rapports Sociaux (GERS), ex-GEDISST, Centre National de la Recherche Scientifique (GNRS). É diretora do GERS e professora do programa de pós-graduação da Universidade de Paris VIII.

na esfera da vida política e social, alterando simultaneamente as formas de desigualdade entre mulheres e homens.

As mulheres são mais pobres, mais precárias, mais desempregadas, mais sujeitas à violência. Elas tem menos acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, menor acesso à formação profissional e técnica, embora desfrutem mais da educação hoje do que no passado. Somados a isto, elas têm menor acesso ao crédito e à terra.

A globalização teve conseqüências complexas e contraditórias afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Este último sofreu regressão ou, no melhor dos casos, estagnação. Quanto ao emprego feminino, assiste-se mundialmente a um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres, o que foi favorecido pela terceirização da economia no espaço urbano.

Verifica-se que a questão sobre os novos empregos da participação feminina, coexistem com maiores índices de desemprego masculino. Isto, em função de processos de desregulamentação e de liberalização, pois redundaram em forte crescimento da precariedade do emprego, que sempre se desloca para a participação feminina. Como Hirata (2004) destaca, pode-se dizer que os mecanismos da globalização neoliberal e, em particular, os planos de ajuste estrutural tiveram um forte impacto sobre o trabalho das mulheres.

O que seria um ganho num primeiro momento para a sociedade e para a economia, ao longo do tempo se transforma num problema social, pois se a mulher trabalha e recebe de forma precária, sem participação efetiva dentro do sistema social e previdenciário, ela e sua família perdem o direito de desfrutar de planos de assistência médica, aposentadoria, entre outros – ocasionando uma sobrecarga para o estado, porque não consegue dar conta de tal situação. Como se verifica, a aposentadoria feminina é conseqüência da participação das mulheres no mercado de trabalho e também se apresenta de forma desigual, sendo que o homem geralmente é mais bem remunerado. Esta é uma situação que também se reproduz no Brasil. A tabela a seguir retrata as aposentadorias brasileiras por gênero e renda no triênio 1998-2000⁴⁰, 73.3% dos benefícios foram concedidos aos homens.

⁴⁰ Acessado em 29/12/2008

TABELA 9: APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (MÉDIA DO TRIÊNIO 1998-2000)

<i>Contribuintes ao INSS por Gênero e Rendimento</i>		
Faixas de Valor (salário mínimo)	Masculino	Feminino
Até 1	58, 2%	38,6%
Acima de 40	85,1%	14,1%

Fonte: WWW.cfemea.org.br e Rais e MPAS (2000) /Elaboração: Santos/2008.

Segundo dados do Centro de Estudos Feministas e Assessoria, no Brasil, a Previdência deixa de fora mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA), se considerado o universo familiar e incluídos os dependentes dessas pessoas, significa que são 100 milhões de brasileiros/as sem o benefício. Revela ainda, que a seguridade social desempenha um papel crucial para a redução da pobreza extrema no país, o que provoca um quadro grave. Nesse contexto, a situação das mulheres é especialmente difícil. O sistema de proteção social, particularmente a Previdência Social, deveria atuar na redução das vulnerabilidades de gênero, promovendo incentivo e inclusão de todas as mulheres e não somente daquelas reconhecidas como “trabalhadoras”, para assegurar autonomia financeira, familiar, profissional.

Uma das questões que se coloca é o trabalho em tempo parcial das mulheres do norte e o trabalho informal das mulheres do sul do país, tanto uma região quanto outra perderam a capacidade de se articular sindicalmente ou em movimentos para solicitar uma melhor condição de trabalho e/ou qualidade de vida. O que é uma pena, porque como já havíamos sinalizado no capítulo 1, o empoderamento só acontece em consequência do processo de mobilidade das mulheres em torno da articulação de suas necessidades.

Destacam-se ainda os “*working poors*”, trabalhadores pobres, que são, na verdade, “trabalhadoras pobres”, (quase 1/3 das mulheres trabalhadoras na França, segundo pesquisas recentes). Isso se agrava quando a mulher é chefe de domicílio, situação que tem aumentado nos últimos anos em todo o mundo, particularmente nas áreas metropolitanas brasileiras (DIEESE,2004), como pode ser observado no gráfico abaixo:

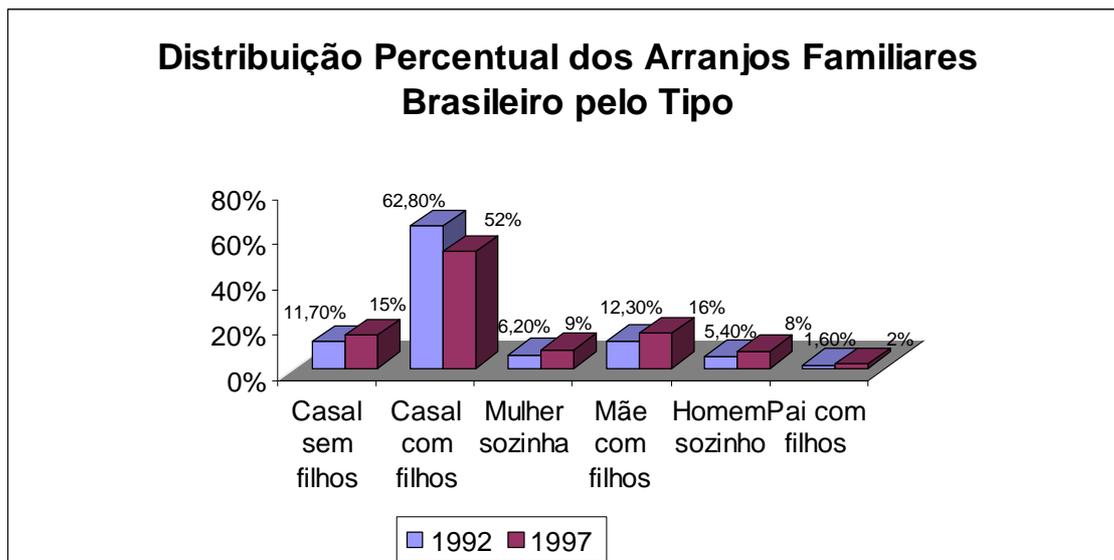


GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIRO PELO TIPO

Fonte: PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios /2004 – Elaboração Santos/2008.

As informações contidas no gráfico 3 corroboram para esse quadro social, em que as famílias chefiadas por mulheres, cresce consideravelmente, no caso brasileiro um aumento de 3,5% em apenas cinco anos.

Outra situação que se mostra agravante é a extensão mercantil do trabalho doméstico, porque existe o uso de mulheres pobres por famílias de nível sócio-econômico mais elevado, o qual gera outro modelo, substituindo o da conciliação pelo da delegação, onde as mulheres de nível mais elevado delegam as atividades domésticas para aquelas com menos recursos. E, por trás dessa questão, ainda está inserida uma outra, a de que cuidados com idosos ou crianças é uma característica ou competência feminina, o que lhes impede um reconhecimento e uma remuneração adequada.

As palavras de Lister (2000) e Hirata (2004) são totalmente adequadas para dimensionar o contexto que envolve essas questões:

O reconhecimento na esfera pública do trabalho realizado na esfera privada é fundamental para a cidadania. (Lister 2000, apud Hirata). E essa mercantilização do trabalho doméstico pode levar tanto à desvalorização quanto ao reconhecimento. A direção que pode tomar tal processo depende fundamentalmente da correlação de forças criadas pelos movimentos feministas (Hirata, 2004, p.19).

Até mesmo as relações mundiais possuem um retorno diante da situação de gênero, comprometendo a participação feminina no mundo do trabalho. Estamos diante de uma situação paradigmática, ou novas relações

serão estabelecidas a partir desse processo, baseadas em favor de lutas feministas ou permitiremos um retrocesso.

Faz-se necessário notar, também, que existe uma espiral em relação às condições de participação feminina em relação ao país onde a mesma se desenvolve. Quanto mais o país está na periferia, apresenta problemas de ordem financeira e política e está dominado por países de centro, maior é o nível de dominação das mulheres pelos homens. Como coloca Hirata (2004, p.19), a cidadania só será efetiva por meio do acesso mundial à cidadania.

Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia. Muitas conquistas em relação às políticas públicas aconteceram e precisam continuar, porém, é urgente e necessário mudar a esfera privada, para que ocorra uma melhor distribuição do trabalho dito invisível, o qual envolve dedicação, altruísmo, disponibilidade permanente.

Em Tempo, Trabalho e Gênero, Claudio Salvadori Dedecca⁴¹ traz uma relevante reflexão sobre o uso do tempo no capitalismo, que pontuaremos, sob a nossa interpretação e relacionando-a com outras situações.

Face à mudança das informações obtidas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, a qual introduziu alguns quesitos sobre a realização e tempo despendido com os afazeres domésticos, abre-se a possibilidade de confrontar o uso do tempo ao menos em duas dimensões: para a reprodução econômica ou para a reprodução social. Relacionamos abaixo a distinção entre os mesmos:

Tempo para Reprodução Econômica	Tempo para Reprodução Social
Aquele destinado ao trabalho remunerado e gasto com deslocamento para sua realização.	Atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono.
Ambos os tempos são recorrentemente transformados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais.	

QUADRO 5: USO DO TEMPO PARA REPRODUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Fonte: Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho/CUT/2004.

Elaboração: Santos/2008.

⁴¹ Bacharel, mestre e doutor em Ciências Econômicas, livre docente em Economia do Trabalho, professor do Instituto de Economia da UNICAMP, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT/IE/UNICAMP). Presidiu a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho de 1997 a 1999.

É incrível como as mudanças estruturais que aconteceram na sociedade tecnológica atual transformaram totalmente as relações entre um e outro tempo, comprometendo a cidadania e o livre- arbítrio das pessoas no mundo do trabalho, especialmente das mulheres, considerando-se a sua dupla jornada de trabalho ou sobretrabalho, possuem pouca autonomia.

Segundo Dedecca (2004, p.22), o trabalho em si não diferencia o capitalismo das demais formas de organização sócio-econômica conhecidas na história da sociedade moderna. No entanto, segundo ele, três características do trabalho no capitalismo, lhe diferenciam das demais:

Primeira – é a compulsoriedade do trabalho no capitalismo, que acontece pela monetização do consumo, que pela ausência da posse/patrimônio, obriga a população à venda da força de trabalho. É através dela que se viabiliza sua própria sobrevivência.

Segunda – diz respeito ao processo de alocação do trabalho no processo de produção e suas implicações sobre o tempo de trabalho. O aumento de produtividade reflete o maior rendimento do trabalho em uma mesma unidade de tempo, expressando, portanto, uma intensificação do ritmo no qual ele se realiza. Esse processo, desproveu o trabalhador do poder de controlar o tempo de trabalho, transferindo-o para a nova classe de homens responsáveis pela gerência e administração do processo produtivo.

Terceira – Apesar de todas as mudanças, o capitalismo não foi e não é capaz de eliminar a necessidade de um tempo necessário para a reprodução social, física e mental dos homens e mulheres. O aumento da intensidade e da extensão da jornada de trabalho esbarra na exigência de um período de descanso, a ser realizado dentro das 24 horas de duração do dia.(DEDECCA,2004)

Somando-se essas três características, gera-se uma recorrente tensão na distribuição do tempo diário e entre seu uso para a produção econômica e sua utilização para a reprodução social, física e mental.

Destaca-se, ainda, que a primeira grande bandeira de luta do movimento operário tenha sido a limitação da jornada diária de trabalho, simbolizada politicamente na história do enforcamento de 5 operários na cidade de Chicago em 1º de maio de 1886.

Também é relevante dizer que Dedecca (2004) considera o tempo para trabalho doméstico, como o tempo para a reprodução social, utiliza o mesmo enfoque dado por Marx, porém agora fica claro que o tempo deve ser visto sim, como valor de troca, já que possui e está estruturado dentro de um novo contexto.

Segundo Dedecca (2004, p.25), “a preocupação em limitar o tempo de trabalho aparece na origem dos instrumentos de regulação do trabalho, tanto na esfera das nações como no âmbito das instituições internacionais”.

Observa-se um delineamento da sistematização do tempo de trabalho. Isto não ocorre de uma hora para outra, mas através de várias Convenções Internacionais do Trabalho estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴².

Se em um primeiro momento, os instrumentos públicos de regulação voltaram-se para a extensão da jornada e o descanso semanal, nota-se, posteriormente, uma ação sobre o funcionamento da jornada de trabalho com o objetivo de estabelecer, sempre que possível, sua recorrência no período diurno, isto é, de segunda a sexta-feira.

Com isso, se tentava restringir as jornadas noturnas, em turno e nos finais de semana. Exceções, quando a continuidade da atividade econômica era uma exigência social ou técnica, ficou garantida a jornada de trabalho em regimes excepcionais⁴³.

Temos duas situações distintas em relação à história do trabalho: até a década de 1970, todos os esforços estavam concentrados em caracterizar e difundir os instrumentos de regulação e padronização da jornada de trabalho. Construídos inicialmente na esfera pública do Estado e, após a Segunda Guerra, através dos contratos coletivos de trabalho.

Já nos anos 80, aconteceu uma ruptura (principalmente em função da Globalização), que se justifica através do desemprego, pelos governos para permitir uma flexibilização da jornada de trabalho. O que compromete e

⁴² O tema é objetivo da 1ª e 14ª Convenções Internacionais do Trabalho, estabelecidas em 1919 e 1921. Na 1ª Convenção encontram-se estabelecidas as jornadas diárias e semanal de trabalho máximas de 8 e 48 horas, respectivamente. Na 14ª Convenção afirma-se o direito do descanso semanal, o qual deve ser desfrutado, em especial, nos dias consagrados nos costumes e tradições nacionais e por todos os empregados da empresa.

⁴³ São exemplos o trabalho contínuo em hospitais e nas empresas de distribuição de energia elétrica, por necessidade social, e nas siderurgias e petroquímicas, por imposição técnica.

inviabiliza em muitas situações a atuação dos sindicatos, pois estes são pressionados a estabelecerem normas menos restritivas. Há uma inversão, a padronização da jornada de trabalho perde importância e as jornadas em regime excepcional ganham relevância.

O consumo conspícuo⁴⁴ é a principal ferramenta para manipular a opinião das pessoas e dos próprios trabalhadores em relação as jornadas excepcionais de trabalho. Como diz Dedecca (2004, p.27), o consumo passou a ser vendido como lazer. A difusão dessa cultura tem transformado cidadania e consumo em quase sinônimos.

Até a década de 1970, a regulação da jornada de trabalho visava à separação entre o tempo para a reprodução econômica e aquele para a reprodução social. Ao padronizar a jornada de trabalho, definiu-se o regime do tempo das pessoas e das famílias para a reprodução econômica. Ademais, a padronização da jornada de trabalho permitiu a sincronização no uso do tempo para reprodução social no interior das famílias e, também, nas políticas sociais.

A participação da mulher no trabalho prescinde de uma logística: onde e com quem deixar as crianças, está entre os principais problemas enfrentados. A padronização da jornada de trabalho diurna nos dias úteis foi fundamental para a compatibilidade entre trabalho e vida familiar, ao fazer coincidir os horários de trabalho, de escola e creche. A ampliação da jornada em regime excepcional rompe essa compatibilidade. Em muitos casos, principalmente aqueles em que a mulher possui uma situação sócio-econômica mais privilegiada, sai o modelo da “conciliação” e surge o modelo citado por Hirata (2004, p.18), “da delegação”.

Também, neste caso, verifica-se um movimento espiral, porque muitas mulheres, ao cuidar dos filhos das mulheres de classe média, deixam em casa, em comunidades mais carentes, os filhos também delegados a uma vizinha ou parenta mais próxima. Assistimos a um movimento cada vez mais crescente numa sociedade, onde os filhos são criados pelas mãos de outras mulheres e assim por diante. Na maioria dos casos, por conta da flexibilização de horários e também pela localização geográfica que implica deslocamentos demorados e custos adicionais de transporte. Principalmente nos grandes centros, isso tem

⁴⁴ Ocorre em uma sociedade que bombardeia sistematicamente os indivíduos com novos produtos que geram novas necessidades individuais ou familiares nem sempre fundamentais.

um efeito avassalador, pois as “*working poors*”, em sua maioria passam a semana inteira longe de casa para poder garantir o sustento dos filhos. Uma questão crucial e gritante, a qual define bem Dedecca (2004, p.28):

O aspecto mais preocupante aí inscrito é a subordinação do tempo social ao tempo econômico garantida pelo caráter compulsório do trabalho para a maioria da população.

A flexibilização da jornada de trabalho expressa o principal retrocesso da regulação social sobre a máquina econômica do capitalismo, ao permitir novamente que a reprodução social se subordine aos desígnios da acumulação de riqueza.

Existe aqui, uma questão fundamental, o da subordinação do tempo para reprodução social ao tempo para reprodução econômica, numa luta desigual, porque quanto mais o tempo para reprodução social é refutado pelo tempo da reprodução econômica, menos é valorizado, ou contabilizado em forma de incremento salarial para o trabalhador, e, muito menos para a trabalhadora, que precisa recorrer a toda sorte de desdobramentos para criar a sua logística de conciliação e quando possível de delegação.

Há algumas situações agudas e ou especiais se considerarmos a elevação do tempo econômico pago e não pago, segundo dados do *Multinational Time Use Study (MTUS)* – grupo de pesquisadores de vários países⁴⁵.

- O menor tempo livre é observado para as mulheres e , em especial, para aquelas com filhos com até 15 anos. No caso dos homens, encontra-se um tempo econômico pago mais elevado e tempos não pagos e para a organização familiar menos intensos. Situação inversa encontrada para as mulheres. Essas possuem um tempo econômico pago menor, mas realizam jornadas mais extensas de trabalho não pago e na organização familiar.
- Mesmo em países com políticas sociais mais amplas e com a expectativa de que, o maior grau de desenvolvimento pudesse estar

⁴⁵ Mesmo em países que mantém uma política social mais ampla, ou seja, garantem a maioria das situações, regime de horário integral nas escolas e creches para a população.

acompanhada de uma menor discriminação entre homens e mulheres no uso do tempo.

- A situação é tão agravante, que mesmo numa sociedade que convive com a parafernália do consumo, como a americana, o trabalho para a organização doméstica consome em média 36 horas semanais, o que demonstra a redução do tempo livre.
- Outro agravante é que, enquanto por uma lado, parte da população sofre uma crescente sobre o uso de seu tempo, encontra-se, por outra uma população que sofre uma ociosidade perversa de seu tempo, situação vivida pela crescente parcela de desempregados.

No Brasil, o movimento das mulheres tem sistematicamente defendido o reconhecimento desses tempos de trabalho voltados para a reprodução social. No final dos anos 1980, conseguiram incluir entre os itens pesquisados pelo IBGE a investigação sobre as formas de trabalho para auto-consumo e auto-construção, além de considerar as situações de trabalho com jornada inferior a 15 horas semanais.

A mensuração dessas formas de produção amplia a População Economicamente Ativa (PEA), tendo especial importância para a captação do trabalho da mulher em jornada inferior a 15 horas semanais e em auto-consumo. Segundo Dedecca (2004, p.39), é possível observar:

Que a adoção desse critério mais amplo significa, em 2001, um incremento da PEA feminina em 3,7 milhões de pessoas, equivalente a 12%. Para os homens, esse aumento corresponde a 1,9 milhões de pessoas, ou 4,1%. Do total de 3,7 milhões de mulheres incorporadas na PEA-A, 3,1 milhões realizam jornadas inferiores a 15 horas semanais, sendo 1,3 milhões dessas em trabalho de auto-consumo.

Esses dados servem para constatação de quanto se fazia necessário a soma desses novos números para um real dimensionamento das questões relacionadas ao tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho, como aparece a questão do tempo parcial com uma grande relevância, já que as mulheres que se dedicam a esse tipo de horário, geralmente, estão preocupadas com os cuidados e organização da residência, bem como, com o cuidado com os filhos, no chamado modelo de conciliação, o qual já foi retratado e que gera uma descaracterização da importância do papel no sistema produtivo, bem

como sua desqualificação financeira. Os dados da tabela abaixo ajudam a configurar esse perfil da PEA (População Economicamente Ativa) no Brasil, com destaque para a situação da mulher a qual vem adquirindo expressividade no decorrer dos anos, mas que ainda possui uma considerável taxa de desemprego, sinal de que realmente o trabalho delas adquire ou perde importância em função dos fluxos e refluxos da economia.

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Total
População Economicamente Ativa - Ampla (1)	48.387.458	34.838.709	83.226.167
População Desempregada	3.824.348	4.439.861	8.264.209
População Ocupada Ampla	44.563.110	30.398.848	74.961.958
Ocupados - 15	1.188.719	3.122.708	4.311.427
Ocupados + 15	43.374.391	27.276.140	70.650.531
População Ocupada Não Agrícola - Ampla	33.918.398	25.476.998	59.395.396
População Economicamente Ativa - Restrita (2)	46.483.593	31.090.628	77.574.221
População Desempregada	3.824.348	4.439.861	8.264.209
População Ocupada - Restrita	42.659.245	26.650.767	69.310.012
(PEA-A) - (PEA-R) (Valores Absolutos)	1.903.865	3.748.081	5.651.946
(PEA-A) / (PEA-R) (em %)	4,1	12,1	7,3

QUADRO 6: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS CRITÉRIOS AMPLO E RESTRITO (2001)

Fonte: PNAD-IBGE, 2001, micro-dados. Organização Santos, 2008.

- (1) A População Economicamente Ativa - Ampla (PEA-A) incorpora todas a pessoas de 10 anos ou mais que realizaram ao menos 1 hora de trabalho na semana, inclusive em auto construção e auto-consumo.
- (2) A População Economicamente Ativa - Restrita (PEA-R) incorpora todas a pessoas de 10 anos ou mais que realizaram 15 horas ou mais ou menos 1 hora de trabalho na semana, exclusive em auto construção e auto-consumo.

Ainda sobre a tabela, cabe destacar, se considerado somente o segmento ocupacional agrícola, que as mulheres com jornada de trabalho inferior a 15 horas e em trabalho de auto-consumo, representam 27% da ocupação total. Como afirma Dedecca (2004, p.39), se é desconsiderado o trabalho em ocupações com baixa jornada de trabalho e para auto-consumo, deixa-se de levar em conta 25% da ocupação agrícola feminina. Sendo esta, uma dimensão invisível do trabalho da mulher.

Dedecca (2004, p.40), destaca que está em construção um reconhecimento de uma dimensão do trabalho que escapa das orientações mais tradicionais de mensuração da população ocupada – aqui retratado em

duas situações diferente: sendo, o Pequeno Setor Contratado formado pelo emprego sem carteira, pelos empregadores em estabelecimento em pequena dimensão e pelos autônomos que destinam seu trabalho a uma outra unidade econômica e o Pequeno Setor Não Contratado formado pelo emprego sem carteira, pelos empregadores em estabelecimento autônomos que destinam seu trabalho aos indivíduos e às famílias. Ele relaciona esta situação próxima daquela denominada de setor informal e destaca que a análise da estrutura ocupacional brasileira aponta uma maior participação da mulher no Pequeno Setor Não Contratado, um dos indicadores para corroborar essa situação está relacionada à taxa de sindicalização das mulheres que equivale a 5% no terciário para pessoas, enquanto a dos homens corresponde a 13% (PNAD – IBGE, 2001).

Buscando dimensionar a real participação da mulher e seu trabalho para a sociedade, a PNAD introduziu alguns quesitos que permitem reavaliar a recorrência e extensão do trabalho em afazeres domésticos, denominado por Dedecca (2004) como trabalho para reprodução social – que permite ampliar a perspectiva sobre a noção de trabalho, incorporando tanto aquele de interesse econômico ou voltado para consumo próprio como o realizado para o funcionamento sistemático de famílias e domicílios.

Pela PNAD, em 2001, 42% dos homens declararam realizar afazeres domésticos contra 90% das mulheres. O que demonstra a menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo mais à mulher esse tipo de ônus social e que esta situação também se reproduz nos países desenvolvidos.

Esta situação evidencia que, apesar de uma menor jornada de trabalho de caráter econômico, exercida pelas mulheres, elas possuem uma jornada total superior à dos homens. Elas, respondem por uma jornada de trabalho em afazeres domésticos três vezes maior àquela realizada pelos homens, inclusive em situações de desemprego – ou seja, estar desempregado para o homem não significa uma maior jornada de trabalho em afazeres domésticos, enquanto que para as mulheres o ingresso no mercado de trabalho não representa uma menor jornada em afazeres domésticos.

Dois situações se somam a essa questão, segundo a PNAD (2001) geralmente as mulheres com filhos menores de 15 anos realizam jornadas

totais de trabalho mais elevadas que aquelas sem filhos e os homens, sendo uma média de 12 horas/dia, contra uma média de 9 horas nos países desenvolvidos. A outra, é que a dupla jornada de trabalho tende a estar associada a baixa remuneração, já que a mulher que possui melhor renda pode contratar uma pessoa que realize boa parte dos afazeres domésticos e o contrário também, ou seja, a mulher que ganha menos, precisa ela própria realizar os afazeres domésticos.

Relacionando essas questões a situação vivenciada pelas mulheres de Guaporema – considerando que as mesmas vivem num município periférico e que por isso as limitações no mercado de trabalho se tornam mais acentuadas, dada a sua localização dentro da rede urbana, podemos esboçar o seguinte quadro:

- A maioria das mulheres da cidade tiveram que optar em primeiro lugar pela reprodução social, ou seja, pela organização familiar ao invés de realização profissional através da reprodução econômica.
- Através das atividades propiciadas pelo artesanato – que possui um caráter flexível tanto para o tempo de criação, execução e comercialização, encontraram uma forma de comungar a reprodução social e de forma limitada a reprodução econômica.
- Não possuem a dimensão real da importância do seu trabalho para a reprodução social, bem como para a reprodução econômica e justamente por estar longe de um grande centro urbano, enxergam tal perspectiva de modo natural, já que esse trabalho não compromete a organização familiar.

3.2.UM OLHAR SOBRE AS POTENCIALIDADES PRODUTIVAS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: AS ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA

Neste capítulo, num primeiro e breve momento, apenas demonstraremos a sistematização de nossas ações para a consolidação do grupo “Mulheres de Guaporema”. Já num segundo momento, iremos demonstrar as questões visíveis e ocultas do trabalho dessas mulheres, ou seja, delinearemos através de entrevistas um perfil das condições de vida e trabalho delas, para demonstrar o seu grau de percepção enquanto produtoras e geradoras de renda para o sustento de suas famílias.

Como mencionado na primeira parte deste trabalho, realizamos investigações das potencialidades locais no município de Guaporema desde 2006.

Em Agosto de 2007, através do Núcleo da Unitrabalho⁴⁶ – incubadora de Maringá, viajamos para Guaporema com o objetivo de reunir pessoas para a formação de cooperativas ou associações para posteriormente iniciarmos o processo de incubagem.

Na chegada, nos reunimos apenas com alguns líderes locais como vereador, diretor da escola, secretária da educação e algumas senhoras que representam o artesanato local. Nessa reunião houve uma explanação sobre empreendimentos solidários e o funcionamento de uma cooperativa solidária, bem como sobre o papel da incubadora. Foi definido que na parte daquela tarde a reunião se tornaria mais abrangente, onde todas as pessoas da comunidade que tivessem interesses afins deveriam ser convidadas para participar.

Na parte da tarde, por volta das 15h30min, nos reunimos novamente, agora com um grupo mais amplo, contando com 36 pessoas, dentre elas algumas autoridades, como o prefeito, o líder do sindicato, a diretora da escola e um vereador. Um fato peculiar foi que esta reunião promoveu um diálogo entre grupos de oposição do município, o que foi muito comentado na cidade.

⁴⁶ A Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 40 Universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO como um todo interliga 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

Durante a segunda reunião, houve novamente a explanação do que são empreendimentos solidários e qual o papel do Núcleo. Como resultado, tivemos a perspectiva da formação de três cooperativas, sendo elas: uma de produção de frango, uma de produção de artesanato e costura e outra de produção de leite. Para finalizar formamos três oficinas com cada um dos grupos e respondemos as questões ou dúvidas referentes ao processo. Também recolhemos os dados pessoais de cada futuro integrante das cooperativas.

Cabe ressaltar ainda, que a maior preocupação do grupo da incubadora seria o de sondar o grau de comprometimento dos futuros integrantes das cooperativas. Como naquele momento não houve a quantidade de pessoas necessárias para a formação de uma cooperativa e sim apenas de associações, ficou acordado entre os participantes e o grupo da Unitrabalho que a data limite para a integração de membros ao processo seria até final de Agosto de 2007.

Paralelamente a estes processos, tentamos consolidar nossas ações através da aprovação de projetos em editais, mas que só se tornaram viáveis no final de 2007, por meio do projeto denominado “Proninc” – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas⁴⁷, cujo objetivo essencial é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda. Por esse motivo, um retorno com respostas mais profícuas só foi restabelecido em 2008.

No entanto, para que a comunidade não se sentisse abandonada ou iludida em relação às expectativas criadas, durante este intervalo, nós voltamos mais duas vezes para empreender outras investigações, atitude que se mostrou muito proveitosa, pois conseguimos manter o vínculo de confiança com os atores locais.

Foi proveitosa também, porque tivemos a oportunidade de conhecer trabalhos de maior qualificação, o que ampliou o leque de possibilidades para a

⁴⁷ As universidades se envolvem com o Proninc de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas, principalmente através de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação.

formação de uma rede de comercialização tanto regional e posteriormente até mesmo para exportação.

Durante a investigação, percebemos sempre a vocação das mulheres para a organização alternativa do trabalho, ou seja, mulheres que por inúmeros fatores, principalmente por residirem em uma cidade periférica, buscam maneiras alternativas para aumentar a renda da família. Na maioria dos casos, percebíamos apenas a reprodução do sistema de fações, onde se cria um contrato temporário pela produção requerida em determinado momento. Mas, conforme a investigação foi se aprofundando, conhecemos o trabalho de cinco mulheres e um homem, os quais possuem um espírito empreendedor muito apurado. A partir de um modelo, que elas conseguiram de forma até curiosa (copiaram o trabalho confeccionado na almofada de uma visitante que estava de passagem na casa de uma delas), reproduziram tal “arte”, chamada de “bico de jaca” em outras peças (toalhas de banho, toalhas de mesa, guardanapos, puxa-sacos, guarda-pratos e utensílios para churrasco, mantas de bebês, entre outros) e deram continuidade. O que nos chamou atenção foi o trabalho de alta qualidade e potencialmente comercializável. Faltando apenas poucos ajustes, para que em médio e longo prazo, possa tornar estes produtos com grande aceitação no mercado.

Entre tais ajustes, percebemos que seria necessário, num primeiro momento, viabilizar uma maneira para que elas comprassem o material de forma mais rápida e por um preço menor, dessa forma, o custo de produção se tornasse mais baixo. Para isso, seria necessário que a matéria-prima não fosse adquirida apenas em Cianorte, mas que deveria vir de centros maiores, até mesmo de São Paulo, e que os tecidos e outros aviamentos fossem comprados de peça fechada.

Percebemos também, que seria muito importante a embalagem dos produtos, tanto para o transporte, quanto para a valoração adequada, sendo necessário acondicioná-los para despertar a atenção dos consumidores. Porém, a mudança mais promissora, se daria em relação à denominação do trabalho delas, ele não seria mais tratado apenas como artesanato e, sim como

enxoval, ampliando as possibilidades de comercialização. Atitude baseada nas palavras de Pessoa⁴⁸:

Hoje, na economia solidária a presença forte das mulheres no artesanato, confecção e alimentação, sem uma boa estratégia de qualificação dos produtos, distribuição e comercialização, (a vivência em grupos fortalece vínculos e auto-estima, mas, deixa a desejar nos resultados na renda pra vida das mulheres), esse fato acaba deixando brechas para a reprodução da desvalorização do trabalho das mulheres também na economia solidária. (PESSOA, 2007, p.6)

É necessário valorizarmos adequadamente o trabalho delas para que assim as possibilidades de comercialização e em conseqüência, uma renda sistemática sejam garantidas.

Atualmente estamos em fase de consolidação das cooperativas, principalmente a de enxovais, a qual será denominada de Cooperativa Artefaz, a qual terá maior enfoque na criação e confecção de peças de enxovais (cortinas, colchas, guardanapos, toalhas de cama, mesa e banho, peças para berço de bebê etc.).

Em 25 de Julho de 2008, levamos um curso de *Patchwork*⁴⁹, para que fosse agregado valor ao trabalho das mulheres de Guaporema. Experiência que obteve ótimos resultados, pois elas se sentiram valorizadas pela incubadora e também reconheceram uma ótima oportunidade para incrementarem seus trabalhos.

Em agosto de 2008, outra parte do núcleo, voltada para a Administração e também integrante do Proninc iniciou a realização do Plano de Negócios para viabilizar e ampliar a comercialização dos enxovais.

Nossa última ação, antes do encerramento da pesquisa, ocorreu em fevereiro de 2009, através de uma reunião com o atual prefeito Sr. José Roberto Catenacci. Por solicitação da própria comunidade e das artesãs, fizemos uma reunião para demonstrar ao mesmo a importância do trabalho das mulheres de Guaporema, objetivando-se que a prefeitura organize um espaço próprio para elas realizarem seus trabalhos e possibilitar a criação de um selo denominado “Mulheres de Guaporema/Artefaz” – criando uma identidade do trabalho delas, bem como tornar o trabalho conhecido regionalmente, para que a cidade seja uma referência na busca de enxovais dessa categoria. Além

⁴⁸ Cleudes Pessoa é coordenadora nacional mulheres e Norte/ PPDLES

⁴⁹ bordado utilizando recortes de retalho e que formam figuras

disso, será primordial que a prefeitura também viabilize algumas viagens para que as mesmas possam buscar materiais num grande centro, como São Paulo. Este é um processo ainda em construção, muitas vezes burocrático e moroso, mas que pelo empenho das mulheres e do grupo do núcleo de economia solidária deverá ser consolidado. Abaixo, o quadro 7, com Plano de Ações para auxílio da prefeitura às Mulheres de Guaporema:

Objetivo: Após reunião com o grupo de artesanato “Mulheres de Guaporema”(composto por sete pessoas), representado por Dona Tereza Vanzin, com o apoio de Valkiria Trindade de Almeida Santos, pesquisadora e mestranda da UEM, ficou estabelecido um plano de ações entre o Prefeito Sr. Jose Roberto Catenacci e o grupo, para auxiliar na ampliação das atividades e exposição dos produtos, bem como para o reconhecimento do trabalho delas.
1º) Divulgar o trabalho delas na Guaponet, portal da cidade na internet.
2º) Destinar um local específico para a produção e venda do artesanato, possibilitando criar uma identidade e maior divulgação do trabalho das mesmas.
3º) Auxiliá-las, quando necessário, no deslocamento para aquisição de mercadorias em centros maiores como São Paulo ou Curitiba (1 ou 2 passagens).
4º) Auxiliá-las no deslocamento e exposição em feiras de artesanato na região ou em outros estados.
5º) Disponibilizar profissionais, quando necessário, para a interpretação de documentos, para a formação da associação ou cooperativa, ou ainda, para a leitura de editais que contemplem a produção de artesanato.
Todas as ações foram estabelecidas para auxiliar o grupo “Mulheres de Guaporema”, visando também o desenvolvimento local do município de Guaporema, considerando que a produção desse grupo possibilitará num futuro próximo fomentar o desenvolvimento local autogerido e autosustentável para a cidade, bem como proporcionar geração de renda.

QUADRO 7: PLANO DE AÇÕES PARA AUXÍLIO DA PREFEITURA ÀS MULHERES DE GUAPOREMA

Além disso, estamos em contato com a rede de Artesanato Artesol⁵⁰⁵¹ – que visa à geração de trabalho e renda em localidades com baixo IDH, por

⁵⁰ Inicialmente projeto-piloto de combate à pobreza em regiões castigadas pela seca, sobretudo no Nordeste e no Norte de Minas Gerais, o Artesanato Solidário tornou-se, em 1998, um programa social no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária. Foram seis os projetos emergenciais de incentivo à geração de trabalho e renda através da revitalização do artesanato de tradição.

Abril de 2002 marcou a transferência do Artesanato Solidário para São Paulo. Nessa época o programa já desenvolvera 42 projetos e ganhara experiência suficiente ousar um vôo mais alto: a criação de uma Oscip – Artesanato Solidário: programas de apoio ao artesanato e à geração de renda – ArteSol. Além do desenvolvimento de projetos em campo para geração de trabalho e renda, a ArteSol também atua na comercialização de produtos.

meio da revitalização do artesanato de tradição para uma futura integração do trabalho das mulheres de Guaporema.

Nossas ações terão continuidade, principalmente, porque sabemos a importância de estimular-se o desenvolvimento local através de empreendimentos econômicos solidários, bem como para propiciarmos segurança até que esta cooperativa tenha condições de autonomia.

Isso permitiria novo fôlego ao artesanato produzido por determinado grupo, com a promoção de oficinas de capacitação em diversas áreas temáticas. Os projetos em campo têm como objetivo, ao cabo das atividades programadas, formar um grupo autônomo para gerir seu negócio, preferencialmente reunido em torno de uma associação ou cooperativa, e com um produto de preço justo e apto para competir no mercado nacional e gerar mais renda para os artesãos e suas famílias.

Faltava, pois, um acesso mais amplo ao mercado e a pesquisa de nichos adequados a esses produtos. Ao incorporar, com a criação da Oscip, também a função comercial, nosso objetivo é ser mais uma opção para os artesãos comercializarem seus produtos, além dos mercados locais e regionais, feiras livres e até mesmo lojas de sua associação ou cooperativa, com visibilidade e localização quase sempre restritas.

⁵¹ Site para consulta <http://www.artesol.org.br>

3.3. DIMENSÕES VISÍVEIS E OCULTAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO DAS ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA

No decorrer do trabalho, verificamos em muitas situações que a participação feminina no mundo do trabalho ainda não recebe a adequada investigação para trazer à tona todas as discrepâncias em relação a participação masculina no mesmo. Geralmente o trabalho feminino possui dimensões “invisíveis”, ou seja, a sociedade sabe que tais ações existem e são necessárias, principalmente da reprodução econômica, porém, não enxergar ou visualizar adequadamente tais dimensões é uma maneira de não se comprometer para a melhoria da qualidade de vida feminina, principalmente em relação à saúde e aposentadoria.

Ao tentarmos delinear o perfil das mulheres do município de Guaporema, pretendemos evidenciar a participação do trabalho das mesmas para a reprodução social, bem como para a reprodução econômica. Para isso, utilizamos um questionário, em anexo, que contém perguntas de cunho pessoal e familiar, sobre condições de trabalho das mesmas e de sua renda.

Na verdade, durante a aplicação do questionário percebemos muitas questões interessantes, porém em sua maioria corroboram a situação apresentada sobre as condições de sobretrabalho apresentado no capítulo 3, ou seja, a maioria delas optaram por realizar o artesanato, porque era uma forma simples de aliar a organização do lar e aos cuidados com os filhos e também porque moram num município que de certa forma possui recursos limitados em relação ao mundo do trabalho, então as oportunidades são escassas.

Percebemos ainda que algumas delas nem enxergavam a importância da renda do artesanato enquanto contribuição econômica para sua família, porque é um ganho que acontece de forma pulverizada.

A seguir, apresentaremos as especificidades encontradas em relação a participação feminina e a produção de artesanato em Guaporema.

Quanto à idade das entrevistadas do município de Guaporema, constatou-se que as mesmas possuem entre 33 e 68 anos de idade.

TABELA 10: IDADE DAS ENTREVISTADAS

Idade	Quantidade
31 a 40	04
41 a 50	04
51 a 60	02
Mais de 60	01

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Verifica-se pela tabela 10, que as mulheres que mais praticam artesanato estão na faixa entre os trinta e quarenta anos, justamente para adequar a situação entre proximidade, organização familiar e cuidado com os filhos. E, como pode ser observado na tabela 11, as mesmas possuem em média um filho, o que segue a regra dos padrões nacionais⁵².

TABELA 11: QUANTIDADE DE FILHOS DAS ENTREVISTADAS

Prole	Quantidade
1	1
2	3
3	6
4	1
5	1

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Em relação ao tipo de artesanato produzido, verifica-se pela tabela 12, que o crochê é o mais utilizado de todos os trabalhos, sendo o mesmo muito

⁵² Durante muito tempo os brasileiros conviveram com uma ameaça nascida nos boletins dos censos demográficos. O rápido crescimento da população do país, que aumentou dez vezes entre o início e o fim do século XX, apontava para um futuro em que faltariam alimentos, moradia e infra-estrutura para tanta gente. A bomba populacional foi um risco real para o Brasil. Foi ela que sustentou uma infinidade de apostas sombrias sobre o país. Sem que se prestasse muita atenção, porém, a bomba foi perdendo força à medida que um número cada vez maior de mulheres escolheu ter menos filhos. Essa tendência começou nos anos 70. Agora, quase quarenta anos depois, a bomba populacional acaba de ser oficialmente desativada. É uma grande notícia para os brasileiros. Uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde mostra que a taxa de fecundidade do país, ou seja, a quantidade de filhos que cada brasileira gera, em média, chegou a 1,8 – contra 6,3 nos anos 60. A taxa de fecundidade é o fator que mais influencia a taxa de crescimento populacional de um país, juntamente com a taxa de mortalidade e a migração. Quando a taxa de fecundidade de um país cai abaixo do patamar de 2,1, a população cresce em ritmo cada vez mais lento e, depois de duas ou três décadas, passa a diminuir de tamanho. É o que vai ocorrer com o Brasil. Todos os países desenvolvidos, em algum ponto de sua trajetória, tiveram quedas expressivas em seus índices de natalidade. Na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e nos países ricos da Ásia, as taxas de fecundidade são hoje iguais ou menores do que 2,1. A taxa de fertilidade brasileira é agora igual à da China, que há tempos limita o número de filhos a um por família. A quantidade de crianças que as mulheres dão à luz tem impacto direto na economia e na sociedade de uma nação. São muitas as razões que levam os casais de países ricos a ser mais propensos a formar famílias pequenas. A adesão das mulheres à competitividade no trabalho ou na vida acadêmica é certamente uma delas. O certo é que, hoje, só as nações muito pobres, como as da África Subsaariana e o Afeganistão, com renda per capita miserável, apresentam altas taxas de fecundidade e de crescimento populacional – acessado em <http://veja.abril.com.br>, 14/01/2009.

utilizado para a confecção de tapetes, mas, principalmente como acabamento para guardanapos, cortinas, toalhas e almofadas.

TABELA 12: TIPO DE ARTESANATO PRODUZIDO

Crochê	5
Costura	2
Pintura	1
Ponto cruz	1
bordado	3

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Quanto às condições de trabalho, verifica-se pelo gráfico 4, que a maioria delas, ou seja, 67% trabalham como autônomas, o que pode gerar duas situações distintas, a primeira é obtida pela flexibilidade nos horários de criação, produção e comercialização. A segunda, que compromete sua garantia enquanto cidadã, pois não possui nenhum caráter visível, e exclui a mesma da legalidade, pois não possui previdência social e não está ligada a nenhuma associação ou cooperativa.

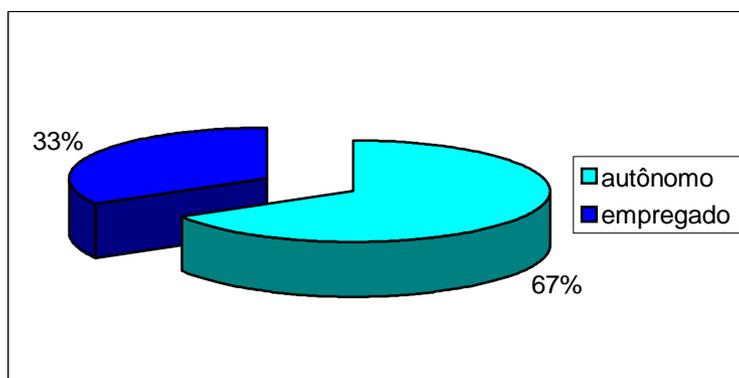


GRÁFICO 4: CONDIÇÃO DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Verifica-se pela tabela 13, abaixo, que do total de entrevistadas uma começou a trabalhar há apenas 5 meses, duas das entrevistadas trabalha entre 4 e 6 anos, 4 das entrevistadas trabalha entre 10 a 16 anos, 4 trabalha há cerca de 25 anos e uma trabalha há 40 anos. Relacionando a tabela 13 com a tabela 14, percebemos o quão duradoura é a presença da atividade de artesanato na vida dessas mulheres, o que evidencia o quanto a realização desta possui uma importância que está além do ganhar e mais pautada no ato de produzir, partilhar conhecimentos e poder ver sua obras na casa de outras

peças, como algumas delas relataram. E, como também a realização do artesanato promove a socialização entre o grupo de mulheres da cidade, ajudando a combater a solidão e problemas relacionados à depressão, visto que aqui, a mesma possui um contexto associado a sobra de tempo, já que num município periférico, a medida de tempo se torna diferente dos grandes centros, porque as solicitações e distâncias não comprometem tanto a vida de seus habitantes quanto num município com elevada densidade demográfica e amplas distâncias⁵³.

TABELA 13: TEMPO DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS

Quantidade	Tempo trabalhado
1	5 meses
2	De 4 a 6 anos
4	De 12 a 16 anos
4	25 anos
1	40 anos

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

TABELA 14: TEMPO DE TRABALHO COM ARTESANATO

2 a 6 anos	4
10 a 20 anos	6
31 a 40 anos	2

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

A análise do gráfico 5, abaixo, evidencia que o artesanato não é a única atividade remunerada, já que 67% possuem outra atividade econômica a, entre estas estão uma funcionária da prefeitura municipal, uma costureira de uma facção, uma bibliotecária e uma empregada doméstica, todas elas relataram que pela flexibilidade, é muito fácil organizar o tempo para realizar o artesanato nos horários extras, tornando-o uma importante fonte de distração e terapia, além é claro de ajudar como renda complementar. É relevante destacar ainda, que muitas delas percebem a importância do artesanato não apenas como renda complementar, mas de fundamental importância para ajudar nas despesas da casa, sendo que muitas das entrevistadas só conseguiram

⁵³ A depressão em grandes centros está associada a outro contexto, como violência e pobreza, relacionadas às questões de Gênero, como pode ser melhor observado no artigo Depressão entre mulheres da periferia de São Paulo, de Denise Martin em <http://www.scielo.org>

estudar seus filhos porque dispunham do artesanato, tendo algumas delas enviado seus filhos para fazer faculdade na capital do estado e subsidiado seus estudos com essa renda. É interessante também observar a tabela 15, que demonstra que existe uma sistematização em relação ao tempo empregado na realização do artesanato, ou seja, não é apenas quando sobra tempo, mas que a maioria o realiza todos os dias.

7- Atualmente esta é sua principal atividade remunerada?

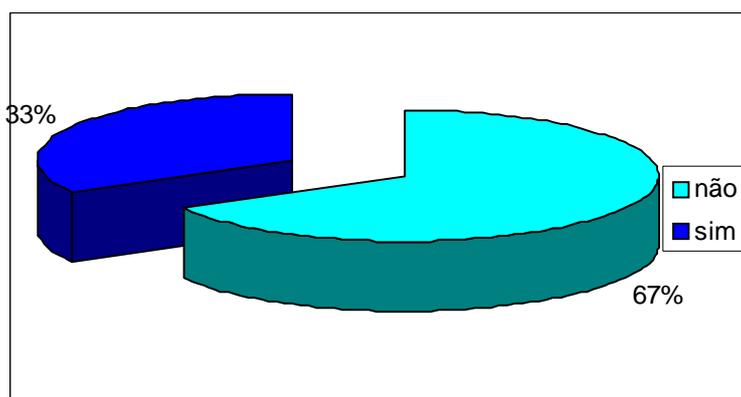


GRÁFICO 5: O ARTESANATO COMO PRINCIPAL ATIVIDADE REMUNERADA

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

TABELA 15: TEMPO DE DEDICAÇÃO AO ARTESANATO

Períodos	Quantidade
Noite e fim de semana	2
Dias úteis	5
Todos os dias	3
noite	1
Quando tem tempo	1

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Percebemos pelo gráfico 6, que o artesanato não está evoluindo como uma atividade hereditária, porque o percentual de pessoas da família que trabalha com artesanato é apenas de 33%. Justamente por ser uma atividade que exige bastante habilidade manual e concentração, muitos dos jovens não se sentem atraídos para desenvolvê-lo atualmente, sendo esta uma ocupação que recebe maior adeptas na faixa após os 30 anos⁵⁴, predominantemente por

⁵⁴ É interessante corroborar esses dados com a pesquisa “O artesanato como produto turístico no município de Jacarezinho, PR: Estudo de caso no Centro de Capacitação, Produção e Comercialização de Artesanato, CCPC – Arte” – de Márcia Dias Garcia e Annie Piazza Benatto, cujos resultados foram

mulheres casadas (como também evidenciamos na tabela 10) e que vêem no artesanato a única maneira de acomodar a criação dos filhos e a organização do lar, como citamos no capítulo 3, ao qual Helena Hirata (2004) se refere, como modelo de conciliação. Cabe ainda destacar, que uma das entrevistadas vê nas possibilidades oferecidas pelo artesanato, uma maneira para que o filho tenha renda, pois o mesmo é portador de deficiência – ela já está repassando seus conhecimentos para que ele já se habitue e desenvolva gosto pelo artesanato.

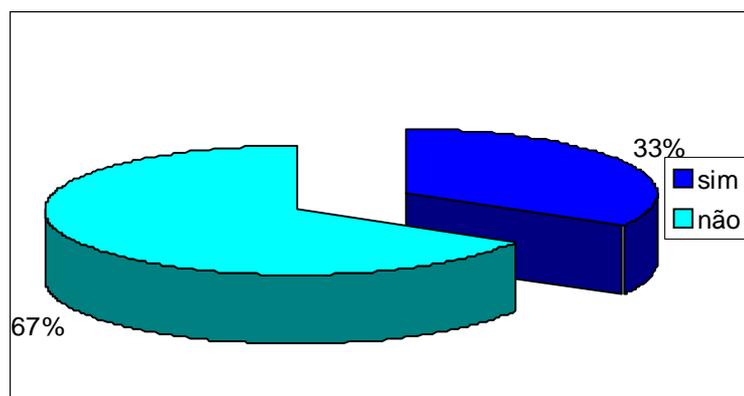


GRÁFICO 6: MAIS ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA TAMBÉM TRABALHA COM ARTESANATO

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Pelo gráfico 7, fica visível a importância do artesanato na vida das mulheres de Guaporema, pois 75% nunca realizaram outra atividade profissional, sendo esta a única forma delas expressarem a sua arte, bem como obter rendimentos, por não disporem de outros conhecimentos e não realizam outras atividades. Sendo que, as outras 25% que realizaram alguma atividade antes do artesanato, nunca desvincularam a importância do mesmo em suas vidas, pois não deixaram de produzi-lo, mesmo paralelamente as suas outras atividades.

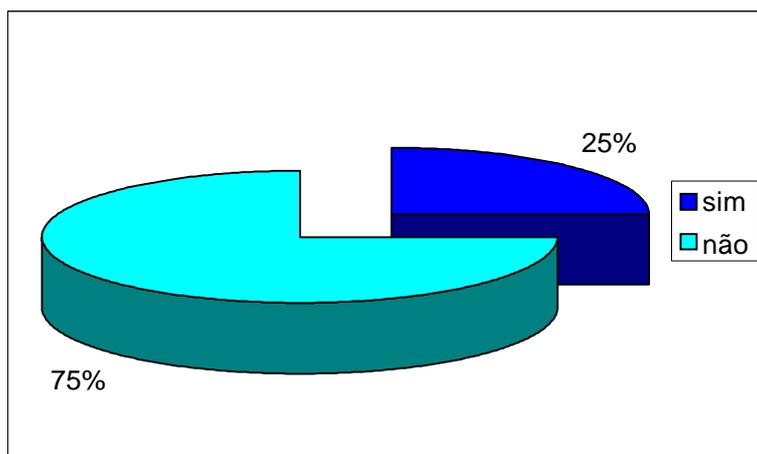


GRÁFICO 7: PERCENTUAL DE ENTREVISTADAS QUE JÁ REALIZARAM OUTRAS ATIVIDADES REMUNERADAS ANTES DO ARTESANATO

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

O artesanato possui um valor agregado maior em relação a qualquer atividade econômica, porque as pessoas que o realizam, geralmente o fazem pela possibilidade de sociabilidade que ele carrega. Na tabela 16 sobre os motivos que as levaram a atividade do artesanato, pode-se evidenciar essa realidade por estar sempre presente na vida das mulheres de Guaporema.

11- Motivos que levaram a atividade do artesanato?

TABELA 16: MOTIVOS QUE LEVARAM A ATIVIDADE DO ARTESANATO

Com colegas	3
ocupação	2
Única opção	2
Gostar de atividades manuais	1
Ter uma renda a mais	1
outros	3

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Já quando cruzamos as questões 12 se a renda do artesanato é fundamental para sua família e a questão 13 sobre os bens adquiridos com a renda do artesanato, concluímos que é relevante a dimensão a qual o artesanato ocupa na vida dessas mulheres, pois ele deixa de ser apenas um complemento de renda e passa a figurar como elemento essencial para a qualidade de vida da pessoa que o produz e de sua família, pois amplia a possibilidade de consumo, bem como do planejamento para projetos mais duradouros como a faculdade de um filho, entre outros exemplos. Situação que pode ser confirmada pelo gráfico 8, onde se pode observar como o artesanato é decisivo para a ampliação da renda familiar.

12- A renda do artesanato é fundamental para a sua família?

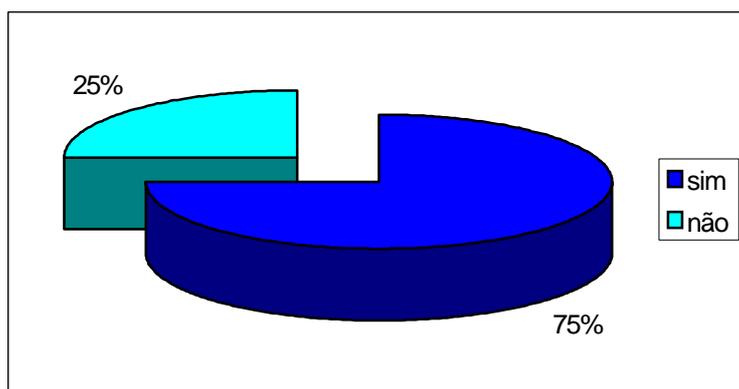


GRÁFICO 8: A RENDA DO ARTESANATO É FUNDAMENTAL PARA SUA FAMÍLIA?

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

13- Bens que já comprou com a renda do artesanato?

Diversos, prestação, manutenção do carro, computador, cursos para o filho.

Outra questão que se coloca em relação à produção de artesanato, está numa situação oculta, mas que se materializa através da auto-estima das artesãs, como pode ser observado no gráfico 9, a maioria recebe reconhecimento de sua família pelo trabalho produzido. Esta questão é bastante relevante, se considerarmos que somos seres sociais, e ainda mais se considerarmos as condições de trabalho que as mulheres sempre estiveram envolvidas, o reconhecimento no âmbito familiar do trabalho delas é um passo importante para a dimensão real destes na sociedade.

14- Seu trabalho é valorizado por sua família?

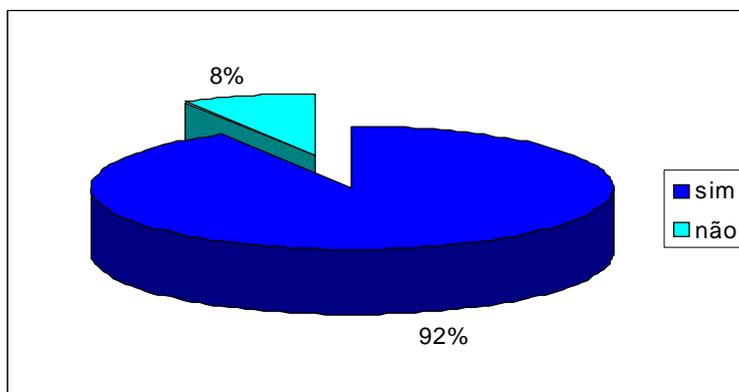


GRÁFICO 9: SEU TRABALHO COM ARTESANATO É VALORIZADO POR SUA FAMÍLIA?

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Em relação ao gráfico 10, a realidade que o mesmo indica irá se transformar, porque através da intervenção de nosso trabalho no município, o artesanato do “Grupo de Mulheres de Guaporema” adquiriu outra dimensão, pois agora se tornou conhecido por todos e está recebendo apoio da prefeitura, como ficou estabelecido na última reunião em fevereiro de 2009, onde o prefeito na figura do Sr. José Roberto Catenacci, se comprometeu a auxiliar o grupo com: ajuda de custo para passagens quando houver feiras ou compras de materiais em outras localidades, divulgação na página da Guaponet sobre o artesanato, disponibilizar um local para a produção e comercialização dos produtos e colocar profissionais qualificados para interpretar documentos para a formação da associação ou cooperativa.

15- a produção encontra apoio em órgãos públicos?

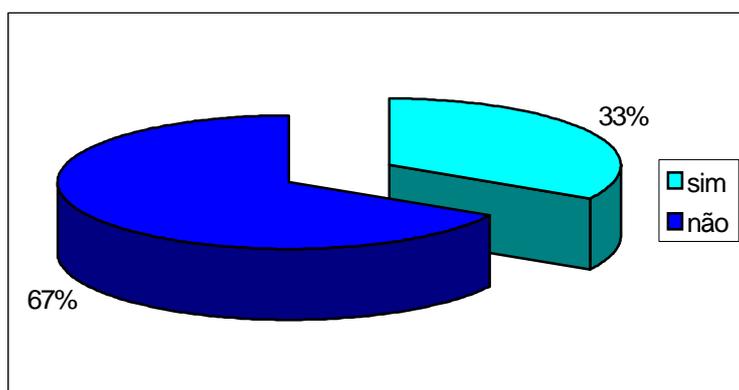


GRÁFICO 10: VOCÊ ENCONTRA APOIO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA A PRODUÇÃO DO ARTESANATO?

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

A questão do quadro 5 sobre as principais dificuldades em se trabalhar com o ramo do artesanato, as respostas foram diversas, mas algumas delas corresponderam às nossas suspeitas, entre estas estão: não achar materiais, falta de informação para comprar a matéria-prima, dificuldade em divulgar o produto, deslocamento para adquirir a matéria-prima. Justamente, porque esse município, como já o havíamos classificado, está numa situação periférica, se encontra distante das cidades de maior porte como Cianorte, Umuarama, Maringá, entre outras. E, a maioria das mulheres que produzem artesanato não dispõe de carro e ainda possuem situação financeira restrita para empenhar viagens de longa distância para a aquisição de matéria-prima.

15- Quais as maiores dificuldades em se trabalhar com este ramo?

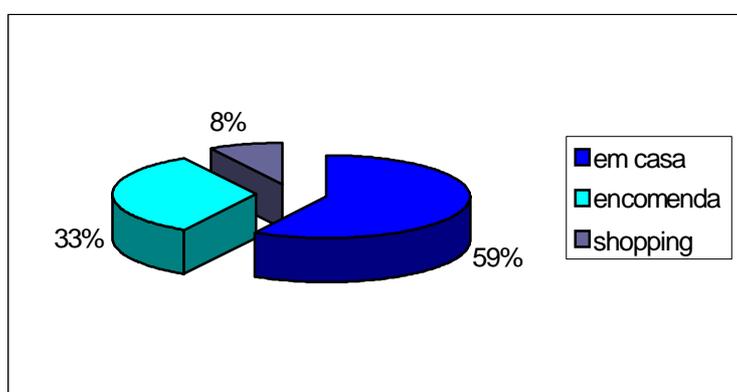
Não achar materiais e não ser valorizado.
Falta de informação para comprar a matéria-prima.
Conciliar o serviço de casa.
Dificuldade em divulgar o produto, além de ser pouco valorizado.
Deslocamento para comprar a matéria-prima em Cianorte.
Matéria-prima cara.
Falta de espaço e infra-estrutura.
Vender os produtos.
Não vê dificuldades.

QUADRO 8: PRINCIPAIS DIFICULDADES DO TRABALHO (RAMO)

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

No gráfico 11 abaixo, evidenciamos a forma/local de venda dos produtos, o qual demonstra que 59% realizam a venda na própria residência, geralmente impulsionadas pela propaganda “boca-à-boca” e por encomendas prévias, que ficou em torno de 33%. As vendas que se ampliam está em torno de 8%, pois uma parte das mulheres já estão conseguindo expor seus trabalhos em shoppings, principalmente de Maringá. Cabe destacar, ainda como fica evidenciado no gráfico 11, que muitas delas sempre tiveram orgulho em expressar o quanto pessoas de outros estados ou até mesmo de outros países, que por situações ocasionais se encontravam na cidade, adquiriam seu trabalho, muitas vezes arrematando todas as peças de uma vez, entre essas pessoas, podemos citar algumas que eram de Rondônia, Pará, França e Japão.

16- Forma/local de venda dos produtos:

**GRÁFICO 11: FORMA/LOCAL DE VENDA DOS PRODUTOS**

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

17- Participa de algum tipo de associação / cooperativa de artesanato?
100% das entrevistadas disseram que não.

A questão 17, que trata sobre a participação delas em associações ou cooperativas obteve uma resposta negativa em 100%, o que nos faz compreender a importância em trabalhar sobre essa situação com as mesmas, tendo em vista que a reunião delas numa associação ou cooperativa poderá auxiliá-las de todas as formas, desde a aquisição de materiais até a própria projeção do trabalho delas no mercado.

18- Origem

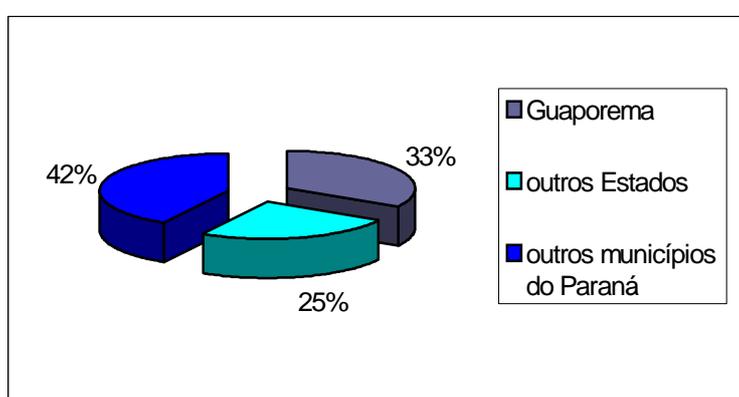


GRÁFICO 12: ORIGEM DAS ENTREVISTADAS

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

O gráfico 12, que diz respeito à origem das entrevistadas, evidencia que a maioria delas, em torno de 42% vieram de outros municípios e 25% de outros estados do país, principalmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo, em função da cultura do café que era o carro chefe da economia nas décadas de 1960 e 1970 na região, sendo somente 33% das entrevistadas nascidas no município.

19- Os produtos artesanais são vendidos para outras cidades?

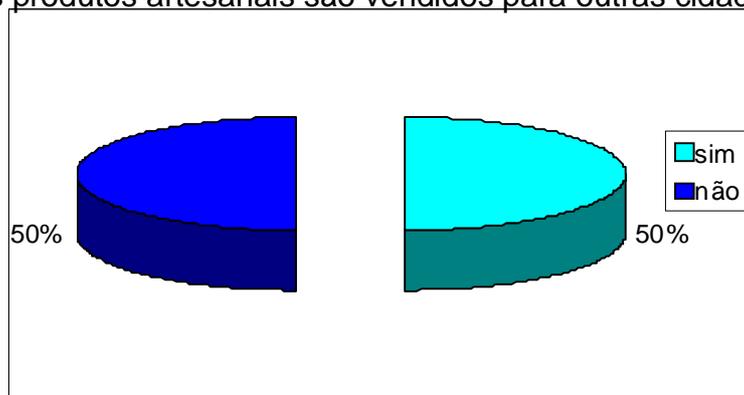


GRÁFICO 13: SEUS PRODUTOS SÃO VENDIDOS PARA OUTRAS CIDADES?

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

20- Todas responderam que esse trabalho é muito importante para suas vidas, afirmam gostar, ocupa o tempo e contribui na renda da família.

21- Gostaria de ter outra atividade:

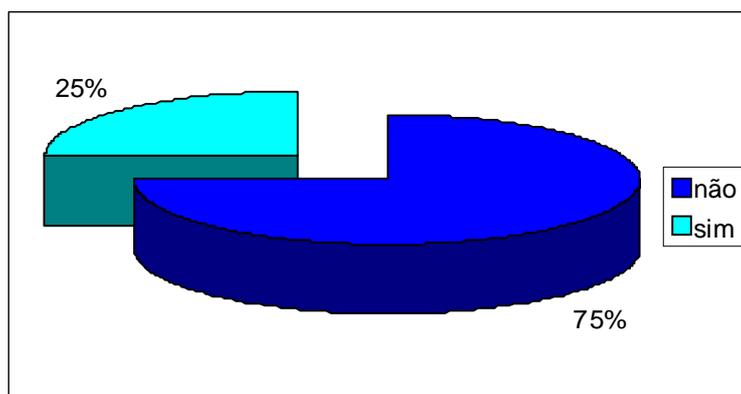


GRÁFICO 14: GOSTARIA DE TER OUTRA ATIVIDADE QUE NÃO FOSSE O ARTESANATO?

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

A questão 21, que se refere à dimensão da importância do artesanato na vida delas, todas se mostraram unânimes em confirmar que gostam muito de executar essa atividade, porque ocupa o tempo e contribui para a renda da família. Fato que se confirma no gráfico 14, na qual 75% delas responderam não desejar possuir outra atividade. Isso evidencia o grau de satisfação das mulheres em relação ao seu trabalho, o qual já citamos antes, está bem além do vender e sim pautado no produzir, existe ainda por trás dessa dimensão também a questão estética, pois a artesã enxerga em seu trabalho não apenas

um produto, mas sim um objeto decorativo, sendo que, por meio de cada peça produzida cria-se uma relação de auto-estima positiva.

22- renda familiar:

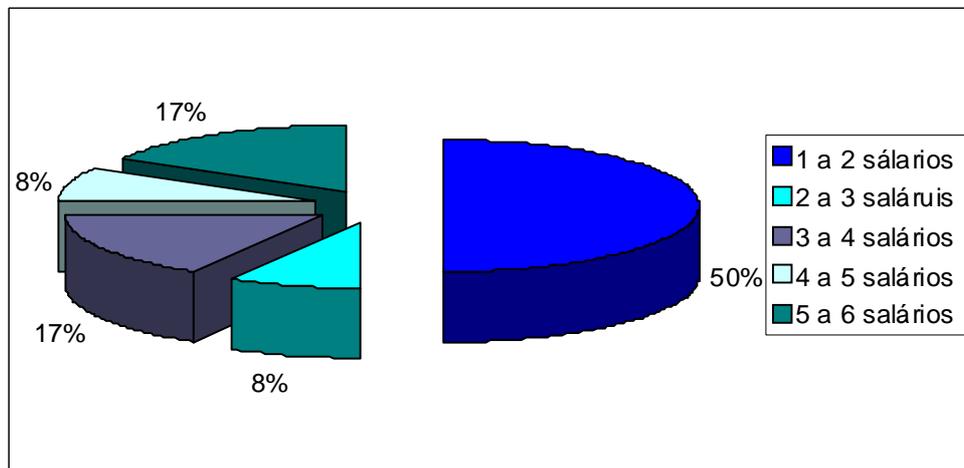
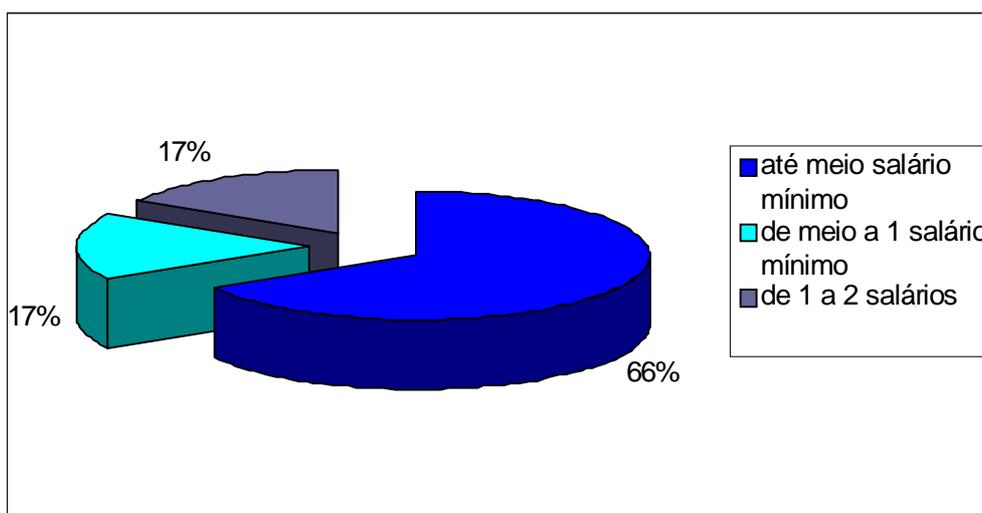


GRÁFICO 15: RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

O gráfico 15 refere-se à questão da renda familiar, sendo que das famílias das entrevistadas, 50% delas possuem uma renda de apenas 2 salários mínimos, parâmetro para demonstrar a grande importância que a renda gerada pelo artesanato possui em suas vidas e para a sua família. Sendo que, como colocado no gráfico 16, 66% conseguem lucrar no mínimo mais meio salário mínimo por mês para contribuir na renda da família. Dimensão que muitas vezes se perde, porque as mesmas recebem de forma espalhada, ou seja, ao longo do mês e vão adquirindo produtos pela emergência da situação, como gás, um tênis para um filho, entre outros, o que acaba por pulverizar os gastos e desvalorizá-los no conjunto geral. Porém, esta situação se transforma ao longo do tempo, pois as mulheres de mais idade conseguem enxergar a importância da renda do artesanato, já que algumas delas relataram já ter pagado todas as parcelas da faculdade dos filhos, adquirido bens de consumo duráveis, como TV e máquina de lavar roupas, entre outros, somente com a renda do artesanato.

23- renda familiar gerada pelo artesanato:

**GRÁFICO 16: RENDA FAMILIAR GERADA PELO ARTESANATO**

Fonte: Pesquisa realizada por Santos no município de Guaporema/2008

Por meio das questões levantadas e dos resultados obtidos, pudemos verificar a dimensão que o artesanato ocupa na vida das mulheres de Guaporema. Seja por intermédio da contribuição na renda, seja por meio da sociabilização que espanta a depressão, ou ainda pela lacuna preenchida do tempo ocioso, ou pelo orgulho estético da produção, todas essas são situações que se configuram para delinear um aspecto ultra-positivo da dimensão do artesanato na vida delas. Por isso, acreditamos que o artesanato é uma atividade que perdurará por várias gerações das mulheres de Guaporema, principalmente porque as formas de lazer e geração de renda são muito reduzidas num município periférico. Apenas é necessário desenvolver um suporte mais amplo para que esse artesanato saia da situação informal, ou seja, para que se desenvolva com o status que merece, por auxiliar diretamente na geração e produção de renda, com vias de implantação inclusive de uma associação ou cooperativa nos moldes da economia solidária. Assim as mulheres são protagonistas, deixando uma situação de subjetividade para ocupar seu devido espaço, mesmo por meio de um trabalho alternativo.

4. A ECONOMIA SOLIDÀRIA ENQUANTO SISTEMA DE AÇÕES

Neste capítulo, num primeiro momento iremos tratar sobre o conceito de empreendimentos econômicos solidários e como os mesmos podem ser a solução para a formação de uma sociedade mais justa, principalmente para o desenvolvimento local, para que a população alcance um desenvolvimento social real, através da emancipação cidadã, em que cada um contribui através de sua produção e de seus valores.

Para finalizar, entrelaçaremos empreendimentos econômicos solidários, capital social e desenvolvimento sustentável como alternativa para a configuração de uma sociedade mais equilibrada, onde as pessoas são consideradas por seu agir e não apenas por sua produção.

4.1. O QUE SÃO EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.

A Economia Solidária não é um novo sistema econômico, nem tampouco antagônico ao capitalismo. É uma nova proposta para produção e geração de renda, que considera as potencialidades produtivas locais, expressas por meio do trabalho das pessoas: uma ferramenta chave para a emancipação cidadã.

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (SINGER, 2008, p.2)

Por essa perspectiva, podemos observar que os empreendimentos econômicos solidários só existem pela soma da contribuição que cada um dos atores sociais possam oferecer à sua comunidade. O objetivo maior é o bem comum, uma resposta adequada para os anseios sociais que estão latentes em pequenas cidades ou municípios periféricos.

Os empreendimentos econômicos solidários se caracterizam por um novo agir social, de forma que a concorrência é descartada, substituída pela relação de solidariedade e cada ator exerce uma parte do trabalho. Nesse caso, a divisão do trabalho que visava apenas maximizar o lucro é suprimida e sede espaço para que todos os atores possam compartilhar das responsabilidades e ganhos de maneira igualitária. Salientamos que para isso é necessária às etapas de formação e qualificação de todos para que o processo ocorra em sua plenitude.

A maior contribuição dos empreendimentos econômicos solidários acontece na esfera social, pois possibilita às pessoas o desenvolvimento de suas habilidades, o resgate de sua auto-estima e identidade, a relação de cooperação e o seu caráter não-assistencialista. Assim, permite através do exercício do trabalho, a produção e geração de renda. Considerando-se que as políticas públicas são escassas em relação às pequenas cidades, os empreendimentos econômicos solidários são uma excelente alternativa, pois permitem o resgate social a um baixo custo econômico, já que apenas aproveita as potencialidades produtivas locais. Nas palavras de Santos:

Para eliminar o atraso e sair do subdesenvolvimento, uma política econômica bem pensada deve evitar a introdução de simples paliativos que dentro de algum tempo só irão piorar a situação. Desse modo, o que logo de início se impõe é a mudança das relações de produção. (SANTOS, 2004, p.69).

Esse é o grande diferencial da economia solidária: trabalhar com a questão dos excluídos, porém, não se preocupando apenas com o assistencialismo, mas buscando através da produção e geração de renda, de acordo com as especificidades de cada localidade e das habilidades de cada indivíduo do grupo, criar um sistema de redes que possibilite o resgate integral do ser humano e não apenas passar por cima de suas carências em determinados momentos.

Para Rattner:

Em oposição ao sistema de competição, a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico. (RATTNER, 2005, p.03).

Dessa forma, a Economia Solidária através das cooperativas de produção ou associações, favorece a distribuição mais eqüitativa da riqueza, o que permite o resgate econômico e social.

Singer (2002) demonstra as diferenças entre empreendimentos econômicos solidários e empresas capitalistas. À seguir, destacamos as principais diferenças presentes nos empreendimentos solidários⁵⁵:

- A solidariedade na economia solidária só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais.
- Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios tem a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.

⁵⁵ Este assunto pode ser visto com maior amplitude no livro Introdução à Economia Solidária de Paul Singer.

- A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.
- Na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas retirada, que variam conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas.
- Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada.
- A maioria opta pela desigualdade de retiradas para não perder a colaboração dos cooperados mais qualificados que poderiam obter melhor remuneração em empresas capitalistas.
- Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidida pelos sócios, que tem por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas.
- Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembléia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que possam vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimentos, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta pode ser dividido em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa etc.
- Quando um sócio se retira da cooperativa, ele tem de receber sua cota do fundo divisível acrescido dos juros a ele creditados. Cada retirada do fundo divisível representa uma descapitalização da cooperativa.
- No fundo indivisível não pertence aos sócios que o acumularam, mas à cooperativa como um todo. Os cooperados que dele se retiram nada recebem dele. É um legado que os mais antigos deixam a seus sucessores.

- É regra nas cooperativas, que os novos trabalhadores passem por um estágio probatório, que varia em geral entre seis meses a um ano. Enquanto se encontram nesse estágio, os novos trabalham como assalariados.
- O fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso é preciso que ela persista no tempo e não deixe de ser solidária.
- O fundo indivisível preserva a cooperativa da descapitalização. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como pra difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.
- A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade.
- As empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem hierarquias de coordenadores, encarregados ou Gestores, cujo funcionamento é o oposto de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir debaixo para cima e as informações de cima para baixo.
- Ao longo do tempo acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes.
- Pelo visto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem que se preocupar com os problemas gerais da empresa.
- O fato de todos ficarem a par do que acontece, contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos.
- A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona

aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Estes são apenas alguns exemplos que tornam os empreendimentos econômicos solidários diferentes das empresas capitalistas. Fundamentalmente, a base dos empreendimentos solidários é construída sobre a democracia e a formação integral dos indivíduos, somando-se as habilidades de cada um.

Uma outra questão muito importante de ressaltar em relação aos empreendimentos solidários é a sua essência ligada à sustentabilidade.

4.2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Algumas palavras e conceitos são intrínsecos, ou seja, possuem uma relação de interdependência. É impossível falar sobre empreendimentos econômicos solidários sem nos referirmos ao desenvolvimento sustentável e a importância do capital social.

Desta forma, se faz necessário apresentar brevemente cada um desses conceitos e como eles se relacionam para que de fato ocorra o desenvolvimento local.

Primeiramente, gostaríamos de dizer que existem variadas aplicações para o conceito de desenvolvimento sustentável, que perpassam abordagens econômicas e ambientais. No entanto, o nosso enfoque se dá por meio da perspectiva social. Afinal, é um tanto quanto utópico que aconteça o desenvolvimento sustentável, sem que promova ações que envolvam o ser humano como parte integrante das transformações e dos resultados. Ou seja, o relevante é que o homem e a sua plena cidadania devem ser a essência de qualquer ação sustentável. Não adianta apenas nos preocuparmos em salvar espécies vegetais (o que também é muito importante) e nos esquecermos de olhar para os indivíduos que agonizam pela falta de esperança em decorrência da falta de políticas públicas que valorizem o seu lugar de vivência e o tornem atraente da perspectiva econômica.

Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, são necessárias ações de inclusão, possíveis através dos empreendimentos econômicos solidários.

Não são necessárias ações espetaculares e muito menos utópicas para que seja promovido o desenvolvimento sustentável. É a partir da realidade local, do espaço de vivência, da criatividade, das relações humanas com a natureza local que podem e devem acontecer ações sustentáveis, que se traduzem pela inclusão de indivíduos que são atores do processo. Furtado (*apud* VEIGA 2006) lembra que o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins, ou seja, todo o processo se faz importante, não adianta apenas os resultados, e sim, possibilitar para que a sociedade, a comunidade local ajude na construção dos resultados, o que lhes permitirá um resgate socioeconômico.

Destacamos ainda, que o conceito de Sustentabilidade não pode sofrer uma restrição de uso apenas na/da perspectiva ambiental, já que o ser humano faz parte do ambiente e que suas ações são determinantes para o coletivo. Não se deve, por exemplo, procurar uma solução específica apenas para os casos de sustentabilidade material, mas entender que existe uma realidade global e esta deve ser contemplada.

Compreendendo que para ocorrer o desenvolvimento sustentável é necessário a inclusão das pessoas, fica mais fácil conceituar o que é capital social. Assim, deve ser entendido como o agir coletivo da sociedade, a cultura social em relação ao que uma comunidade pode fazer para transformar a sua realidade sem que haja necessariamente a interferência de políticas públicas (não estamos aqui estimulando a ausência delas, apenas considerando que o desenvolvimento local pode servir para consolidá-las). Landes (*apud* VEIGA 2006), destaca que através do aprendizado da história do desenvolvimento econômico, verificou-se que a cultura é a primeira geradora de suas diferenças.

Segundo D'Araujo, a capacitação humana é fundamental para que as habilidades econômicas sejam desenvolvidas, e que isso se chama capital social. Entendemos que a capacitação humana é o instrumento essencial para que o processo de transformação social aconteça e legitime o desenvolvimento local. Nas palavras dela:

Capital Social expressa basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos....é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.”(D'ARAUJO, 2003, p.10).

D'Araujo traz ainda em seu texto, o estudo de Robert Putnam, que tenta entender as disparidades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália, que de maneira bem sintética poderíamos descrever aqui: o que promovia o desenvolvimento do norte em relação ao subdesenvolvimento do sul, era justamente o capital social, ou seja, o que ele determinou como uma “cultura cívica”. Esse seria um maior envolvimento da população com a coisa pública, uma sociedade mais comprometida com o bem público, mais cooperativa e mais confiante nos seus pares. E que essa cultura cívica associada à

confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para a sociedade, em um capital – capital social.

Dessa forma, para que as ações aconteçam devem estar alicerçadas sobre as colunas do capital social, que mantém as pessoas envolvidas em torno de um bem comum, no caso em questão, o desenvolvimento local.

Percebe-se através disso, a interdependência entre o desenvolvimento sustentável, o capital social e os empreendimentos econômicos solidários. Os mesmos são elos de um único processo, que possibilitarão uma ação eficaz na busca da cidadania ou no mínimo de inclusão social.

É relevante destacar aos argumentos de Sachs (2003) em seu livro “Inclusão Social pelo Trabalho”, que se amolda bem a situação do município pesquisado, bem como a situação das mulheres que nele habitam:

Não deixa de ser um paradoxo, enraizado no passado colonial e escravocrata do país, o fato de o Brasil rural representar, ao mesmo tempo, um extraordinário potencial de desenvolvimento e o maior repositório da miséria e da exclusão. O duplo desafio é aproveitar este potencial e resgatar a dívida social. (SACHS,2003, p.91)

São necessárias ações que considerem as pessoas e suas potencialidades, que possibilitem o desenvolvimento sustentável, porque o sucesso econômico se tornará resultado do processo produtivo e não ao contrário. Desta maneira, abre-se uma grande oportunidade para municípios periféricos se estabelecerem através de vocações e potencialidades locais. E, como se evidenciou em Guaporema, esse desafio pode ser vencido ou pelo menos amenizado, por meio da geração e produção de renda do artesanato das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é relevante reiterar que a análise apresentada não visou à exaustividade nem à completude do tema, por isso seria incoerente afirmar que as dimensões aqui levantadas, principalmente em relação a produção do artesanato pelas mulheres de Guaporema são definitivas. Tudo está inserido dentro de um contexto histórico, em que as especificidades do tempo, mais as características culturais da população delineiam um fato ou situação, mesmo que seja temporária ou transitória. Porém, considerando o universo ora investigado, em relação ao papel da mulher na organização alternativa do trabalho no município de Guaporema no Paraná, podemos estabelecer alguns aspectos que se sobressaem.

Conhecer a realidade de uma pequena cidade, que possui uma dinâmica diferente daquelas que estão situadas mais próximas de uma cidade pólo, nos obriga a refletir sobre diversas questões, entre elas: a mudança nos ciclos produtivos, a saída das pessoas em busca de novas oportunidades, a perda de equipamentos. Porém, quando pensamos a respeito do desenvolvimento local, o que mais instiga é a permanência e a resistência dos que ficaram. O que fazer para auxiliá-los na busca por uma qualidade de vida, que preencha não somente suas necessidades econômicas, como também suas necessidades culturais, lazer etc.

Quando se mergulha na profundidade da história de cada um dos habitantes locais, se percebe o elo com o local, e, por isso mesmo, a resistência. Então, todos os aspectos ganham novas dimensões e passam a figurar com uma importância mais ampla.

A História de Guaporema possui muitos fatos semelhantes a muitas outras cidades de pequeno porte do interior do Brasil, a mudança na estrutura produtiva que impulsionou muitos habitantes para as grandes metrópoles, provocando o declínio demográfico no local de origem. Porém, a história que está sendo produzida, por intermédio da organização do trabalho alternativo das mulheres, poderá fazer toda a diferença num futuro não muito distante, e inclusive como já está acontecendo, em alguns casos, criar pertencimento com o lugar, além é claro de possibilitar uma maior qualidade de vida através da geração de renda.

Para o pesquisador ter a possibilidade de intervir na realidade local por meio da troca que a incubadora de empreendimentos econômicos solidários propicia é uma experiência enriquecedora, porém um desafio de grande responsabilidade. Porque trabalhamos com as expectativas de pessoas que se encontravam marginalizadas em muitos aspectos. Deve-se ter a noção concreta de não repassar esperanças através de informações que expressem ações, além do possível, para que a relação não seja prejudicada pela desconfiança. Deve-se ter também o cuidado na formação das pessoas em relação ao que são empreendimentos econômicos solidários, bem como da participação delas para que haja o sucesso da cooperativa ou associação.

Cabe destacar que as oportunidades num município periférico se tornam reduzidas, principalmente, para a mão-de-obra feminina que é contratada quando a economia se encontra em crescimento, e, ao contrário, tornam-se mão-de-obra desnecessária quando da contração desta.

Como sobram poucas alternativas, mas principalmente para conciliar produção com organização da casa e cuidados dos filhos, essas mulheres encontram no artesanato uma forma eficiente para uma remuneração alternativa.

Ao longo do tempo, as mulheres vão percebendo a dimensão que o artesanato ocupa em suas vidas e de suas famílias, tanto pelo valor econômico, já que se inclui como decisivo na contribuição da renda, quanto pelo valor social, já que por meio dele, elas conseguem produzir e se sociabilizar, vendendo não apenas um produto, mas pela relação delas com as peças que desenvolvem, uma “pequena” obra de arte, já que cada trabalho possui um valor estético para elas e para quem o adquire.

Dessa forma, pode-se afirmar que a produção de artesanato em Guaporema pode tornar-se figura central na geração e produção de renda, considerando a perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

Esperamos que as reflexões propostas neste trabalho contribuam, de alguma maneira, para dimensionar o papel da mulher na organização alternativa do trabalho, dando-lhes subsídios para um agir pautado na possibilidade real da renda obtida pelo seu próprio trabalho: o artesanato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. e SILVA, M. A. M. (orgs). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AQUINO, E.M.L.; MENEZES, G.M. de S.; MARINHO, L.F.B. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um Novo Agir. *Cad. Saúde Pública.*, Rio de Janeiro, 11 (2): 281-290, abr/jun, 1995

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, páginas 87 -98, São Paulo, 2003.

BRASIL. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. *Livro de conteúdo*. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. 266 p.

BRASIL. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília, edição especial para Internet,: Unifem, Fundação Ford e Cepia, 2006.

BUARQUE, C. *Perspectivas de Gênero*. Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero – Plataforma de Contrapartes Novib/ SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

BUSS, P. M. Globalização, Pobreza e Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.12, nº 6, Rio de Janeiro: 2007;

CAMARGO, J. B. de C. *Geografia – Física, Humana e Econômica do Paraná*. Maringá, 2001.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *O que é Gênero?*, pesquisado em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/eventos/campanhas/dia-da-mulher,em19/05/2007>

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Lei Maria da Penha: do papel para a vida*. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário, pesquisado em www.cfema.org.br

CLAM (Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos)/ www.clam.org.br , acessado em: outubro de 2006. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/ES em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, *Livro de Conteúdo Verão 2009* – Rio de Janeiro:CEPESC; Brasília:SPM, 2009.

CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

CORREA, V. A. *Economista, Administrador*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Syracuse, NY, USA: Consultor Organizacional e Ecologista, 2008.

COSTA, C. *Sociologia: Introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: E Moderna, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, , 2003.

DEDECCA, C.S. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A.A. et all (Orgs.) *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*.- São Paulo: CUT Brasil, 2004. p.21-52.

ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Rev.Estud.Fem.*, Jan. a Abril, 2004, vol.12, no. 1, pp.47-71.

FARIA, N. e NOBRE, M. (orgs). *Economia Feminista*. SOF – Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FROHN, W. *Femmes, pouvoir local et politiques municipales à Quebec*. Montreal, 2002.

GÉLÉDAN, A e BRÉMOND, J. *Dicionário Económico e Social*. Paris: Hatier, 1981.

HAQ, M. *Introdução ao Desenvolvimento Humano: Conceitos Básicos e Mensuração*. O Paradigma do Desenvolvimento Humano – São Paulo, PUC: Minas Virtual: 2008.

HIRATA, Helena. O Universo do Trabalho e da Cidadania das Mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A.A. et all (Orgs.) *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*.- São Paulo: CUT Brasil, 2004. p.13-20.

IBGE. *Anuário estatístico do Brasil* – 1939/1940–1950–1960–1970–1980–1987/1988–1991. Rio de Janeiro.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais* : Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense – Curitiba : IPARDES : BRDE, 2004.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*. Santiago: Flacso. Março, 1986.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1991.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b, 180p.

LEFEBVRE, Henry. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná e Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica, 1968.

MARTINS, Jose de Souza. *Introdução Crítica a Sociologia Rural*. São Paulo. Hucitec, 1986, 224p.

MARTINS, Sérgio R. Desenvolvimento Local – questões conceituais e metodológicas. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol.3, n.5, set.2002, p.51 a 59.

MELO, Carmen Ozana de e Parré, José Luiz. *Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização*. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.45 no.2 Brasília Apr./June 2007

NEGRÃO, T. E VISCARRA, S. Tecnologias de Informação e Comunicação como Ambiente de Empoderamento de Gênero. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007.

NOBRE, Miriam (Org.). Gênero e Agricultura Familiar. *Cadernos Sempreviva*. São Paulo: 1999. Sempreviva Organização Feminista.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *A feminização no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. *In: Revista Espaço Acadêmico*, Ano IV (1) N. 44, Jan. 2005

PEASE, Bárbara & Allan *Porque os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?*(Uma visão científica e bem humorada de nossas diferenças. Editora Sextante/GMT, 2007.

PESSOA, C. *Gênero, Economia Solidária e Desenvolvimento Local*. Acessado em 15/07/2008

http://solidu.files.wordpress.com/2007/12/economia_solidaria_emancipacao.pdf

GUAPOREMA, Prefeitura municipal de. *Plano Diretor do Município de Guaporema*/ Prefeitura Municipal de Guaporema, 2008.

GUAPOREMA, Prefeitura municipal de. *Plano Diretor Municipal, Fase II – Avaliação Temática Integrada*, Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano Serviço Social Autônomo Paranaidade, Guaporema, Junho/2007.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Editora FGV, São Paulo, 2000.

RATTNER, Henrique. Economia Solidária: Por quê? *Revista Espaço Acadêmico*, V.1, Jan. 2005, p.1-4

ROCHA, M. M. *A espacialidade das Mobilidades Humanas – Um olhar para o norte central paranaense*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1998.

ROSA, G. D. Algunas reflexiones sobre la metodología del Desarrollo Local a partir del ejemplo francés. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gijón: Trea, 1999, pp. 33-41.

SACHS, Ignacy. *Inclusão Social pelo trabalho – Desenvolvimento Humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Valkíria T.A. et all. Desenvolvimento local e a ação do Estado – o estudo de caso sobre a localidade de Méchongue e San Agustín, Argentina. In. *Anais do III SIMP GEO*. Ponta Grossa, UEPG, 2007, p.1 a 15.

_____. Uma pergunta que não quer calar. *Revista Meio Ambiente*, Ano IV, Vol. XIV, Nov. 2008, p.13.

SIEBER, W. Los actores em la dimensión local. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (Editor) *Manual de Desarrollo Local*. Gijón: Trea, 1999, pp. 445-458.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, v. 8(1): p.31-45, 2003.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. As Coisas Fora do Lugar: Gênero e o Potencial de Programas de Geração de emprego e Renda” in *Perspectivas de Gênero: Debates e Questões para as ONGs*, GT-Gênero Plataforma de Contrapartes Novib/ SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

SINA, A. *Mulher e trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Economia solidária - entrevista com Paul Singer*. São Paulo, Estudos Avançados 22(62), 2008. 27 p.

TONELLA, Celene. *Poder Local e Políticas Públicas: O papel dos Conselhos Gestores*. Maringá: Eduem, 2006.

VAINER, C.B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que Pode o Poder Local? In: Encontro Nacional da Anpur, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*; v.1.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos (Original em Inglês). In: WODAK, R.; MEYER, M (Orgs.) *Methods of Critical Discourse Analysis*, London: Sage, 2001. (tradução de Débora de Carvalho Figueiredo).

WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B. e MENASHE, R. (orgs). *Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. NEAD Especial, Brasília, MDA, 2006.

ANEXOS

Local:		Data:		Entrevistador:	
Nome entrevistado:			Idade:		
Estado civil:	<input type="checkbox"/>	Casada	<input type="checkbox"/>	solteira	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	viúva	<input type="checkbox"/>	outro	<input type="checkbox"/>
Nº filhos:			Escolaridade:		
Tipo de artesanato produzido:					
Trabalha como:	<input type="checkbox"/>	Autônomo	<input type="checkbox"/>	Empregado	<input type="checkbox"/>
À quanto tempo trabalha?			E com artesanato?		
Atualmente, esta é sua principal atividade remunerada?					
Quantos dias da semana trabalha nesta atividade?					
Mais alguém da família trabalha com artesanato? Em caso afirmativo, por quê?					
Você já realizou outras atividades remuneradas antes do artesanato? Quais?					
Quais os principais motivos a levaram à atividade do artesanato?					
A senhora afirmaria que a renda do artesanato é fundamental para sua família? Por quê?					
A senhora poderia citar alguns bens que já comprou com a renda do artesanato?					
Seu trabalho é valorizado/incentivado pelos integrantes de sua família (esposos e filhos)?					
A produção realizada pela senhora encontra apoio/incentivos de órgãos públicos? Quais?					
Quais as maiores dificuldades encontradas para se trabalhar com este ramo?					
Qual principal forma e/ou local de venda dos produtos?					
Participa de algum tipo de associação e/ou cooperativa de artesanato?					
Qual renda mensal média familiar?					
Qual renda mensal média do artesanato realizado pela senhora?					
Qual sua cidade de origem?					
Por que veio para esta cidade?					
A senhora vende produtos artesanais para outras cidades? Quais?					
Qual papel a senhora dá para o artesanato em sua vida?					
Se pudesse, a senhora gostaria de trabalhar em outro ramo? Qual? Por quê?					
Outras considerações:					

QUADRO 9: ENTREVISTA SEMI-DIRETIVE ESTRUTURADA COM MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO DE ARTESANATO – ESTUDO COMPARATIVO

Fonte: Elaboração Própria

FOTOS



FOTO 1: PIONEIRO DE GUAPOREMA/AGOSTO 2006

Fonte: Arquivo próprio, 2006



FOTO 2: SENHORA QUE PRODUZ ARTESANATO/RESIDENTE NA VILA RURAL

Fonte: Arquivo próprio, 2006



FOTO 3: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS/AGOSTO 2007
Fonte: Arquivo próprio, 2007



FOTO 4: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007
Fonte: Arquivo próprio, 2007



FOTO 5: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007

Fonte: Arquivo próprio, 2007



FOTO 6: 1ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGOSTO/2007

Fonte: Arquivo próprio, 2007



FOTO 7: DESCOBERTA DOS ENXOVAIS EM 28/04/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 8: SENHORAS QUE PRODUZEM ENXOVAIS EM 28/04/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 9: SENHORA QUE PRODUZ ENXOVAIS 28/04/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 10: SENHORA QUE PRODUZ ENXOVAIS PARA BEBÊS EM 25/07/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 11: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 12: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 13: CURSO DE PATCHWORK EM 25/07/2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008



**FOTO 14: 3ª REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA DE ENXOVAIS EM
25/07/2008**

Fonte: Arquivo próprio, 2008



FOTO 15: CURSO DE CROCHÊ – DÉCADA DE 70

Fonte: Acervo Professora Marta Zolim

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)